

**MESTRADO
EM SERVIÇO SOCIAL
E
POLITICA SOCIAL**

Portaria n.º 181/95 de 6 de Março

Organização:

Instituto Superior de Serviço Social do Porto com colaboração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil

Coordenação:

Professora Doutora Fernanda Rodrigues – Conselho Científico do I.S.S.S. Porto

Orientador:

Professor Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves

15 de Setembro de 1999



Tese de Mestrado

ENTENDER A TERCEIRA IDADE NA PROCURA DE SOLUÇÕES

RECOLHIMENTO:

UMA RESPOSTA ADEQUADA?

Mestranda:

Adelaide Fernandes Pires Malainho

Licenciada em Serviço Social

ÍNDICE

Apresentação	7
Introdução	9
Capítulo I – Enquadramento	
1... O bem estar social	20
2... A região de Braga	25
3... Braga a sua população e as suas crenças	28
Capítulo II – O Recolhimento	
Razões determinantes da fundação do recolhimento	42
O Recolhimento desde a sua fundação até 1900	43
O Recolhimento desde 1900	49
O Recolhimento na actualidade	54
A Terceira Idade no distrito de Braga e respostas existentes	59
5.1 Dados estatísticos e análise sumária	61
5.2 Os carenciados	73
5.3 Respostas possíveis	75
5.4 Comentários	78
Capítulo III – As utentes do Recolhimento	
1. Histórias de vida	87
2. O inter-relacionamento	100
3. O Recolhimento e o meio exterior	107
4. A vivência	109
Capítulo IV – O suporte económico	
1. Os financiamentos	114
2. O aproveitamento das disponibilidades existentes	116
3. O apoio da cidade	120
4. A manutenção das condições	122
5. Comentários	124
Capítulo V – Resultados obtidos	
1. O existente	126
2. As deficiências e inerentes responsabilidades	129
3. O possível	131
4. As Políticas Sociais e o esbanjamento	133

5. A inexigência de quadros e a legislação permissiva1	139
6. A acção social e a caridade	141

Capítulo VI – Uma resposta adequada

1. Terceira Idade e Dependência	148
2. A Instituição Família	151
3. Tendências actuais	156

Conclusões	161
-------------------------	-----

Posfácio	168
-----------------------	-----

Bibliografia	169
---------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Como diria Carl Rogers,¹ eu irei falar num contexto de uma experiência e de uma aprendizagem pessoal.

No início do curso, era minha intenção adquirir conhecimentos que me permitissem expor uma tese defendendo, por um lado, a autonomia do Serviço Social, com características específicas em relação às Ciências que lhe são próximas e, por outro, a autonomia do profissional de Serviço Social em relação aos organismos onde se encontra inserido por força de uma relação laboral.

Cedo me apercebi contudo, que os meus objectivos eram meramente teóricos e desprovidos de interesse prático.

Concomitantemente consciencializei que a Instituição onde há cerca de doze anos a esta parte me encontro integrada representava, no contexto geral, algo de diferente.

Com efeito, os Lares de Acolhimento, o Apoio Domiciliário, os Centros de Dia e mesmo o Acolhimento Familiar, constituem actualmente os padrões normais de apoio à Terceira Idade.

Todo esse apoio reflete a incapacidade progressiva do idoso para o desempenho de tarefas quotidianas, ou seja, pressupõe a retirada dos poderes de decisão do idoso como pessoa.

“As propostas para a melhoria das condições de vida dos velhos enquanto integrantes da ideologia da velhice, amparam-se na ideia de que, sendo crescente o aumento dos idosos, é preciso lutar no sentido de beneficiar essa parte esquecida da sociedade”².

¹ ROGERS, Carl R., Tornar-se Pessoa, Ed. Moraes, 7º ed., 1985, p.13

² HADDAD, Eneida, A Ideologia da Velhice, São Paulo, Cortez 1986, p.16

É de salientar que a autora vai mais longe ao afirmar que as sociedades tradicionalistas transformando as pessoas em mercadorias condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajectória da sua vida e, paradoxalmente são crescentes as propostas de reparo para a tragédia dos velhos que vêm escamotear a problemática da exploração da mão de obra.

As actuais respostas atrás sumariamente referidas pressupõem a dependência do idoso. E a dependência é sempre o princípio do fim.

A experiência que adquiri na minha prática profissional levou-me a concluir que a velhice começa na dependência.

Por isso, antes de proteger a dependência haverá que protelar ao máximo a ocorrência dessa situação.

Neste contexto, nada mais havia a fazer senão modificar as minhas perspectivas iniciais.

É que, baseada na minha experiência profissional, é-me legítimo questionar, se um Recolhimento não será também uma resposta e, na afirmativa, eventualmente uma resposta de eleição para a problemática da Terceira Idade.

E, nesta perspectiva, é inquestionável que o trabalho exercido pelo Assistente Social será sempre fundamental.

Isto irá possibilitar, em princípio, o desenvolvimento de todo um trabalho, demonstrar que a autonomia do profissional de Serviço Social constitui um factor essencial para um bom exercício profissional e que o Serviço Social, quando devidamente exercido, se autonomiza das restantes ciências auxiliares, podendo constituir mais um factor determinante, ainda que despercebido, para a construção do Bem Estar Social.

É nesta base que iremos apresentar o presente trabalho, penitenciando-nos, desde já, pelas múltiplas lacunas que o mesmo, seguramente, irá apresentar, umas resultantes da inexperiência do pouco saber, outras do excesso de zelo e empenhamento, talvez mesmo parcialidade, decorrentes do muito que demos no exercício das funções que vimos desempenhando.

Algumas vezes poderá parecer desajustada, inoportuna ou mesmo excessiva a atenção concedida a alguns aspectos parcelares do presente trabalho.

Contudo, pensamos que os mesmos, são essenciais para se poderem alcançar os objectivos que nos propusemos atingir.

INTRODUÇÃO

“A sociedade da investigação condiciona e manifesta o empenho teórico”

(Abagnano)

“O ser é a realidade efectiva e movimento de vida da verdade”

(Hegel)

“Só a verdade é revolucionária”

(Lenine)

“1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.”

“2. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.”

(Constituição da República Portuguesa, art. 72º)

A aquisição do conhecimento científico não é fácil.

Muitas são as barreiras com que se tem de lutar e muitas as dificuldades para as vencer, a ponto de, por vezes, se atingir o desânimo e nos apetecer abdicar de tudo, para cultivar um jardim. Mas, até aqui iríamos concluir que mesmo o “comportamento” das plantas é extremamente complexo.

Tendo por princípio que a aquisição do conhecimento científico é a procura da verdade, por relativa que seja, esta referir-se-á sempre à “realidade dos factos”.

É manifesto que, num contexto racional e num processo empírico, essa aquisição de conhecimentos se mostrará tanto mais simplificada quanto maior for a estabilidade e certeza do objecto de pesquisa.

Com efeito é no campo das ciências exactas que se podem formular, com segurança, teorias, hipóteses, teorias auxiliares e outros arquétipos de apoio à investigação, na convicção de que a base de apoio, que serve de suporte, se mantém inalterável.

Não é, por isso, difícil, neste campo, a formulação da teoria que se quer ver provada, a formulação de uma ou várias hipóteses subsequentes e a sua comprovação através da experimentação, validando, assim, a teoria formulada.

Outro tanto não acontece no âmbito das Ciências Sociais e, com maior acuidade, no domínio do Serviço Social.

É que a estrutura base de toda a ciência social assenta, essencialmente, no comportamento humano, quer daqueles que detêm o poder, quer daqueles que, de uma forma ou de outra, por esse poder são afectados.

O comportamento humano é talvez o processo mais dinâmico que existe.

E, enquanto à Sociologia, à Antropologia e à Psicologia compete a análise desse processo dinâmico e a sua caracterização de molde a permitir a sua compreensão, ao Serviço Social deve competir a dinamização ou aceleração do próprio processo evolutivo.

Daí que, em meu entender, as Ciências Sociais se desenvolvam num vasto campo de areias movediças e a actuação do Serviço Social se desenrole na cratera de um vulcão.

Na pesquisa a efectuar pelo Assistente Social, o que é hoje a mais inquestionável verdade, poderá não o ser amanhã.

Por isso, as hipóteses formuladas neste campo e as teorias projectadas, dificilmente são passíveis de uma experimentação científica.

É no capítulo das Ciências Sociais que maior relevância assume a intuição do investigador, o seu grau de conhecimento cultural e a sua honestidade, considerada como a sua capacidade de se libertar de um etnocentrismo próprio de quem assume um grau de conhecimento superior ao do grupo de pessoas sobre o qual vai fazer incidir a sua investigação.

O investigador social recorre à observação metódica da realidade social no sentido de definir ou consolidar teorias sociais. Para isso, recorre, normalmente, à entrevista e a consultas directas ao senso comum.

Na maior parte das vezes, os entrevistadores escondem informações essenciais, comprometendo desde modo o conhecimento.

Para a construção de uma teoria, o Assistente Social terá de socorrer-se de todos os conhecimentos acumulados, venham eles de onde vierem.

Terá, apesar de tudo, de resistir à tentação de eliminar a formulação de uma teoria que coincida com a sua forma de pensar e terá, acima de tudo, de saber aceitar os resultados que lhe são fornecidos pela observação, não os adulterando.

Mesmo os factores correlacionais, quer internos, quer externos, terão de ser considerados sem abstrair a extrema dinâmica do processo de conhecimento.

Como diriam os Professores J. Madureira Pinto e J. Ferreira de Almeida, teremos de ser capazes de “cruzar numa rede conceptual necessariamente densa e complexa, hipóteses relativas à teoria do objecto (principal) e a teorias auxiliares da pesquisa em que um conjunto de elementos de objectivação das relações sócio-simbólicas de observação ocupe posição central”³.

Tudo o que vem sendo exposto foi verificado na minha actuação profissional quando, tendo sido convidada para dirigir e gerir uma instituição, procurei obter sobre a mesma um conhecimento adequado.

O relato desta situação, revela a forma como é encarado o investigador social pela sociedade onde se encontra inserido, no seu trabalho de procura de aquisição e produção do conhecimento científico.

“Há uma bela harmonia, quando a acção e o pensamento são simultâneos”

(Michel Montaigne)

³Metodologia das Ciências Sociais, Porto Afront.1989 p. 78

Há cerca de doze anos fui abordada por um responsável da Segurança Social no sentido de assumir a responsabilidade directiva de uma Instituição de Terceira Idade, que vinha sendo gerida pelo Governo Civil de Braga. Tratava-se do “Recolhimento das Convertidas”.

Recém licenciada senti-me aliciada pela proposta.

A minha primeira preocupação foi tentar saber o que era um Recolhimento, conceito que nunca me foi fornecido ao longo do meu curso de Serviço Social.

Consultei a Enciclopédia Luso- Brasileira onde a definição de Recolhimento era traduzida através da definição de Royo Marin, no seu tratado de teologia Cristã, como uma das formas de expressão de espiritualidade Teresiana - Uma das condições necessárias para a oração e o encontro com Jesus.

“Consultei” o dicionário de Moraes na sua edição de 1879, onde entre outros “Recolhimento” tinha o significado de “Casa de Religião ou Retiro sem votos religiosos”, “Asilo”, “Abrigo”, “Refúgio”, “Pousada”.

Como é natural nenhum destes conceitos satisfiz a minha curiosidade. Contactei directamente o Sr. Governador Civil, que me informou ter sido esta instituição gerida, em moldes que desconhecia, pelos Secretários do Governo Civil em exercício.

Contactado o último, por ele me foi dito que o Recolhimento era “uma casa de Terceira Idade destinada a utentes do sexo feminino de nulos recursos económicos e sem família”.

Foi-me dito, ainda, que as idosas residentes nada tinham pago, para ali entrar, que não existiam quaisquer funcionários e que a direcção da Instituição se encontrava de momento entregue a uma utente. Aliás, as palavras textuais utilizadas foram as de que a direcção estava entregue a uma “Santa Velhinha”.

Todas as pessoas contactadas, para além das acima citadas (e muitas foram), me referiram que o Recolhimento das Convertidas era uma casa destinada a pessoas idosas do sexo feminino sem meios de subsistência e sem família.

Definir a natureza e as características da Instituição constituiu para mim uma preocupação dominante, até porque, sem isso, seria inviável a formulação de propostas, destinadas a remodelá-la e a dinamizá-la, tarefa que me foi acometida.

Não me foi difícil romper com o senso comum e até da forma mais drástica. É que a primeira coisa que se me deparou ao tomar o primeiro contacto com a Instituição foi, a

permanência na mesma de uma mãe solteira com a idade de 40 anos acompanhada de dois filhos de 12 e 16 anos de idade.

Desde logo ficou em causa o que me foi dito sobre o Recolhimento, ou seja, o senso comum. Na verdade, ou não era exclusivo da terceira idade e de utentes de sexo feminino ou, algo se encontrava profundamente errado.

Aqui iniciei todo um processo de investigação onde, por razões óbvias, (permanência e contacto directo) a pesquisa no terreno foi o método mais utilizado, tendo-me socorrido para isso da observação directa e participante, entrevista em profundidade e de biografias das utentes.

Utilizei ainda a análise documental, para conhecer a origem da instituição e a sua evolução ao longo dos tempos.

Inúmeros foram os obstáculos encontrados.

Na procura do porquê da presença no Recolhimento de uma mãe e seus dois filhos, deparei com uma situação algo caricata – ninguém assumiu a responsabilidade da sua admissão. Não foi o Governador Civil, não foi o Centro Regional e apenas o Secretário do Governador Civil admitiu ter dado uma autorização informal para o efeito mas apenas por um curto período e porque lho tinham pedido.

Afinal, era uma situação de excepção que, aliás, resolvi, recorrendo aos serviços de habitação da Câmara de Braga, mas que, como atrás referi, me demonstrou, que a definição do Recolhimento, dado pelo senso comum, era inconsistente.

Não questionando tratar-se de uma Instituição para utentes do sexo feminino – o que sempre aconteceu desde a sua fundação, no Séc. XVIII, até ao presente - desde logo se me colocou o problema de como uma Instituição, sem funcionários, poderia minimamente apoiar a terceira idade, tendo em conta as carências que lhe são inerentes.

Facto é que as utentes em número de 34 tinham uma média de idade superior a 80 anos.

Porém, e embora inexistindo quaisquer registos, constatei, por informação das próprias utentes que, vinte e cinco ali se encontrava há mais de trinta anos. E na elaboração de ficheiros, a que procedi, verifiquei que havia utentes ali admitidas com as idades de 30, 40 e 50 anos, o que, considerando os 65 anos como início da terceira idade me fez concluir ser errado dizer que o “recolhimento” se destinava à terceira idade.

Isto conduziu à alteração do conceito inicial e permitiu-me posteriormente admitir utentes sem pôr como condição a sua idade.

“Já tudo foi pensado. O difícil é pensá-lo outra vez.”

(Goethe)

Nesta fase, o Recolhimento é como “uma casa para pessoas do género feminino de nulos recursos económicos e sem família”.

Se bem que, aquando a elaboração das fichas, nada me tenha sido referido, o meu contacto directo com a situação das utentes, permitiu-me verificar que pelo menos cerca de 95% das mesmas tinha família, genericamente relevante – filhos, irmãos, sobrinhos.

Confrontadas com os factos referido, as utentes olharam-me como se eu fosse uma investigadora da Policia Judiciária e, obviamente, reconheceram a verdade dos factos.

Afinal, o Recolhimento não era específico para “mulheres sem família”. É que, em pelo menos trinta utentes, detectei familiares próximos.

Uma vez mais, o conceito base ficou alterado as utentes tinham família.

Só que, a família as havia rejeitado ou elas próprias (o que constituía a maioria) haviam rejeitado a própria família.

Afinal, o Recolhimento não se destinava a utentes do género feminino, sem família. Quando muito, a utentes sem rectaguarda familiar.

Acresce ainda que, ao longo de toda esta análise, constatei que a generalidade das utentes possuía contas bancárias de valores elevados – superiores a um milhão de escudos.

Todas elas beneficiavam de uma pensão da Segurança Social não inferior ao valor mensal de Esc. 7 400\$00. Quase todas elas continuavam a prestar serviços domésticos, mediante retribuição, em casas particulares. Algumas, para além disto, eram viciadas na aquisição de rendimentos, obtidos às portas das Igrejas, cobrando cerca de Esc. 100\$00 por cada missa a que iam assistir, correndo de uma igreja para outra (e muitas são as igrejas na cidade de Braga!...).

Afinal, os recurso económicos das utentes não eram insignificantes.

Eis como um conceito base se mostra totalmente ultrapassado. Com efeito, de “uma casa de terceira idade destinada a utentes do sexo feminino de nulos recursos económicos e

sem família”, passa-se para o conceito real de “uma casa destinada a utentes do género feminino sem rectaguarda familiar e com recursos económicos variáveis”.

Partiu-se de um conceito base – O Recolhimento – colhido junto das instituições e do senso comum.

Procedeu-se à análise das variáveis que integravam esse conceito.

Conseguiu-se obter um conhecimento mais preciso - para uma época determinada.

A aquisição deste conhecimento era importante, tendo em conta que só após a sua obtenção seria possível, na prática, com segurança, estabelecer critérios objectivos para a admissão de utentes, bem como determinar qual o apoio humano e económico necessário para potencializar a capacidade de resposta aos problemas colocados.

Por várias vezes o conceito base, do qual partimos, foi remodelado, na medida em que as realidades reveladas, através da investigação, demonstraram a sua inconsistência.

As técnicas utilizadas, e já atrás referidas, foram as únicas passíveis de aplicação.

“Tenho pensamentos que, se conseguisse realizá-los e torná-los vivos acrescentaria uma nova luz ás estrelas”.

(Fernando Pessoa)

Concluí, com rigor, que o “Recolhimento” era uma instituição destinada a utentes do género feminino, sem rectaguarda familiar e com recursos económicos variáveis.

Neste momento, posso acrescentar que “O Recolhimento” já é mais alguma coisa.

É complexo explicar as razões que me levaram a pensar na figura de “Recolhimento”, como a Instituição intermédia entre a vida activa e a terceira idade, considerada não como os 65 anos de idade (conceito actualmente em vigor e quanto a nós profundamente errado), mas como um momento em que a pessoa humana, por razões físicas ou psíquicas, é incapaz de autosubsistir.

O meu conhecimento directo e pessoal dos Lares de terceira Idade permitiu-me concluir que muitas pessoas com uma capacidade plena de autonomia ali se encontram a estiar, como que à espera do fim ou do fim do mundo.

A criação de Instituições que gerissem e incentivassem a participação activa do idoso na vida social constituiria a meu ver um tipo de resposta mais eficiente no sentido do

bem estar do idoso. E mais eficiente, também, porque implicaria muito menores custos orçamentais.

Isto, contrariamente ao que foi defendido pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho, que considera elevados os custos com este tipo de equipamento⁴.

O presente trabalho, pretende analisar e dar a conhecer uma espécie de Instituição Privada pouco conhecida e, ao que se sabe, nunca apontada como resposta aos problemas da Terceira Idade.- **O RECOLHIMENTO** -.

Pela sua longevidade, com quase trezentos anos de existência, a análise do Recolhimento das Convertidas na cidade de Braga, do meio envolvente e da capacidade de resposta da Instituição para as Políticas Sociais em vigor, ao longo da sua existência, aliada à análise das histórias de vida das suas actuais utentes, irá constituir todo o cerne do nosso trabalho.

Por isso, pareceu-nos essencial uma investigação sobre a evolução histórica do Recolhimento, procurando enquadrá-lo nas Políticas Sociais ao longo da sua existência.

Ao iniciarmos esta pesquisa e à medida que a íamos aprofundando, começamos a questionar as razões que levaram, na segunda década do séc. XVIII, à fundação na cidade de Braga de uma instituição original e diferente de todas as instituições análogas existentes no País.

As sucessivas investigações a que íamos procedendo, foram-nos revelando que a cidade de Braga constituía algo de diferente.

Sentimos a necessidade de conhecer as razões justificativas.

Acabamos por nos perdermos no tempo.

Decidimos partir do princípio.

Antes do Recolhimento existia a cidade. As suas origens e a sua história, afiguraram-se-nos merecer um papel relevante no nosso trabalho.

Pensamos que a origem do Recolhimento e mesmo a sua evolução só poderão ser verdadeiramente entendidas a partir de um conhecimento profundo das raízes.

Esta a razão de ser da extensão de todo o capítulo primeiro da nossa tese, que à primeira vista poderia conter matéria não relacionada com a instituição. Mas não é assim.

⁴ “Cuidados Familiares às Pessoas Muito Idosas em Portugal”,(pag. 13). Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, Loughlinstown House, Shankill , Co. Dublin, Irlanda.

É que, em nosso entender, só assim se pode compreender o seu enquadramento.

Tivemos de nos socorrer da dissecação do todo para o particular ou seja de proceder à desconstrução de conceitos, bem como, de proceder de forma inversa, reconstruindo conceitos a partir da observação dos factos.

A generalidade das Ciências Sociais implica a análise da sociedade envolvente.

É que, a sociedade mais não constitui senão a resposta aos instintos e necessidades da defesa do ser humano.- A sobrevivência, a reprodução, o gregarismo.- Isto determinou, logicamente a existência de dirigentes e dirigidos.

O desenvolvimento das relações entre uns e outros, bem como o relacionamento entre os diferentes grupos constitui a Política, que, entre outras funções, tem a de assegurar o Bem Estar do grupo, regulamentando a vivência do mesmo.

É obvio que, quando visa especificamente a obtenção do Bem Estar Social, corrigindo desvios, concedendo ajudas, protelando as situações, ditas marginais, do próprio grupo, estamos perante a Política Social propriamente dita, cujas intenções variam em função do grau de força ou capacidade de actuação de dirigentes e dirigidos.

A sociedade é algo que evolui continuamente, de tal forma que o que é hoje correcto amanhã poderá estar totalmente ultrapassado.

O “diálogo” entre dirigentes e dirigidos constitui um “motu contínuo”, que nos permite afirmar que a sociedade existente num determinado espaço geográfico é como um vulcão em actividade, nunca se consolidando.

É com base nestes conceitos, que apenas afloramos e, na dinâmica do processo histórico, que julgamos dever encarar a Instituição que nos propusemos a analisar, na sua evolução ao longo do tempo.

A análise das histórias de vida das utentes possibilitará, em meu entender, o conhecimento da razão de ser do aparecimento do Recolhimento, um pouco à revelia das Instituições de Terceira Idade usuais.

Todo o nosso trabalho terá como objectivo conhecer, com a maior amplitude possível, o funcionamento do Recolhimento, as razões de ser da sua existência, papel a desempenhar pelo Assistente Social, com o intuito de divulgar a sua existência, perspectivando que este tipo de Instituição possa vir a ser futuramente encarado no âmbito da Política Social, a desenvolver pelo Estado, como mais uma resposta de apoio à Terceira Idade, talvez mesmo privilegiada.

De todo em todo, julgo que constituirá sempre um enriquecimento cultural e prático no domínio da Terceira Idade.

“Os pensamentos que guardamos para nós perdem-se.”

(Paul Valéry)

Revelando-os, é a única forma possível de obter apoios ou, tão só, a constituição de uma equipa interdisciplinar que possa concretizar o pensamento, numa realidade futura.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO

1. O bem estar social

Desde o nascer do mundo que constitui preocupação dominante do homem o **bem estar social**.

O bem e o mal são conceitos naturais e a sua noção como que instintivamente apreendida pelos indivíduos.

O viver em grupo foi algo que o homem teve de aprender por si próprio criando regras e normas de conduta.

Não é por acaso que a traição foi o primeiro crime de que se conhece punição e para o qual era aplicada a pena considerada mais grave entre os primitivos, “o banir”, ou seja, o afastamento do indivíduo do grupo e a sua condenação a viver só.

Esta preocupação de **bem estar** manifesta-se expressamente na Sociedade da Antiga Roma e na já complexa legislação existente, aliás precursora de toda a legislação civilista da Escola Francesa.

Na verdade, os princípios básicos enunciados no 1º Código sistematizado, **O Digesto**, são:

- a - Viver honestamente;
- b - A cada um o que é seu;
- c - Não prejudicar os outros.

As classes sociais surgiram como uma consequência da necessidade de estruturação da Sociedade, da sua hierarquização e da imposição natural e instintiva da lei do mais forte.

Com efeito, o instinto de sobrevivência conduz à necessidade de apropriação dos meios de subsistência, ainda que posteriormente se possa proceder à sua redistribuição.

O instinto gregário conduz à necessidade da criação de uma estrutura que proteja o grupo e inerente existência de uma direcção para essa estrutura a que incumbe o papel de a fazer respeitar.

Da conjugação dos factores acima referidos vai resultar necessariamente a existência de duas classes sociais – a dos dirigentes e a dos dirigidos.

Àqueles, cumpre a protecção destes, a angariação dos meios de subsistência de todo o grupo, a sua defesa perante os elementos naturais e outros grupos.

A existência de classes sociais resulta assim da própria existência do homem e do desenvolvimento do seu instinto gregário e do seu instinto de sobrevivência.

A escolha da classe dirigente e a forma de como o poder irá por ela ser exercido constitui a política.

Já não estamos perante o fenómeno natural, mas perante um jogo de interesses materiais ou imateriais, que, aliás, caracterizam o homem como um ser superior. É que, realmente, o instinto é comum a todos os animais. Mas só o homem adquire interesses que ultrapassam o instinto, os trabalham e os refinam.

No Séc. XII a então Lusitânia, já influenciada pelo convívio imposto pelos dominadores Romanos e posteriormente pelos Suevos e Árabes era constituída por um pacato povo essencialmente agricultor cujos diferendos eram em última instância submetidos à Arquidiocese de Braga que, pela mão de S. Martinho de Dume, obteve o título de Primaz das Espanhas, ou, em última instância ao Rei das Astúrias, que formalmente detinha o domínio territorial.

Nessa altura o rei D. Afonso VI das Astúrias concedeu a um guerreiro da Provença, de nome Henrique, o título de Conde. E atribuiu-lhe a regência do Condado Portucalense.

Seu filho, Afonso Henriques, realmente nascido em Guimarães, então sede do Condado, libertou-se da dependência do Rei das Astúrias e, em 1143 declarou Portugal como Reino Independente.

Contou para isso com o apoio do então Arcebispo de Braga e obteve, posteriormente, o apoio e a benção Papal (para o que teve de sequestrar o Bispo de Coimbra e nomear, ele próprio, um padre de raça negra, como Bispo de Coimbra, como forma de pressão, perante a poderosa estrutura da Igreja).

Em todo este processo do nascimento de uma Nacionalidade não constatamos nenhuma revolta, nenhuma intervenção, nem uma referência àquilo que constitui a essência de um País – o povo.

As classes sociais existentes na época – Nobreza, Clero e Povo relacionavam-se entre si, directamente, se bem que em planos diferentes.

A defesa do grupo estava a cargo dos guerreiros – a nobreza.

A manutenção e preservação da parte espiritual a cargo do clero.

A manutenção do celeiro e colaboração na defesa do grupo, através da sua força de trabalho, estava a cargo do povo.

A primeira manifestação de vontade popular de que temos conhecimento em Portugal, ocorreu apenas no Séc. XIV, quando, encontrando-se em causa a própria autonomia Nacional, após a morte do Rei D. Fernando, o Mestre de Avis foi imposto pelo povo, como Rei.

Porém, isto só aconteceu, porque ao longo de dois séculos, se foi fortalecendo no interior da classe do povo e, na maioria das vezes sob a protecção de um ou outro nobre, de espírito mais aberto, uma subclasse que assumiu e monopolizou a distribuição dos produtos – os comerciantes.

Estávamos numa sociedade fundamentalmente agrícola e piscatória.

Existindo desde tempos imemoriais, a troca era praticada directamente por quem produzia.

Mesmo os “Mesteres” de carácter artesanal trocavam directamente a sua produção.

Se uma espada valia um Afonsino (moeda cunhada por D. Afonso) e três alqueires de milho valiam um Afonsino, era lógico que uma espada fosse adquirida por três alqueires de milho.

Os mercadores fizeram algo mais. Iam buscar espadas a Toledo para vender em Lisboa. E ostras a Bordeus para fornecer à Corte de Lisboa.

Se até aqui, o Afonsino, ou seja, a moeda, podia ser vendida em artigos ou produtos, com a implementação deste sistema, isto deixou de ser possível.

É impensável, até aqui, falar-se em luta de classes, ou mesmo em situações miserabilistas. Necessariamente que haveria idosas carenciadas. Mas , usualmente, essas carências eram resolvidas no âmbito da estrutura familiar e no âmbito da esmola.

O milagre das rosas atribuído à Rainha Isabel, mulher de D. Dinis, não é senão o retrato do carácter esmolar da nobreza da época. E os problemas sociais ficaram-se por aqui.

Porém a actividade dos Mercadores, só comparável à excepcional actividade dos ratos trocadores do deserto, veio revolucionar todo o sistema económico então em vigor.

A partir do Séc. XIV vamos assistir ao nascimento de uma nova classe, que nada cultivando e pouco consumindo, trabalhava, exclusivamente para adquirir a produção de uns – e colocá-la, na esfera de consumo de outros com vista, unicamente e exclusivamente à obtenção do ganho. – Os Afonsinos, os Maravedis, os Morabinitos e em resumo, a riqueza.

São os princípios do nascimento da classe burguesa.

A classe dirigente, Reis e Nobreza e, em certa medida, o Clero, são tentados a desviar os seus rendimentos dos fins a que realmente eles se destinavam.

Na verdade, a Nobreza cobrava impostos, ou rendas, ou foros que se destinavam a assegurar a protecção dos dirigidos. Para isso cunhava moeda. Não como elemento de riqueza, mas para simples instrumento de troca.

O Clero, recebia os óbolos do povo e da nobreza, com o fim de acorrer a situações de carência, que na generalidade eram consubstanciadas pelos velhos e deficientes.

A partir daqui, todos estes réditos, mais ou menos legítimos passaram a ser sistematicamente desviados das suas finalidades.

O cumprimento das obrigações inerentes a quem dirige passa a ser esquecido e substituído pela aquisição de bens pessoais e de bem-estar.

Não há um nobre que resista a comprar sedas e tecidos orientais, porcelanas chinesas, cristais de Veneza, etc.

Não há um Papa que resista a adquirir as melhores obras de arte e a fazer pintar as paredes dos seus palácios pelos melhores artistas da época.

Se o povo pagava as suas rendas que os dirigentes reais transformavam em moeda e, se essa moeda não entrava no mercado tradicional, alguém a acumulava, como objectivo principal da sua actividade. E esse alguém era, como é óbvio, a classe burguesa, não já aqueles ratos dinâmicos e trocadores do deserto, mas sim uma classe poderosa que, acumulando moeda ao longo de três séculos, se constituiu na classe detentora da riqueza.

A partir daqui é deles que a classe nobre ou o clero, se vai socorrer, contraindo empréstimos, para, não só acorrer ao seu sustento, mas também para poder cumprir a sua função de defesa e garante do grupo, agora alargado e, chamado de país ou reino.

No âmbito do clero, esta situação gerou o nascimento do protestantismo.

Com efeito sendo os rendimentos da Igreja centralizados no expoente máximo da sua hierarquia – O Papa –este passou a ser um potentado económico a partir do Séc. XIV.

O papel social que a Igreja sempre desempenhou ficará esquecido pelo menos até meados do Séc. XVII. Isto mesmo foi levemente afluído por Maria Lucia Martinelli no seu trabalho sobre “Serviço Social: Identidade e Alienação”.

Mas o problema é mais grave. Não é por acaso que Martinho Lutero, monge da ordem Agostinha, em 1517 se dissociou da Igreja Católica e instituiu o Protestantismo, ou seja, a Igreja Protestante.

É que aliando-se intrinsecamente ao gosto pelo capital ou se quisermos, ao tempo, Afonsinos ou Dobrões, os altos dignatários da Igreja, não só se esqueceram da função que lhes estava cometida como também a aviltaram. Basta lembrar a época dos Borgias. Ainda hoje a Igreja Católica, que exige o celibato dos seus acólitos, não explica nem quer falar das razões e do porquê que ao longo de três gerações o Papa, seu dignatário máximo foi filho de Papa, numa autêntica sucessão à maneira real.

E o que aconteceu com o Clero de um modo geral aconteceu também com a Nobreza. Não raro era o Nobre que não necessitasse de se socorrer dos empréstimos desta “novel” “classe fluorescente –a burguesia- para manter os seus vícios ou cumprir as suas obrigações para com o povo.

A Casa Real Portuguesa e a Casa Real Espanhola, graças aos descobrimentos, e inerentes rendimentos com eles obtidos, conseguiram, em parte resistir a esta subordinação à classe fluorescente da burguesia.

A instituição, no Séc. XVI, da Casa da Índia e da Casa do Brasil, pelos Reis D. Manuel e D. João III, com todas as normas comerciais que se lhes encontravam afectas demonstram que, ao tempo, os reis, como classe dirigente, ainda tinham força bastante para impor à burguesia normas de conduta.

Isto não quer dizer que entre o Séc. XIV (proclamação de D. João I como rei de Portugal) e o Séc. XVII (proclamação de D. João IV como rei de Portugal), a sociedade Portuguesa não tenha sofrido.

A prova disso é a criação pela Rainha D. Leonor em 1498 da Misericórdia de Lisboa destinada a cumprir as obras da Misericórdia, corporais e espirituais, por demais conhecidas que nos abstermos de reproduzir. Isto porque, já ao tempo e em consequência da actuação da classe burguesa os carenciados não eram só já os velhos e deficientes mas uma ampla gama de homens válidos, trabalhadores da terra, cujo trabalho, por muito que fosse não bastava para prover ao seu próprio sustento.

Um pouco por toda a Europa, a classe dirigente, que se consubstanciava nas Casas Reais, ao tempo existentes, procurou defender-se das influências e das pressões exercidas pela classe burguesa.

O Absolutismo e o recurso aos princípios de direito divino, defendido por S. Tomás de Aquino no Séc. XIII, como justificativo para o seu exercício, mais não representa, senão, o reconhecimento da classe burguesa e a necessidade de as Casas Reais dela se defenderem.

Não podemos esquecer que muitos nobres integravam a burguesia, porque a ela se haviam aliado.

Não é por acaso que o rei D. João II que, em Portugal, dimensionou o ponto máximo do absolutismo, apunhala, pelas suas próprias mãos, o duque de Viseu, seu familiar, para além de ter proibido, por decreto Régio, o uso das sedas e o uso de mulas, como animais de sela, condenando a pesadas penas os infractores, isto no sentido de estancar a sangria de divisas e de possibilitar à lavoura a utilização das mulas.

Neste sumário que vimos a fazer da evolução do poder, ou seja da classe dirigente, pode-se concluir que a Nobreza assumia em regra a função de classe dirigente.

Contudo, isto, não se verificou na região de Braga onde, desde tempos imemoriais e, como que cumprindo, uma tradição, o poder político sempre se mostrou directa ou indirectamente ligado à Igreja.

2. A região de Braga

Falar de Braga implica antes de mais, abstrair do conceito de Cidade ou mesmo de Distrito para se poder conceber um espaço que no presente ano vai comemorar os 2000 anos do seu nascimento.

Esse espaço foi, desde o seu aparecimento, dirigido pelo Clero e, de influência predominante no surgimento da Nação Portuguesa e em quasi todas as fases da sua evolução política.

É obvio, que não podemos falar de Região de Braga, sem nos apercebermos que a mesma representou, a nível Nacional uma excepção, porquanto sempre capitalizou o poder advindo da estrutura clerical, aproveitando o mesmo à custa da submissão.

E, é um facto que, a Região de Braga, foi a única a manter e desenvolver uma acção que, se por um lado foi benéfica, por outro, constituiu uma força poderosa contra a implementação das ideias liberais, que só com muita perseverança se conseguiu ultrapassar.

É que, a Arquidiocese de Braga desde o tempo de S. Frutuoso (...) até aos nossos dias sempre traduziu a manifestação mais visível do poder temporal da Igreja.

Sem a influência do Arcebispo de Braga não teria sido possível o nascimento de Portugal, pelo menos naquela época, onde o reconhecimento da Nacionalidade dependia do beneplácito Papal.

Braga foi a única cidade do País que o foi por concessão de carta de foral, dada pela mão do seu Arcebispo, D. Diogo de Sousa e não pelo poder régio.

Quando no auge do absolutismo, o rei D.Manuel I em Novembro de 1502 pretendeu visitar a cidade de Braga no regresso da sua peregrinação a S. Tiago de Compostela teve de solicitar autorização prévia ao seu Arcebispo, ao tempo, D. Jorge Costa, que lha concedeu, impondo a condição de El-rei deixar os seus homens de armas às portas da cidade entrando nela despido do seu Régio Poder, ao que D. Manuel, o Monarca Venturoso, acedeu, sem qualquer reacção.

O Arcebispo de Braga, cobrava impostos, autorizava construções e determinava o plano urbanístico da cidade, administrava justiça, em última instância, cumprindo-lhe zelar pela boa saúde e bem estar dos cidadãos.

Foi em Braga, que em 1752, pela mão do Arcebispo D. Frei Caetano Brandão, teve lugar a Primeira Exposição Agrícola Industrial do País, com o intuito de, "fomentar a indústria popular, tanto pelo que respeita à agricultura como pelo que respeita ao comércio e ao adiantamento das artes mecânicas, por meio das quais subsiste a maior parte dos pobres e se desterra a ociosidade."⁵

⁵Ferreira, J. Augusto, Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, Mitra Bracarense, 1932, p.415.

Todas as obras de carácter social realizadas na cidade de Braga até aos finais do Séc. XIX, desde o abastecimento de água, à fundação da Misericórdia e do Hospital, passando por múltiplas e variadas instituições de Assistência e Ensino, foram da iniciativa do seu Arcebispo.

Como é obvio a ele cumpria também definir e executar a política social.

Tudo o que se vem dizendo constitui o lado positivo de uma autonomia cujo exemplo poderia servir de base aos defensores da Regionalização.

Na verdade, nada do que se fazia, no âmbito geográfico dependente do Arcebispado de Braga, carecia de ser submetido à aprovação do Poder Régio, o que, obviamente, obstava a qualquer entrave burocrática.

Muitos poderiam ser os exemplos citados para ilustrar o facto de Braga ,Cidade-Região auferir de uma autonomia e importância que manteve até quase aos finais do Séc. XIX.

O único rei de Portugal, eclesiástico, foi o Cardeal D. Henrique que, enquanto foi rei não deixou de ser o Arcebispo de Braga.

É manifesto que teremos também de encarar o reverso da medalha, ou seja, a dificuldade sentida pelo poder Central de incutir nesta região quaisquer ideias inovadoras por muito benéficas que fossem mesmo a democratização.

A própria revolta da Maria da Fonte que todos nós encaramos como simpática e genuína revolta popular, que nos entenece, depois de friamente analisada não pode deixar de ser considerada uma manifestação reaccionária à implementação dum princípio sanitário elementar da proibição do enterramento dos mortos nas Igrejas.

É esclarecedor neste sentido o comentário de Eça de Queirós:

“ Guimarães ? É pior que Braga !”

Mais esclarecedor ainda a leitura da novela O Filho Natural incluído no primeiro volume das Novelas do Minho de Camilo Castelo Branco, que não resistimos a transcrever:

“ A degeneração do fidalgo de Basto promoveu-a o sistema representativo. O acto eleitoral foi a rampa traiçoeira por onde aqueles partidários do trono absoluto escorregaram à democracia . Os seus enviados ao parlamento (...) não pediam estradas nem Abadias, nem campanários, nem comendas: estavam ali com os ouvidos atentos com o que vinha da Rússia. Afinal, o temperamento consaguineo dos cavalheiros de Basto borbulhou em

comechões de novas ideias e todos eles se coçaram mais ou menos com a Carta Constitucional “⁶

Pelo que vem sendo exposto mostra-se amplamente demonstrado que, na região de Braga o poder e a defesa do bem estar social esteve ao longo de vários séculos cometido à Igreja pela mão do Arcebispo de Braga.

Ainda hoje, se bem que de uma forma indirecta a sua influência se faz sentir.

3. Braga a sua população e a suas crenças

Como já foi referido, no próximo ano a cidade Bracara Augusta vai comemorar 2000 anos de existência ou seja, a sua existência é anterior em mais de um milénio à nacionalidade.

Por esse motivo é público e notório que desde sempre constituiu um dos centros urbanos com maior densidade populacional.

As influências climáticas proporcionaram um índice elevado de produtividade agrícola, que se traduziu ao longo dos tempos pelo cultivo intensivo das terras.

Daí que, mesmo implicando a actividade agrícola, lucrativa na força de trabalho, não seja de estranhar o elevado índice populacional que a região minifundiária de Braga sempre registou antes e depois da fundação da nacionalidade.

Poderemos dizer que na época da fundação da nacionalidade a região de Braga era uma região rica quer na população, quer pelos rendimentos provenientes da agricultura que proporcionavam aos dirigentes.

“ Em Afonso Henriques conjugam-se factores familiares, religioso-internacionais, para fazerem dele o governante supremo: será pois ele o chefe de Estado, se aguentar com a reacção do Rei de Castela. E como tem o apoio das entidades que acabamos de ver – que estão interessadas na constituição de um núcleo autónomo na Península Ibérica; e também de pequenos povoados a quem interessa que seus dinheiros não sejam desviados para muito longe – ele conseguirá aguentar-se.” ⁷

⁶Branco, Camilo Castelo, Novelas do Minho.

⁷Torres Flausino, Portugal uma Perspectiva da sua História, Edições Afrontamento, 1970, pág. 47

Isto revela por si só, que o Minho era ao tempo uma região rica, que pelas qualidades do seu clima permitia obter rendimentos da agricultura intensiva que sempre aqui existiu, com a mais ampla variedade de culturas.

Não é de estranhar assim que, em 1527 a região do Minho possuísse o maior número de fogos por quilómetro quadrado. Com efeito, como resulta da análise do mapa dos concelhos portugueses em 1527-1532 de João José Alves Dias – Gentes e Espaços, Lisboa, 1992- a região do Minho possuía 7.6 fogos por quilómetro quadrado contra 3.3 fogos por quilómetro quadrado da região da Estremadura.

Não é por acaso que nos dias de hoje é na Região do Minho que se verifica o maior número de casos de trabalho infantil.

É que, ainda hoje se considera nesta região ser o trabalho braçal de importância elevada para a obtenção da produção pretendida.

Muitos são os casos na região do Minho onde o absentismo resulta da necessidade de apoio sentida pelos progenitores no amanhar das terras, base fundamental do sustento do agregado familiar.

No século XVI o território português encontrava-se dividido em seis comarcas ou províncias. Na altura a província de Entre o Douro e Minho que, em grandeza, representava 12% do território albergava um quinto da população portuguesa, enquanto toda a região a sul do Tejo albergava uma população igual, pese embora a sua área ser cerca de cinco vezes superior à da região de Entre –Douro e Minho.

Poder-se-ia dizer que a região de Entre- Douro e Minho com 32.6 habitantes por quilómetro quadrado, estando acima da média nacional ombriava com os melhores valores europeus –José Vicente Serrão in População e Rede Urbana nos séculos XVI-XVIII.

Pese embora a elevada densidade populacional da região de Braga, o seu controle sócio- económico- político continuava a cargo do seu arcebispo.

Mesmo nos finais do século XVIII o Arcebispado de Braga continuava a fazer parte dos donatários da alta hierarquia, inexistindo recurso das suas decisões.

“ A Jurisdição Eclesiástica da Arquidiocese Bracarense estendia-se então pelas províncias de Entre Douro e Minho (excepção feita à administração eclesiástica de Valença) e Trás- Os- Montes, cobrando nesses territórios para além das dízimas, uma pluralidade de rendas oriundas quer das dádivas e foros das Igrejas, quer legados testamentários ou dos

seus bens patrimoniais. “- Mafalda Soares da Cunha in *Práticas do Poder Senhorial à Escala Local e Regional fins do século XV a 1640*.

Tudo o que se vem dizendo, pode-se traduzir na conclusão de que, a região de Entre- Douro e Minho, da qual Braga constituía o fulcro (o Porto era já capital do Douro Litoral) foi dirigida sem interferência do poder central, pelo menos até meados do século XIX pela mão do Arcebispo de Braga.

E não é de estranhar que assim seja, dada a influência e o relevo assumido por esta região na fundação da nacionalidade como resulta de factos recolhidos e transcritos por Sant`Anna Dionísio⁸.

“ Diz-se com frequência que Portugal nasceu do ânimo rústico e pugnaz do homem de Entre Douro e Minho e, até certo ponto, o dito é exacto. O pupilo (aliás pouco submisso e ainda bem) do velho Egas Moniz, senhor de várias terras portucalenses e durienses, é um rapagão, nado e criado nesse torrão fecundo e é aí mesmo que encontra, no limiar da sua adolescência, vindo há pouco da vigília da catedral de Astorga, os vigorosos pulsos que o impelem para o golpe decisivo de S. Mamede. São os freires de Leça do Balio e os cavaleiros da Maia, são os Portocarreros, são os Sousas, são os grandes prelados de Braga e do Porto, são os abades de Terras de Bouro e de Ribatâmega que o escoltam e defendem nas duras jornadas audaciosas de Cerneja, de Valdevez, de Ourique. Daí partem os fossados e as mesnadas que lhe dariam a posse dos miradoiros pedregosos de Leiria e de Tomar, de Santarém e Lisboa. A conquista desta última é obra, em boa parte, de uma exortação que um bispo do Porto, o patético Pitões, (digno de Plutarco), dirige aos cruzados que haviam entrado, em fins da Primavera de 1147, na barra do Douro e os convence, não sem custo, a cooperar no assédio da poderosa metrópole mourisca do Tejo.

Muito antes desse evento, aliás, as terras neogóticas de Entre Douro e Minho, renascendo aos poucos do pesadelo das «razzias» islâmicas, haviam já tido ocasião de revelar a sua incoercível apetência de alforria na rebelião (embora terminada em desastre nas margens do Cávado) do conde Nuno Mendes contra a submissão ao rei galego Garcia, o irmão mais novo de Afonso VI.

Na realidade, a separação de Portugal do seu raizeiro vizinho, a Galiza, constitui um dos mais complexos processos de secessão que se poderá apontar na dramática história da formação das nações da Península.

⁸Sant`Anna Dionísio, *Velho Minho*, ed. Lello Irmão, Porto, 1978, p.273 – 277.

A visão perfeita desse processo dificilmente poderá ser atingida, porque nele se conjugam as mais diversas e discretas interferências: umas de ordem étnica e milenária, outras de natureza aleatória e contingente.

As duas mortes prematuras de Raimundo de Borgonha (1107) e de Henrique de Borgonha (1114), ligados por um pacto secreto celebrado algures e que os tornaria, talvez, herdeiros do sogro, são duas circunstâncias tipicamente imprevisíveis e que tiveram, sem dúvida, a maior influência nessa tessitura de factores, uns profundos, outros de superfície.

Outro facto análogo, nitidamente contingente, seria, mais tarde, o desastre militar e físico sofrido por Afonso Henriques, ao abandonar Badojoz, desastre seguido do aprisionamento e da forçada entrega de todos os roqueiros que já possuía na ribeira do Lima, entre as montanhas de Orense e a ria de Vigo.

Tenha sido, porém, obra do poder colectivo, ou obra do querer singular de Afonso o primeiro, ou simples obra do acaso, o certo é que, em dada altura, entre Portugal e a Galiza se dá um dramático «corte de relações» que nunca mais teria, durante oito séculos, ajustada e sanada solução. A secessão tornar-se-ia irreversível.

Muitos altos espíritos portugueses e galegos, como Murguia e Oliveira Martins, Antero e Castela, Pascoaes e Pedrayo, sentiram, ou têm sentido, que esse afastamento foi absurdo. O certo é que tal se deu e dificilmente se poderá considerar rectificável. As estratificações invisíveis do tempo são bem menos alteráveis que as da erosão da Terra.

Herculano, com a sua longa experiência de manuseador de códices e de calcorreador dos séculos, habituado aos barrocais da Meia Idade, procurou dar uma visão íntima desse drama da separação das duas pátrias fraternas, evocando no seu pequeno romance vimaranense os possíveis incidentes que teriam conduzido à jornada de São Mamede.

A visão do historiador é interessante -, mas está longe de ser completa.

A crer nessa romanesca narrativa, a cisão de Portugal e da Galiza explicar-se-ia, fundamentalmente, pelo concerto dos ressentimentos dos guerreiros portugalenses feridos pela presença jactanciosa do fidalgo Perez de Trava, favorito da pulquíssima e impudente condessa portugalense. Ora, na realidade, a questão foi muito mais complexa. Além das razões de ordem sentimental ou psicanalítica, outras de natureza política interferiram poderosamente no desenlace.

A política ambiciosa e audaz do famoso bispo D. Gelmires – extraordinária figura de diplomata e de guerreiro, de caudilho e aventureiro, possesso do sonho de fazer da sua

Galiza a mais potente nação do Ocidente europeu -, talvez tenha sido um dos mais poderosos factores do que hoje dificilmente poderemos dizer se foi para nós, Portucalenses, um bem ou mal, um desastre ou uma dádiva da fortuna.

Obsediado pelo seu sonho, o prelado de Compostela travaria durante cerca de meio século uma luta tenaz contra todos os que ele considerava adversos à realização dos desígnios que o moviam. Daí a multiplicidade das suas alianças e viragens, das suas aventuras e querelas, ora com os próprios Galegos, quando os via inclinados a aceitar as perigosas seduções de Castela, ora com os prelados bracarenses, quando os via invocar a velha primazia da era imperial e não receava recorrer ao insulto do «pio latrocínio» das relíquias, para reduzir e cortar essas veleidades, ora contra a rainha Urraca, mãe do seu protegido, Afonso Raimundes, quando lhe temia o excesso de força dado pela contingência das armas.

De todo o modo, o pensamento de Gelmires convergia para este intento; fazer da Galiza o reino hegemónico do Noroeste atlântico da Península e fazer de Afonso VII, filho do mal-aventurado Raimundo, a verídica encarnação do rei desse sonhado Reino Asturiano.

É muito provável que o próprio idílio de Fernando de Trava, irmão de leite de Afonso Raimundes, tivesse sido, se não preparado, reconditamente auxiliado pelo poderoso e astuto prelado compostelano. O seu comportamento estranho no cerco do castelo de Lanhoso, retirando-se inexplicadamente com a sua hoste precisamente quando D. Urraca parecia ter por um fio o destino político da irmã, a condessa portucalense, sitiada e quase vencida, na companhia do seu favorito, não é dos factos menos intrigantes da vida desse semilendário bispo galego, obsediado até à morte pelo desígnio de fazer da sua materna terra uma Galiza hegemónica. Dessa retirada, muitos historiadores inferem, e não sem alguma verosimilhança, que Gelmires era um aliado secreto da condessa portucalense e que o seu intento seria talvez o de humilhar a rainha castelhana, que ele talvez tanto detestava como amava o filho, seu pupilo e sua esperança viva.

A verdade é que tanto o excesso de ambição como o de temeridade e de astúcia acaba sempre por ser funesto para quem as cultiva. Os barões portucalenses, feridos no seu pundonor regional pelo cerco de Guimarães, realizado pelo pupilo de Gelmires, já elevado à categoria de «imperador», sublevaram-se e criaram, por sua vez, um paladino da sua au-

tonomia: o jovem filho do cavaleiro borgonhês e da pulquérrima Teresa, armado «ad hoc», por si próprio, cavaleiro, na catedral de Astorga.”

O longo excerto que não resistimos a transcrever, traduz as dificuldades sentidas no nascimento da nacionalidade, revela o triunfo obtido pela Igreja bracarense junto do Papa, fundamental para o nascimento da nacionalidade.

Por si só, isto justifica que ao longo de mais de seis séculos o poder do arcebispo de Braga tenha permanecido intocável, da mesma forma que, explica as dificuldades sentidas pelo poder central em legislar sobre os assuntos referentes à região.

É por demais esclarecedor o facto do litígio que em 1721 opôs o arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles ao correio mor de Lisboa, descrito na edição nº 213 do jornal O Regenerador no seu 3º ano de publicação em 2 de Agosto de 1888, por Jeronymo Pimentel, que se junta em anexo. E que não resistimos a transcrever.

“Em julho de 1721, falleceu Simão da Cunha Pinto, cavalleiro da Ordem de Christo, e que accumulava as funcções de thesoureiro do arcebispo, com as de correio da cidade.

Vago este logar de correio, entendeu o arcebispo que na sua alçada estava o prove-lo em quem bem quizesse. Assim o fez, conferindo a propriedade d’aquelle emprego n’um sugeito chamado Lobo.

Levantou-se a este respeito um conflicto de jurisdicção entre o arcebispo, senhor de Braga e o Correio mór de Lisboa.

Entendendo este que as atribuições do arcebispo não se estendiam ao serviço postal e à nomeação do pessoal dos correios, proveu n’aquelle emprego um homem de Lisboa, chamado Santos.

Não consentiu D. Rodrigo de Moura Telles que o nomeado pelo Correio mór viesse em Braga exercer as funcções do seu emprego, e teve este por isso de estabelecer a sua repartição no logar da Misericórdia, que era então do couto de Vimieiro.

Ficou Braga assim com dous correios, ao nomeado pelo arcebispo não vinha a correspondencia de Lisboa, mas só a do Porto; o Correio mór ordenara que toda a mais correspondencia viesse por Barcellos sob a direcção do outro correio que funcionava na Misericórdia.

D’aqui resultavam grandes inconvenientes para o serviço postal, e grave transtorno para o publico.

Em março de 1727, veio a Braga o escrivão da corôa notificar o arcebispo para que não embaraçasse que se estabelecesse na cidade o correio nomeado por Lisboa.

Não accedeu o arcebispo a esta intimação, e procurou por meio d'um pleito judicial fazer valer os seus pretendidos direitos.”⁹

É neste enquadramento sócio –político –geográfico que surge O Recolhimento das Convertidas.

No ano de 1500 o arcebispo de Braga D. Rodrigo da Costa (1486/1501) mandou construir a ermida de S. Bartolomeu na primeira encosta do monte de Santa Margarida a qual na sua frontaria ostentava as pedras de armas de D. Jorge (roda de navalhas de Santa Catarina- suas armas de fé) e também um escudo representando uma “corda enrolada”, cercada da inscrição “Justum deduxit Dominus per vias rectas” que era o brasão da família dos Cordas procedente de Thomé da Corda, que veio para Braga com D. Jorge da Costa e vivia no Campo de Santa Ana.

Tudo leva a crer que esta Capela tenha sido construída com a ajuda repartida do arcebispo de Braga e de Thomé da Corda.

Apenas Albano Belino na sua obra “Archeologia Christã” a fls. 251, afirma que sobre a porta desta Capela se encontrava uma inscrição com a seguinte leitura: “O Primaz das Espanhas D. Jorge da Costa, Arcebispo e Senhor de Braga, mandou fazer esta capela no ano de 1500”, infirmando daí, que a mesma era exclusivamente devida ao arcebispo de Braga.

Desta inscrição, contudo não se conhece hoje o destino.

Nesta ermida foi instalada a Confraria de S. Gonçalo com estatutos aprovados a 1 de Fevereiro de 1601, passando a ermida de S. Bartolomeu a denominar-se, em consequência a Capela de S. Gonçalo, sob, o beneplácito do arcebispo de Braga, ao tempo D. Jorge da Cunha.

Este pequeno Templo, foi mandado restaurar em 1625 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, o que se constata pela relação de obras que lhe são atribuídas -.”...Mandou ladrilhar a Capela da Igreja de S. Bartolomeu, de Cantaria.”

Aproveitando esta edificação, D. Rodrigo de Moura Teles, adquirindo duas moradas de casas térreas contíguas, ali construiu um Recolhimento, no ano de 1722.

⁹ Ver Anexo 1.

Como escreve Sena de Freitas, “ ... pelo decorrer do tempo, esfriando a devoção da confraria de São Gonçalo; e sendo esta em decadência; ficou em total abandono a Ermida de São Bartomeu, já reformada em capela”¹⁰.

D. Rodrigo de Moura Teles destinou esta instituição a dar “abrigo às mulheres convertidas a Deus por livre vontade, arrependidas do coração e de seus erros.

Consignou-lhe a dotação das rendas da Meza arcebispal destinadas aos pobres na importância de 224\$340 reis anuaes em dinheiro, e nas rendas do Celleiro do Micho, o que tudo foi confirmado pelo Breve Ex. injuncto nobis de Clemente XI, expedido em 14 de Agosto de 1720.”¹¹

Entregou a administração do Recolhimento às freiras ursulinas.

Segundo Sena de Freitas, na obra supra citada, nomeou uma superiora como regente, dando-lhe 40 reis diários, destinou-lhes um regulamento e denominou esta casa como Recolhimento de Santa Maria Madalena Penitente, taxando a cada uma das utentes por testamento a esmola diária de 20 reis.

Nos termos dos estatutos, as recolhidas, em número de doze, vestiam o hábito de S. Francisco e deveriam ocupar o seu tempo no coro em exercícios de piedade e na casa de labor trabalhando.

Segundo Eduardo Pires de Oliveira, “embora não haja autor conhecido é bem possível que o projecto tenha saído das mãos de um engenheiro de Viana do Castelo, Manuel Pinto Vilalobos ou do mestre de pedraria Manuel Fernandes da Silva, homens que aparecem sempre ao lado de D. Rodrigo Moura Teles nas suas múltiplas obras. Aliás foi autorizado por provisão arcebispal a mandar para aqui duas das suas filhas três dias antes da inauguração oficial do Recolhimento.”¹²

Os brasões originais existentes na frontaria da casa, com as armas do arcebispo D. Jorge da Costa, foram transferidos para o edifício sito nas Carvalheiras onde funciona hoje a cooperativa dos produtores de leite – e que outrora foi sede do Grémio da Lavoura.

¹⁰Sena de Freitas, Memórias de Braga, vol. V, p.164.

¹¹ Ferreira, J. Augusto, Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, III, 1932, p.254; e Jornal O Regenerador 2 de Agosto de 1888

¹² Ver Anexo 2.

Em sua substituição, a casa apresenta hoje dois brasões, um respeitante à dignidade eclesiástica de D. Rodrigo de Moura Teles, outro, respeitante à natureza da instituição, conforme “Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga”.¹³

Sobre a estrutura da casa, passa-se a transcrever o trabalho elaborado por Luís Costa, em Fevereiro de 1990, quando era o responsável do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, publicado no Jornal Correio do Minho de 11 de Fevereiro de 1990.

“De linhas simples, a fachada deste conjunto (Capela e Recolhimento) é composta por uma torre, de dois andares, com uma cornija, rematada em cada canto por um coruchéu. Quatro janelas gradeadas dão vista para a Avenida Central, sobre uma platibanda que corre em todo o comprimento do edifício e serve ainda de remate ao telhado da capela. No primeiro andar da torre sobressai uma janela com parapeito em pedra, ladeado de volutas, e no cimo entre um frontão recortado, barroco, o emblema do Recolhimento de Santa Maria Madalena.- Santa Maria Madalena orando como penitente, tendo à sua roda, uma bordadura com os dizeres DECLINET AMALO ET FACIAT BONUM ET SEQUATUREAM:

Dentro do medalhão Madalena está rodeada com o símbolo da Árvore da Vida e do outro lado um crucifixo sainte de uma caveira e duas tíbias (sinal de morte) e ainda uma árvore (cipreste).”

E o narrador continua a sua descrição pormenorizada do aspecto exterior do edifício.

“Ainda neste andar uma janela simples, gradeada, sem qualquer ornato especial, e uma fresta quadrangular, também gradeada, sobrepujada por um friso.

Adossado a este corpo principal, torre com mirante, está a capela de São Gonçalo. Três degraus dão acesso ao interior cuja porta como convinha à clausura, está colocada lateralmente. É uma porta simples, sem qualquer ornato nas ombreias e padieiras, tendo a encimá-la um janelão com parapeito de pedra, igual ao da porta do Recolhimento, gradeado e encimado por um frontão interrompido no centro do qual se encontra o brasão de Fé de D. Rodrigo de Moura Teles – sete castelos. Ao lado um outro janelão, com os inevitáveis gradeados, dão luz ao interior da Capela.”

Luis Costa passa então a efectuar uma verdadeira fotografia do interior da capela.

¹³Vaz Osório da Nóbrega, Cidade de Braga, edição Junta Distrital de Braga 1971, vol I, Tomo II, pp.532 a 539.

Logo à entrada sobressai um púlpito barroco com as armas do Arcebispo. Na cabeceira, um magnífico altar barroco, em talha dourada, retábulo de altar – mor, encerra no centro uma esplêndida imagem de Nossa Senhora da Rosa, sobre um plinto – urna. Lateralmente quatro belas imagens dos séculos XVII-XVIII, representam Santa Ana, São Bartolomeu (o patrono da primeira ermida), S. Domingos e São Gonçalo que teve nesta capela a sua Confraria. Santa Maria Madalena, a penitente a quem D. Rodrigo dedicou o Recolhimento está num lugar de honra, sobre um plinto ao lado do altar - mor e já no corpo da capela.

O tecto em madeira pintada com diversas alegorias e do qual se destaca a representação de São Francisco, possivelmente, por ter sido o hábito que as primeiras recolhidas envergaram. Na sacristia, ainda uma boa imagem do século XVIII e uma pia de água ao lado de uma roda, para evitar o contacto das reclusas com o povo, roda que também se encontra à porta da entrada do recolhimento, onde eram depositadas as oferendas para o sustento da comunidade e onde, por vezes, também apareciam expostos.

Por debaixo do parlatório um porta de grade, com a respectiva portinhola para a comunhão, dá acesso às dependências do Recolhimento. Ali se vêem vários quadros, um dos quais de grande merecimento – um sudário – apesar da sua pequenez. Também podemos admirar um bom oratório do século XVII, como um outro que existe na sacristia com diversas imagens.”¹⁴

O valor histórico do edifício é aliás reforçado pela descrição efectuada por Magno Moraes de Mello¹⁵ que pela sua importância e até no sentido de compreender os esforços desenvolvidos pela manutenção da herança recebida, não se resiste a transcrever, pese embora, a extensão da transcrição.

“A CAPELA DAS CONVERTIDAS (1722)

Encomendada a pintura do tecto da capela-mor e da nave pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, em cerca de 1722. Pintura que nos dois suportes apresentam certa simplicidade na composição, no escorço, nas figuras humanas representadas e nas poucas estruturas arquitectónicas que então aparece.

A pintura da nave conta com um quadro central pequeno e com molduras em acanto e volutas simplificadas, mesmo mal conseguidas. Estas volutas e folhas de acanto robustas

¹⁴ Ver Anexo 3.

espalham-se por todo o tecto e faz conjunto com pequenos e gordos putti que em número bastante razoável (em relação à dimensão do suporte) entrelaçam-se em seus enrolamentos ou situam-se em espécies de balcões com falsas janelas e quadros laterais. Outros putti em dispersão brincam entre si ou exibem faixas com inscrições, ou ainda posicionam-se simplesmente em pedestais ou colunas próximas a vasos de flores bem desenvolvidos¹⁶

Morães de Mello, dedica-se então à análise das paredes da capela.

Nas duas laterais formam-se pequenos balcões em total frontalismo ladeados por putti localizados nas extremidades e que seguram uma grande voluta inserida a uma robusta folha de acanto bem desenvolvida e que faz ligação deste espaço lateral com o motivo central do **quadro recolocado** ou da **cartela**. No espaço intermediário entre estes putti nota-se a presença de uma espécie de falsa janela, situada de um lado e fazendo eco à verdadeira, no lado oposto do quadro central, acima da cornija. No próprio espaço da abóbada e ligado aos pequenos balcões, formam-se também pequenas aberturas em visões diferenciadas. Na parte esquerda do suporte e no sentido do altar é mostrado um quadro com um grande corredor; arcos plenos em espécie de claustro; espécie de nicho que no alto encerra-se com uma pequena balaustrada. No plano do fundo surge um grande arvoredado de um lado e de outro; num plano mais próximo alinha-se grandes escadarias, ou espécie de pátio com gradeamento que levam à contemplação da paisagem ao fundo; já ao lado e depois dos arcos, é também presente uma outra parte deste imenso jardim que se forma no interior deste pequeno quadro, que por sua vez, não apresenta soluções de intuição perspéctica científica ou de sfondo, ou seja, de profundidade dos espaços.”

O autor não resiste a interromper a análise a que vinha procedendo, para exprimir o seu sentir pessoal, considerando a capela do Recolhimento como uma obra ímpar da cidade de Braga.

“Aqui tudo é construído quase como uma visão espacial ingénua ou **artesanal**, ou ainda próxima da chamada perspectiva paralela, tão usada na Antiguidade ou na Idade Média em momentos conhecidos como perspectiva **pré- renascentista**. Tudo neste forro apre-

¹⁵ Mello, Magno Moraes, Manuel Furtado e a pintura de tectos Joaninos em Braga, Braga, ed. Aspa, 1995, pp. 174 – 178.

¹⁶ Mello, Magno Moraes, Manuel Furtado e a pintura de tectos joaninos em Braga. “As inscrições que os putti apresentam pode ser à primeira vista identificadas como: Santa Thereza de Jesus; Santa Magdalena de Pazi, nos cantos e na parte central: Labore et Constancia. No painel central também nota-se outras inscrições: haec svnrma mel tlae nostra e talvez símbolos alusivos a castigos como por exemplo, um livro, uma mão, cordas ou cintas ou ainda podem ser espécies de cordões.”

senta-se como um jogo ingénuo que outra vez distancia-se dos fustes e dos entablamentos em aberturas com vistas, realizado na Sé de Braga, ou até mesmo na Capela do Salvador.

Já do outro lado, ou seja, do lado direito de quem entra, está outro quadro com outra cena, desta vez não com a projecção de um espaço com jardim, mas apenas um edifício, talvez o próprio convento.

No campo da representação perspéctica, a cidade de Braga não apresenta grandes intenções ou exemplos no que se refere a falsos espaços cientificamente construídos, ou na intenção do engano do olho. As ousadas composições de ascensão vertical, tanto das falsas arquitecturas, quanto das personagens, não tem em Braga ponto constante de preocupação, ou seja, o espaço é quase construído sem estas variações perspécticas, mas como mero aspecto decorativo da forma ou pura intenção narrativa de um momento desejado ou ainda fruto de um processo didáctico como na pintura do Convento das Convertidas parece revelar.”

Moraes de Melo, passa agora a dedicar-se à análise da capela-mor. A leitura atenta da sua descrição constitui, na verdade, uma fotografia nítida- a melhor que conhecemos.

“Ainda neste Recolhimento, também a capela-mor se apresenta com pintura nas mesmas estruturações formalistas que a nave, mas que não pertence a nenhuma proposta de visão da sotto. O forro de madeira da capela-mor apresenta-se num envolvimento de putti em torno a uma luminosa nuvem dourada que assume o tema central: não há **quadro re-locado** com cenas hagiográficas, apenas nuvens e anjos músicos portadores de inscrição.

Estes putti aparecem como portadores de instrumentos musicais, envolvidos em nuvens; segurando grossas guirlandas que então fecham este espaço pictórico central e único, pois além dos putti e das guirlandas não há nada mais figurado. No centro desta luz dourada surge uma faixa que exhibe uma inscrição: Haec mutatio dex trae exerci. Tudo está organizado e pré-concebido na aparição desta mensagem cercada pela presença de inúmeros putti com faixas nas mãos em constante movimento; putti que seguram pesadas guirlandas de flores bem coloridas fazendo o remate final deste núcleo. Nas extremidades, estreitos balcões formam-se na presença de outros putti em postura de movimentos contrários, sobre entablamentos ou pedestais e que seguram sumptuosas cor nucópias bem arranjadas. Entre estes dois putti, ao centro, um Santo que apresenta outra inscrição. Na outra extremidade da abóbada, acima da cornija, repete-se este mesmo esquema com outro San-

to. Ambos tem nas mãos livros que também são dispostos totalmente fora de uma correcta visão de escorço. Tudo é apresentado e representado frontal e directamente ao espectador.

Não é presente o escorço das figuras e nem é utilizado a quadratura, tudo é muito lógico em seu conteúdo singelo e de expressão artística mais primitiva que propriamente erudita de estudos científicos, ou fruto do conhecimento da perspectiva e na anatomia.”

E o autor continua a sua fotografia.

“As laterais, com as figuras de São Jerónimo, à direita, e São Paulo Ermitão, à esquerda, ocupam também uma visão frontal como se estivessem sido concebidas para figurarem em painéis, ou em grandes composições murais. Pode-se pensar em perspectiva ilusionista nestes dois exemplos da capela das Convertidas? O que propõe o artista (escola Manuel Furtado?) quando não usa a tridimensionalidade da perspectiva, mas sim espaços ausentes de profundidade? Sem dúvida a ausência de uma apurada, cuidadosa observação e estudo sistematizado da figura humana e o conhecimento da perspectiva, anulariam este questionamento.

Outro aspecto importante a mencionar é a delicadeza dos putti que na capela-mor vêm representados. O mesmo não acontece com os da nave que, ao contrário, mostram-se mais estilizados e simples no desenho, não querendo dizer com isso que são inferiores. Na verdade todos pertencem às mesmas propostas no escorço e na representação de efeitos de distância, no complicado estudo dos corpos escorçados que tanto caracterizam o pleno domínio da figura humana concebida para um espaço atmosférico. Os putti da capela-mor, apesar da falta do escorço, são figuras de grande expressão angelical, que jogam entre si em vigorosas guirlandas criando uma certa tranquilidade na mística expressão da luz dourada.”

O autor termina comparando a talha da capela do Recolhimento à existente na biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra e na Igreja da Pena em Sintra.

Enfim todo um condicionamento voltado para o momento central; particular expressão de conteúdo próprio e um carácter bastante peculiar e específico apresentado neste contexto formalista; perspectiva singela e afastada do receituário e dos estudos científicos que faziam-se em Lisboa já nos inícios do século Setecentos, como na obra de António Lobo na nave da igreja da Pena em 1718, nas obras de António Simões Ribeiro em Coimbra, na Biblioteca Joanina (1723), ou ainda na deteriorada pintura do Santuário do Cabo Espichel em 1740, obra do bejense Lourenço da Cunha.”

Resta acrescentar, neste já longo preâmbulo que, no Dicionário Corográfico de Pinho Leal do ano 1873, esta instituição era classificada como um Estabelecimento de correcção.

Com efeito na pág. 441 desta obra, pode-se ler:

“Estabelecimentos de correcção.

Existem três em Braga:

1º no Campo de Sant’Anna. É o recolhimento de Santa Maria Magdalena, de convertidas. (...)”.

Capítulo II

O RECOLHIMENTO

1. Razões determinantes da fundação do Recolhimento

Do que vem sendo exposto, resulta que, a Instituição em análise, inicialmente fundada para doze recolhidas, “arrependidas do coração e de seus erros”, veio a ser classificada, um século após a sua fundação, como uma casa de correcção.

Depois da investigação a que procedemos, esta afirmação que, numa primeira impressão, nos pareceu afrontosa, não deixa de certa forma de nos parecer pertinente.

Na verdade, a Nobreza renascida em 1640, com a Dinastia de Bragança, atingiu cerca do ano de 1700 o seu apogeu.

Os abusos dos nobres, inicialmente circunscritos à Corte Palaciana em Lisboa, começaram a espalhar-se pela província. Os ao tempo chamados costumes dissolutos chegaram aos nobres provincianos nos seus solares do Minho. O adultério era frequente ao nível da classe nobre, o que aos olhos do então arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, era no mínimo escandaloso. Era necessário encobrir as situações escondendo-as o mais possível aos olhos do povo.

As adúlteras, as donzelas desonradas das casas nobres do Minho, encontraram o seu destino na casa criada especificamente para “as arrependidas dos seus erros e do coração” – **O RECOLHIMENTO DAS CONVERTIDAS** -.

Certo é que as chamadas situações pecaminosas eram escondidas e passavam ao tempo despercebidas aos olhos do povo.

D. Rodrigo de Moura Teles, ao criar a instituição, não se preocupou com a situação das mulheres feitas “Madalenas”. Preocupou-se sim com as influências perniciosas que o seu comportamento poderia ter na sociedade do tempo.

Ao resolver a situação das “pecadoras” o arcebispo de uma forma genérica exerceu uma acção social. Mas fê-lo não no interesse das destinatárias, mas para protecção de uma estrutura social que se pretendia manter inatacável.

É que para os habituais fins de protecção às situações de carência existia já a Misericórdia de Braga, ao tempo, uma instituição florescente e em plena actividade, com o seu hospital e múltiplas obras paralelas e análogas.

Por outro lado, para socorrer as situações de miséria dispunha o arcebispo de Braga dos rendimentos do Celeiro do Micho.

O Recolhimento é, por isso, criado com uma finalidade específica, não coberta pela acção das outras instituições existentes, não porque estas funcionassem mal, antes pelo contrário, mas sim porque os objectivos que se pretendiam alcançar com O Recolhimento de Santa Maria Madalena não estavam contidos nos objectivos dessas instituições.

2. O Recolhimento desde a sua fundação até 1900

Pese embora os objectivos que presidiam à sua fundação, o Recolhimento das convertidas não serviu apenas para cobrir os escândalos provocados pelas situações de adultério.

É impensável que as filhas do mestre de pedraria, Manuel Fernandes da Silva, admitidas no Recolhimento aquando a sua fundação fossem mulheres adúlteras “arrepentidas do coração e dos seus erros”.

Estando a primitiva administração entregue às freiras Ursulinas, consideradas pela sua grande capacidade de ensinar as prendas e virtudes que deviam possuir as mulheres casadas, é de presumir que o Recolhimento tivesse sido inicialmente aproveitado como escola para jovens casadoiras protegendo-as ainda dos perigos e das tentações.

E tanto assim é que no primeiro século de vivência do Recolhimento nos únicos livros existentes que descobrimos na nossa investigação e que contêm a entrada e saída das utentes, as despesas e receitas do Recolhimento, se referem a duas espécies de utentes – “as recolhidas e as convertidas” -.

As primeiras eram exclusivamente sustentadas pelas receitas do recolhimento.

As segundas eram também sustentadas por receitas próprias.

Como se pode ler nas contas de Janeiro de 1761 a D. Ana Teresa recebeu a verba de 930 réis e a D. Rosa Luíza a verba de 1200 réis isto, para além das verbas atribuídas à instituição, para sustento das recolhidas.

Verifica-se também da análise dos livros referidos e pelas despesas efectuadas que o Recolhimento possuía Capelão, Médico e Cirurgião e Sangrador, devidamente remunerados. Remunerada era também a madre que se encontrava a dirigir o Recolhimento, denominada Regente, sendo a primeira a madre Isabel do Sacramento.

No ano de 1817 a Instituição continuava entregue à gestão das freiras ursulinas como se depreende do termo de juramento dado à Madre Joana Luíza que nesse ano assumiu a gestão e se passa a transcrever.

“Termo do juramento dado a Madre Joana Luíza nomeada Regente para este Recolhimento

Aos oito dias do mez de Abril do presente anno de mil oitocentos de dezassete nesta cidade de Braga, o Recolhimento de Santa Maria Magdalena aonde foi servindo o Re^{do} Desembargador José António Enriquez de Moura para haver de publicar a nomeação da Nova Regente deste Recolhimento que houve por bem o Ex^{mo} R^{mo} Senhor Arcebispo Primaz D. Miguel da Madre de Deos por sua portaria datada do dia sette do presente mez e juntamente comigo o Capellão Joaquim José da Costa Lobo nomeado para secretário deste termo ahi pelo ditto Reverendíssimo Ministro foi publicado na presença da Comunidade deste Recolhimento congregado ao Dom da Companhia na forma do Estilo dentro das grades do coro do Ministro e na mesma Portaria o Ex^{mo} Senhor Arcebispo houve para bem nomear para Regente deste Recolhimento a Madre Joana Luíza do Sacramento.”¹⁷

As receitas do Recolhimento consistiam essencialmente em donativos de particulares, nas verbas que lhe eram atribuídas, desde a sua fundação, saídas do Celeiro do Micho e pelas verbas afectas pelo próprio arcebispo de Braga de harmonia com o estatuído aquando a sua fundação.

Em 1761, quando era regente do Recolhimento a Madre Constancia Teresa de Azevedo os donativos ou congruas mensalmente recebidos atingiam a importância de 40.720 réis. A verba atribuída pelo Celeiro do Micho e arcebispo era de 52.480 réis. Existiam ain-

¹⁷ Livros Antigos em Pergaminho, “Entrada de recolhidas no Recolhimento de santa Maria Magdalena e S. Gonçalo”.(1722 – 1833); “Lançamento das Congruas que se receberam para o sustento do recolhimento de Santa Maria Magdalena” (1761 – 1790); “Livro de despesa com as recolhidas de Santa Maria Magdalena e S. Gonçalo” (1760 – 1795).

da 50.000 réis no depósito a juros legado, e 20.000 réis para o caso de as recolhidas se acharem doentes.

Nesta altura entre recolhidas e convertidas existiam 43 utentes; número que se manteve ao longo de vários anos com ligeiras alterações, (1760-1833).¹⁸

Tudo leva a crer que, após o primeiro século de existência, o Recolhimento passou a assumir preferencialmente a função de dar guarida às convertidas ou seja às pecadoras.

Isto pela afectação das receitas às despesas e pelos registos do livro da entrada e saída de utentes, que em parte se transcreve:

- “ A 24 de Março de 1833 entrou D. Gertrudes cazada com Manoel Villela Fernandes de S. Paio do Pico de Regalados.”¹⁹
- “A 4 de Dezembro de 1830 sahio para o Marido Maria Rosa casada da rua do Anjo.”

Confirmando o que se vem dizendo, o Romance Social inserido por Camilo Castelo Branco no seu livro “Mistérios de Fafe”, analisado no artigo publicado no Jornal Correio do Minho de 28 de Junho de 1990 por Frei Ambrósio de Pina que se transcreve.

“De facto Camilo Castelo Branco na novela «**Mistérios de Fafe**», que tem como sub-título «**Romance Social**», publicado com a advertência de que as almas em flor de inocência e candura não leiam, introduz neste conventinho uma pecadora ou CONVERTIDA.

Fá-lo discretamente e chama-lhe Rosa Carneiro, natural de Fafe, que se criou no Porto, em casa da fidalga, sua madrinha.

Era uma beleza ouvi-la falar nas mesas das senhoras da terra, a quem costurava os vestidos e vestia a primor.

Casada pelo pai, João Carneiro, com um espingardeiro de Guimarães, Francisco Roixo, tornou-se a mulher doméstica, ideal.

Mas ela conhecera no Porto, o filho da fidalga a quem servira, Caetano de Ataíde, que se apaixonara pela moça. Foi expulsa da casa e voltou para Fafe.

Lá a encontrou, anos mais tarde, Caetano de Ataíde, já casado, e com filhos. O antigo amor acende-se entre ambos e nasce um filho adúltero. Rosa torna-se pecadora.

¹⁸ op. cit.

¹⁹ op. cit.

Ao filho, o fidalgo manda-o educar e cursar a Universidade, como afilhado. Descobre-se a verdadeira filiação e Rosa foge para Braga onde tinha uma irmã casada com um chapeleiro.”

Aqui começa a referência directa ao Recolhimento.

“Rosa tinha entrado no recolhimento das CONVERTIDAS, mas tão doente que não davam nada por ela (Camilo, Mistérios de Fafe, Lisboa 4. Edição, pág. 126).

Pedira o asilo das mulheres perdidas. Ali se refugiara, fugindo ao devasso fidalgo.

Ela conta a sua longa caminhada. Levantou-se manhã cedo e perguntou o caminho de Braga. Mete-se à estrada, sem vigor e quasi descalça.

Em S. Miguel das Taipas desmaia de fraqueza, sentando-se nas escadas da ermida à minguá de forças. Umás senhoras compadecem-se dela.

Vai para casa da irmã em Braga e declara querer ir para as Convertidas.

A irmã tenta dissuadi-la, mas ela entre lágrimas declara: «morrerei onde me não vejam; ou esperarei que, alguma hora, meu filho, compadecendo-se de mim, me queira ver e perdoar» (Obra cit. , pág. 199).

Rosa Carneiro entrou nas Convertidas.”

É de salientar a reacção das outras utentes como acontece ainda na actualidade, aquando a admissão de uma nova utente.

“Como lá vissem uma convertida, de cinquenta anos, as CONVERTIDAS que lá estavam diziam umas às outras:- Esta guardou-se para tarde!- Assim é que arrepen-der-se a gente, quando não há quem nos tente!

A esposa do chapeleiro mandava as filhas ao Recolhimento das Convertidas a in-formar da saúde da tia.

Um dia um lacaio de Caetano de Ataíde foi procura-la ao Recolhimento. As portas abrem-se para a levar para o HOTEL DOS DOIS AMIGOS. Mas ela recusa e escreve num papel: «Eu tinha cinquenta anos quando entrei aqui. Hoje é como se tivesse oitenta! Estou onde hei- de morrer. Resta-me uma esperança, uma só: Ver meu filho antes de fechar os olhos. Os meus cabelos brancos acusam-me e enver-gonham-me. É impossível que o mundo me não escarneça. Choro, choro porque sou mãe, e mãe amaldiçoada». Mas o filho Caetano não a esqueceu nem a amaldi-çoou. Recebe cartas da mãe, enquanto frequenta a Universidade de Coimbra.

Rosa Carneiro faleceu no Recolhimento. O filho não pôde ajoelhar-se diante da sua campa.

Foi a Coimbra buscar o diploma de bacharel em direito, com o qual começou a advogar.

Retirou-se para o Brasil.

Mas antes veio despedir-se dela, enquanto se amparava às selhas da capela.

Após demorado silêncio entre ambos, Caetano (filho) disse:

- «Adeus, minha mãe! Aqui lhe deixo na roda este dinheiro».
- «Vai, meu filho- tornou ela reanimada- Volta aqui mais uma vez, e, se eu tiver morrido, não chores...»”.

O relato subsequente revela a austeridade da vivência no Recolhimento naquela época.

“No conventinho das Convertidas de Braga faleceu Rosa Carneiro, sepultada no Horto em humilde campa.

No jardim do Lar das Convertidas vegetam ainda algumas laranjeiras desse tempo, e um tanque antigo gargaleja, por um cano de bronze.

Na portaria, incrustada no muro, a mesma roda ainda gira nas gonças, ciosa da sua antiguidade.

Na capela, fechada ao culto, ao fundo, ainda as selhas se abrem, saudosas das antigas pecadoras e penitentes.

Muita penitência se fez ali , dentro daqueles muros! Rosa Carneiro, de Fafe, criação do romancista Camilo Castelo Branco, incarna as centenas de penitentes ou mesmo milhares, que no silêncio e na oração choraram os desvaios da juventude. Depois vieram outras, que já não eram como as suas antecessoras. D. Rodrigo de Moura Teles e a irmã protegeram esta casa, onde os frades carmelitas e padres do Oratório vinham celebrar missa. Os Jesuítas tinham já sido suprimidos e desterrados para a Itália.

A paisagem Camiliana deste conventinho das Convertidas obriga-nos ao respeito e veneração por este cenóbio de arte e de história. Num filme de cinema não poderá esquecer-se a Rosa Carneiro, personagem dos **«Mistérios de Fafe»**.

Bem podemos terminar esta breve invocação, com a legenda do capítulo XIX, deste livro camiliano:

«Sucedem-se as trevas à luz, e a luz às trevas» conforme escreveu S. Agostinho nas suas **Confissões**.

De facto, a luz sucede às trevas do pecado e por caminhos misteriosos a Providência consegue fins admiráveis de conversão e de santidade. Os desvarios servem para salientar as veredas sombreadas de arte e encanto. (...)”

Não nos espanta por isso, que, Sena de Freitas²⁰, tenha escrito sobre D. Rodrigo de Moura Teles que, “Fundou o Recolhimento das Convertidas, no campo de Sant’Anna da cidade de Braga, com o de Santa Magdalena, ao qual dotou com indulto apostólico: e concorria com os dotes para as que nelle não queriam perseverar, e preferiam casar-se.”

Até ao ano de 1900, cada vez foi mais visível a transformação do Recolhimento numa casa de acolhimento de mulheres adúlteras o que permitiu a Pinho Leal no seu Dicionário Corográfico, atrás citado, enquadrar esta instituição como casa de correcção.

Aliás, sendo certo que a Instituição da Roda foi oficialmente criada no País em 24 de Maio de 1783 pela mão do Intendente Real Pina Manique e localizada na cidade de Braga a título oficial em 1784, tudo nos leva a crer que, pelo menos durante algum tempo o Recolhimento também assumiu esse papel.

A roda das oferendas referida por Camilo, no livro acima citado e ainda hoje existente em tudo semelhante à roda oficial – “uma caixa cilíndrica parcialmente aberta em toda a sua altura que era giratória por força dos espigões que serviam para a sua fixação ao postigo ou janela do pátio da casa. Era dentro desta caixa que eram colocadas as crianças. Ao lado, existia um cordão que o depositante da criança puxava fazendo tocar um sino avisador que alertava a vigilante ou rodeira para tomar conta da encomenda.”.

Tudo isto ainda hoje existe na instituição com as características originais acima referidas.

Aliás quando Aquilino Ribeiro, na sua obra “A Casa Grande de Romarigães”, re-tracta o abandono do recém nascido na roda da cidade de Braga, a referência ao soar dos cascos do cavalo na calçada, não pode senão referir-se à actual rua de S. Gonçalo, uma vez que a dita “roda” oficial se localizar numa rua plana incompatível com a descrição efectuada por Aquilino Ribeiro naquela obra.

Resta acrescentar, que mesmo após a lei da separação de 1834 –extinção das ordens religiosas – o Recolhimento continuou a funcionar nos mesmos moldes, se bem que, já não

²⁰ Sena de Freitas, Memórias de Braga, vol. III pág. 337, TOM. III.

entregue à gestão das freiras ursulinas, passando a regente, a ser uma pessoa laica de nomeação do Governo Civil como ressalta do teor do documento junto como anexo²¹.(pedido de autorização de saída de uma utente, para tratamento da mãe, subscrito em 12 de Maio de 1869, era então nessa altura, o Conselheiro José Joaquim Vieira (13/1/1868-1/6/1869) o Governador Civil de Braga.²²

3. O Recolhimento desde 1900

A vivência do Recolhimento nos inícios do presente século foi algo difícil de definir.

É um facto que pelos elementos atrás referidos no início do ano de 1900, O Recolhimento não era já uma Instituição Monástica, mas sim uma Instituição na directa dependência do Governo Civil de Braga.

O único elo de ligação que, no dealbar do século, existia com vínculo à Igreja era a capela, parte integrante da instituição. E foi para essa capela que em 1902 a então regente do Recolhimento, Amélia Cândida de Jesus Miranda, solicitou a erecção da Via Sacra, que veio a ser concedida por decreto do Arcebispo Primaz do dia 2 de Maio de 1902, atribuída à Ordem de S. Francisco de Assis o “piedoso exercício da Via Sacra na Capela do Recolhimento de S. Gonçalo”, tudo de harmonia com o documento que se junta em anexo.²³

A implantação da República em 5 de Outubro de 1910 configurou uma fase turbulenta no respeitante ao domínio patrimonial da Igreja e às suas atribuições temporais.

Não fora a pesquisa que efectuamos, esclarecendo-nos que aquando da Lei da Separação de 1834 a instituição havia passado para o Governo Civil, tudo levaria a crer que a mesma, à semelhança do que aconteceu com quasi todos os bens da Igreja, teria sido englobada pela Lei do Confisco.

Nós mesmo fomos de certa forma induzidos em erro, como aliás aconteceu com outros investigadores da história de Braga.

²¹ Ver Anexo 4.

²² Lapa, Albino, Governadores Civis de Portugal (Lisboa) 1962 Pág. 173.

²³ Ver Anexo 5.

Contudo, porque a instituição se encontrava já sob a alçada do Governo Civil a mesma não foi enquadrada na Lei do Confisco, à aplicação da qual escapou também a capela anexa pelo facto de se encontrar afecta à Instituição.

Até 1940 as referências ao Recolhimento, pese as buscas efectuadas, são quasi nulas.

Contudo encontramos referências publicitadas a donativos concedidos, neste período, designadamente no Comercio do Minho de 10 de Janeiro de 1911:

- “Fallecimentos e disposições testamentárias

Faleceu no Sábado anterior o Sr. José António Velloso, viuvo, antigo director do Banco do Minho, ex. vereador municipal e director do Theatro - Circo de Braga, em construção.

Deixou testamento

Disposições (...)

Aos Recolhimentos da Caridade e Convertidas 45\$00 réis a cada.”

No mesmo jornal do dia 16 de Maio de 1911:

“Fúnebres anniversários – Distribuição de esmolas.

4º anniversário de fallecimento do Sr Manuel José Lopes d’Oliveira e o 5º do da Srª D. Maria Lopes d’Oliveira, tia e sogra do “nosso” amigo Sr Júlio António de Amorim Lima.

Para suffrar as almas dos saudosos extintos, enviou este benemérito 140\$000 réis a fim de ser distribuido...6\$000-Recolhimento das Convertidas.”;

Nesta época o Governador Civil era o doutor Manuel Monteiro.

E, no jornal Diário do Minho de 27 de Fevereiro de 1922, foram também encontradas as mesmas referências:

- “Quando morreu o Dr. Henrique Telles, mandou o Sr. Júlio António de Amorim Lima e esposa distribuir nas convertidas e outras casas de caridade em sufrágio da sua alma dinheiro ...

Nas Convertidas 10\$00”

Ao tempo era Governador Civil de Braga João Leão Ferreira da Silva. Certo é que estes e outros donativos que detectamos existiram e comprovam, por isso, que o Recolhimento se manteve ao longo da 1ª metade do presente século.

Não já para acolher as “arrepentidas” mas sim como uma Instituição destinada ao acolhimento de pessoas idosas do género feminino. Carênciadas e ali recolhidas com a finalidade de subsistência, por não possuírem rendimentos que lha permitissem.

É um facto que, o Recolhimento das Convertidas – não já destinado a convertidas mas tão só a recolhidas foi sendo sufragado por receitas que lhe eram afectas pelo Governo Civil, a maioria das quais provinha de acções do Banco do Minho que, nos anos trinta do presente século entrou em situação de falência, provocando a ruína de inúmeras famílias proeminentes da região.

A partir de 1922 não encontramos nenhuma referência directa ao Recolhimento.

Apenas aqui e além a referência a donativos que lhe eram destinados.

Só em 11 de Maio de 1940, nos surge após esta época obscura o primeiro documento oficial respeitante ao Recolhimento emitido pelo então Governador Civil de Braga – José Joaquim de Oliveira.

Este documento, que deveria eventualmente estar afixado em local visível, até porque se encontrava colado numa folha de cartão com vestígios de ter sido pendurado, consistia no regulamento do Recolhimento – o único que na realidade se pode reconstituir na íntegra, pese embora o seu estado de degradação e que se junta devidamente transcrito como anexo.²⁴

Este documento representou fundamentalmente todos os normativos a respeitar quer, quanto à admissão de utentes aos seus deveres e responsabilidades e vivência no Recolhimento, quer mesmo quanto aos deveres e responsabilidades assumidas pelo Governo Civil em relação ao documento.

Antes de passarmos à análise detalhada do mesmo, que se nos afigura de importância primordial, para se compreender o que era a Instituição quando a mesma nos foi dada a conhecer, cumpre-nos explicar a razão pela qual anteriormente, pensamos e dissemos que a Instituição tinha sido objecto da Lei do Confisco aquando da Implantação da República e posteriormente vendida em hasta pública e depois disso doada ao Governo Civil com o ónus de nela ser mantida um recolhimento para a terceira idade.

É que, quando assumimos a gestão do Recolhimento nos moldes que adiante se referirão, procuramos indagar junto das pessoas responsáveis os seus antecedentes mais directos.

²⁴ Ver Anexo 6.

Os elementos então recolhidos por esta via levaram-nos às conclusões que referimos.

Contudo, a exaustiva pesquisa a que posteriormente viemos a proceder revelou-nos que já antes de 1910 o Recolhimento era , na altura há mais de 25 anos, pertença do Governo Civil.

Por isso, sendo já uma Instituição Estatal estava fora da alçada da Lei do Confisco.

Outro tanto não acontecia com a capela anexa ao Recolhimento. Contudo a mesma foi considerada como parte integrante do Recolhimento. Por isso também a capela passou a acompanhar a evolução do próprio Recolhimento.

Após este parêntesis justificativo da nossa mudança de opinião passamos à análise do Regulamento de 11 de Maio de 1940, reafirmando que foi o primeiro completo que encontramos uma vez que, existindo várias referências a regulamentos anteriores e apesar das exaustivas investigações a que procedemos, apenas encontramos dos mesmos os seus preâmbulos.

Nos termos do documento em análise, a casa destinava-se ao recolhimento gratuito de mulheres pobres que garantissem a sua alimentação e vestuário.

A sua direcção encontrava-se entregue ao Governo Civil que poderia delegar as suas atribuições em qualquer Instituição de beneficiência da Cidade.

A direcção interna da casa encontrava-se entregue a uma directora cujos poderes são os constantes do artigo 6º do regulamento que se passa a transcrever:

“6º- Compete à directora:

- a) Manter a boa ordem e derimir contendas entre as internadas;
- b) Velar pela manutenção e limpeza do edifício;
- c) Escalar, diariamente pela ordem de numeração dos quartos uma das recolhidas para fazer o serviço da portaria e vigiar o cumprimento do respectivo horário;
- d) Autorizar qualquer das internadas a pernoitar fora até três noites segundas e julgar das justificações apresentadas pelas que sem autorização não entrem até à hora de encerramento da portaria;
- e) Abrir o interruptor geral desde que anoiteça e fechá-lo uma hora depois do encerramento da portaria;

f) Informar o Governo Civil sobre as vagas dos quartos destinados às internadas, com o respectivo número de ordem, à medida que se forem dando e de todos os outros assuntos que pela sua acção pessoal não possa ou não deva resolver;

g) Receber todas as dádivas que durante o ano sejam oferecidas à instituição, remetendo-as, mensalmente, ao Governo Civil.”

h) Os deveres das recolhidas encontravam-se definidos no artigo 12º que de igual modo se transcreve:

“12º- Compete a cada recolhida:

- a) Manter convenientemente limpo o quarto que ocupa;
- b) Adquirir por sua conta o mobiliário de que necessitar e uma lâmpada eléctrica cujo consumo não vá além de 5 Watts;
- c) Fazer por sua ordem, durante o dia, o serviço da portaria no qual se poderá fazer substituir por outra recolhida a quem pagará ou que por favor a queira substituir;
- d) As recolhidas que ocuparem os quartos do mesmo corredor terão a seu cuidado a limpeza deste último;
- e) Compete a todas em conjunto manter devidamente limpas as cosinhas que ocuparem, o mirante, a portaria, o pátio e as retretes;
- f) Compete a todas igualmente ocuparem-se do arranjo da capela.”.

A pena máxima por incumprimento aplicável às recolhidas consistia na expulsão que expressamente seria aplicada por força do exposto no artigo 20º do regulamento, no caso das recolhidas cozinharem nos quartos, utilizarem lenha como combustível na cozinha do andar superior ou acenderem qualquer candeeiro ou vela a pretexto de não possuírem lâmpada eléctrica.

A ausência do Recolhimento teria de ser autorizada pela directora ou, pelo Governador Civil conforme fosse inferior ou superior a três dias.

As disposições contidas no Regulamento que se vêm referindo e cujo texto integral se anexa, revela-nos que não era exigida uma idade mínima para admissão, de igual forma não era exigido qualquer contributo às utentes. Revela-nos ainda que as mesmas teriam de ser auto suficientes e capazes de assegurar a sua auto- subsistência e autonomia.

O Governo Civil apenas lhe assegurava gratuitamente um quarto numerado, a água, a luz disponibilizando-lhes o confeccionamento das refeições.

Revela-nos ainda que a Capela de S. Gonçalo e Santa Maria Madalena se encontrava afectada ao Recolhimento cumprindo às utentes assegurar o seu funcionamento no âmbito do serviço religioso a que a mesma estava afectada.

Revela-nos ainda que a gestão interna do Recolhimento se encontrava afectada a uma “Directora” a quem seria atribuída uma gratificação não definida.

Ao que nos apercebemos pela análise dos documentos posteriores emitidos, quer no respeitante à admissão de utentes, quer no respeitante à expulsão os normativos constantes no regulamento foram de uma forma geral escrupulosamente cumpridos.

Com efeito, cada utente era criteriosamente informada dos seus direitos e deveres à face do Regulamento aquando da comunicação que lhe era dirigida a comunicar a aceitação da sua admissão e a data em que a mesma teria lugar.²⁵

Concomitantemente, era informada a directora do recolhimento da autorização de entrada e admissão de nova utente.²⁶

No âmbito do Governo Civil as competências encontravam-se atribuídas por despacho do Governador ao Secretário em exercício.²⁷

Mesmo após o 25 de Abril, este regulamento continuava a ser cumprido, como revela a documentação a que tivemos acesso e que se junta como anexo.²⁸

4. O Recolhimento na actualidade

Mesmo após a Revolução de Abril de 1974, o Recolhimento continuou a funcionar rigorosamente nos moldes acima referidos, administrado pelo secretário do Governo Civil e desaperecebido ao olhar dos vários Governadores Cívicos que se foram sucedendo após Abril de 1974.

Só decorridos 11 anos, em meados de 1985, o então Governador Civil em exercício consciencializou que o Governo Civil vinha gerindo uma instituição afectada à valência da 3ª Idade que funcionava numa espécie de auto – gestão.

²⁵ Ver Anexos 7 a 10.

²⁶ Ver Anexos 11 a 13.

²⁷ Ver Anexo 14.

²⁸ Ver Anexo 15.

Por esse motivo fui contratada para promover um estudo “da situação actual do Lar das Convertidas e propor um esquema de funcionamento em termos futuros.”²⁹

O que se nos deparou pela frente foi rigorosamente aquilo que descrevemos no item anterior, ou seja, a instituição continuava como que a auto- sobreviver obscuramente como se nada tivesse mudado, num edifício carênciado no mínimo de obras de reparação e no fundo de uma completa renovação estrutural, conduzido por uma Directora que era mais uma utente da Instituição com 80 anos de idade, internada no hospital de Braga e que era a pessoa de confiança do Secretário do Governo Civil a quem era paga uma gratificação simbólica.

Segundo apurei alguns dias após o meu primeiro contacto com a Instituição, a única intervenção ali realizada depois de Abril de 1974 havia consistido na destruição da cozinha primitiva do edifício de traça tradicional e a sua substituição por outra, de estrutura moderna, com uma bancada de suporte para 35 fogões a gás canalizado e a partir de botijas colocadas no exterior e 16 bancas.

Ao que na altura apurei esta medida foi tomada no ano de 1977 e determinada por razões de segurança, uma vez que as utentes, ao tempo, na sua maior parte serviam-se de máquinas de petróleo para confeccionar as suas refeições nos seus próprios quartos, contrariando o regulamento, e pondo em risco a segurança do imóvel.

Nesta intervenção não existiu contudo o cuidado da preservação das características primitivas do imóvel, porquanto implicou a destruição de uma cozinha conventual da qual não restam vestígios.

Constatei desde logo, que a idade das utentes do Recolhimento era superior a 80 anos com uma única excepção por razões que adiante serão referidas.

Constatei ainda a vivência no Recolhimento de uma mãe solteira com 40 anos de idade e dois filhos de menor idade de 12 e 16 anos.

Constatei ainda que uma parte das instalações do Recolhimento vinha sendo ocupada pelo pessoal de jardinagem da Câmara.

²⁹ O meu 1º contacto com o Recolhimento ocorreu no dia 25.7.85, tendo aceite o desafio que acabou por conduzir à apresentação da minha tese de mestrado.

Só ao fim de cerca de 4 meses –3 de Novembro de 1985-, me foi possível concluir o estudo da situação existente, ainda que sumário, documento que junto como anexo.³⁰ Do qual passo a transcrever a solução preconizada.

“ É inquestionável que o Governo Civil não é uma Instituição vocacionada para a prestação de cuidados de assistência.

Por outro lado não dispõe de meios financeiros capazes de assegurar a cobertura das carências que se fazem sentir na Instituição em análise.

Nada impedirá respeitando as formalidades prosseguidas que o Governo Civil ceda temporariamente ou definitivamente a gestão do estabelecimento a um organismo vocacionado para o efeito como o é o Centro Regional de Segurança Social.

Tudo nos leva a apontar por isso para a celebração de um acordo de gestão participado ou não pelo Governo Civil com o C.R.S.S mantendo-se o edifício na esfera patrimonial do Governo Civil.

Até lá afigura-se-me de todo a conveniência que o Recolhimento e suas utentes sejam acompanhadas por um técnico do Serviço Social no intuito de evitar a degradação do ambiente e de solucionar pontualmente os problemas mais prementes.”

Com efeito, carecendo o imóvel de obras e sendo o mesmo pertença do Governo Civil, era inviável a concessão de subsídios estatais para o efeito através da Segurança Social.

De igual modo, mantendo-se a Instituição sob a administração do Governo Civil também a Segurança Social não podia conceder quaisquer subsídios destinados à gestão corrente da Instituição.

Haveria, por isso, de desafectar a gestão do imóvel da esfera do Governo Civil, entregando-a ao organismo próprio, ou seja, à Segurança Social.

Neste sentido a proposta por nós apresentada.

Porém, nesta altura, começa a desenhar-se uma inversão da política do Estado sobre a forma de apoio e desenvolvimento das obras sociais.

Se até aqui a política estatal se vinha desenvolvendo no sentido de criar e manter instituições de apoio às várias valências desde a infância à terceira idade. Começa-se a assistir a uma mudança política traduzida na entrega da gestão destas instituições a organismos privados, concedendo-lhes subsídios para o efeito e a fomentar a criação de novas

³⁰ Ver Anexo 16.

instituições por parte da sociedade civil através da concessão de subsídios que muitas vezes cobriam a totalidade do custo da construção dos imóveis e posteriormente os custos da gestão corrente da instituição assim criada.

É o início do período áureo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com base na teoria que preconiza não ser o Estado bom administrador, cabendo-lhe antes um papel de fomentar o desenvolvimento e não de ser ele próprio a criar esse desenvolvimento.

Em consequência a gestão do Recolhimento não foi assumida pela Segurança Social mas antes entregue a uma Instituição Privada, concretamente a Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Nesta sequência em 29-7-1986 foi subscrito um protocolo de transferência entre o Governo Civil, a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Regional de Segurança Social e um Acordo de Cooperação entre o Centro Regional de Segurança Social de Braga e a Santa Casa da Misericórdia de Braga, documentos que se juntam como anexos.³¹

Da análise destes documentos ressalta a preocupação de, mantendo a Instituição na sua valência, proporcionar às suas utentes uma melhoria das condições de vida e um maior apoio e ainda a de recuperar o edifício como forma de conseguir alcançar os objectivos, como claramente resulta do disposto da cláusula oitava do Protocolo de Transferência onde a Santa Casa da Misericórdia assume o encargo da execução das obras na condição destas lhe serem subsidiadas pelo Estado, para o que o Governo Civil se comprometeu a efectuar todas as diligências necessárias para o efeito.

Contudo, decorrido quasi um ano, nenhuma diligência havia sido ainda efectuada.

Por isso, a 10 de Março de 1987, a preocupação da execução das obras se mantinha.

Em consequência, nessa data, foi celebrado um anexo ao Acordo de Cooperação, entre o Centro Regional de Segurança Social e a Misericórdia de Braga, onde na cláusula 7^a se refere expressamente:

“O custo de obras de adaptação e restauro a efectuar no imóvel, considerando o teor da cláusula oitava do Protocolo de Transferência celebrado pelo Governo Civil de Braga, poderá ser suportado, pelo remanescente que não for subsidiado pelo Estado Português pelo C.R.S.S. de Braga dentro dos critérios legais em vigor.”³²

³¹ Ver Anexos 17 e 18.

³² Ver Anexo 19.

Tudo levaria a crer na possibilidade da transformação de uma Instituição com séculos de existência numa Instituição moderna, e mesmo, modelar susceptível de fomentar o aparecimento de Instituições análogas.

No início do nosso trabalho denominamo-la de Uma Instituição “Sui Generis”, isto quer pela gratuidade de admissão das utentes, quer por nada lhes ser exigido para a sua manutenção para além de uma colaboração mínima exigida pelos estatutos, mas acima de tudo, pelo facto da liberdade quasi total de que as utentes dispunham no seu dia a dia e na sua maneira de estar.

“ Se milagres desejas,
recorrei a Santo António;
vereis fugir o demónio
e as tentações infernais.

Recupera-se o perdido,
rompe-se a dura prisão
e no auge do furacão
cede um ar embravecido.”

Estas simples quadras constituem o início do Responsório de Santo António a que uma das utentes frequentemente recorria quando algo se perdia no Recolhimento.

E, certo é que na maior parte das vezes o objecto perdido aparecia, como naturalmente teria de aparecer.

Facto é que, cada vez que algo se não encontrava, a presença desta utente era exigida por todas as outras para ler o responso.

Isto, ou esta forma de estar, de pessoas oriundas dos mais diversos locais e, de que só após um estudo exaustivo, conseguimos encontrar factores de afinidade comuns constituiu o motivo determinante do presente trabalho.

Iremos procurar dar nos capítulos seguintes a imagem tão real quanto possível de tudo o que nos foi dado observar ao longo de 12 anos.

5. A Terceira Idade no distrito de Braga e respostas existentes

Tendo em conta os censos de 1991, o distrito de Braga é o distrito mais jovem do país, ou seja, aquele onde é maior a diferença entre população activa e população reformada, representando esta uma percentagem menor em relação aos restantes distritos do País.

Apesar disso e ainda com referencia a 1991, o distrito de Braga possuía 23 Lares de Idosos, 16 Centros de Dia, contra 25 Lares e 37 Centros de dia existentes no distrito de Portalegre que era o distrito com a população mais idosa do país. Na mesma altura o distrito de Lisboa que, sensivelmente correspondia à média nacional de população idosa, possuía 59 Lares e 104 Instituições afectas a Centros de Dia e Centros de Convívio.³³

Adiante juntar-se-ão os quadros e gráficos cuja análise permitirá efectuar as necessárias comparações.

As estatísticas não nos permitem só por si determinar se, o facto de ser o distrito mais jovem resulta de se morrer mais depressa ou de nascerem pessoas em ritmo mais acelerado do ritmo dos que morrem.

Tudo leva contudo a crer que a juventude do distrito de Braga resulta do facto do binómio nascimento- falecimento ser largamente vantajoso para o factor nascimento.

Sendo um facto que os nascimentos variam em função da estabilidade social, o distrito de Braga possuiu ao longo de mais de 40 anos as condições ideais defendidas pelo regime de Salazar como índice de bem-estar social.

Com efeito, o Minho e, em particular o distrito de Braga enquadrava-se perfeitamente no ideal de vida do povo português defendido por Salazar, que em 1967 ao ser questionado por um jornalista Argentino sobre o subdesenvolvimento do país respondeu-lhe que o país vivia à maneira do ideal do seu povo –“Um pequeno campo de cultivo, meia dúzia de animais, comida parca.”³⁴

³³ Ministério do Emprego e da Segurança Social, Comissão Nacional de política de Terceira Idade, “Manual de Serviços Instituições Associação de e para as Pessoas Idosas”, Lisboa, 1990.

³⁴ Oliveira, César “O Estado Novo e os Municípios Corporativos” Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

Como escrevia o Fernando Rosas “Desde a criação do Secretariado de Propaganda Nacional em 1933 (o discurso conservador e agrarista), passará a dominar o próprio discurso oficial do regime e a marcar a imagem que ele projecta do país.

A pena gongórica de António Ferro encarrega-se de transformar a família camponesa, o trabalho rural, a casa portuguesa e esse mundo de aldeias pobres, mas onde há sempre uma côdea ou um caldo, no esteio e no símbolo da harmonia social, das virtudes pátrias e da estabilidade do regime.”³⁵

“A apologia do mundo rural do pequeno campo com a cabra, a burra e a agricultura de auto consumo, a casa pobre, mas asseada, são ainda factores apologeticos elucidativos, por exemplo nas capas dos livros da instrução primária, nos anos cinquenta, onde se pode ver a panela de ferro na lareira, o pai cansado a entrar em casa, ao fim de um dia de trabalho, o filho pequeno, fardado com a camisa da Mocidade Portuguesa, a filha a brincar com a boneca.”³⁶

As citações que referimos, revelam-nos claramente que o distrito de Braga possuía as condições ideais de vivência à luz das ideias do Estado Novo o que, necessariamente conduziu a um elevado índice da taxa de natalidade, que se veio a reflectir, como é obvio, nos dados estatísticos dos censos efectuados em 1991.

É que se na actualidade o distrito de Braga continua a ser um distrito jovem no que toca à sua população, isso deve-se já a factores completamente diversos dos anteriormente referidos, designadamente a factores de ordem cultural- criação de uma Universidade e à criação de objectivos comerciais e industriais inexistentes ao tempo do Estado Novo, se bem que na maior parte das vezes lançados sem os necessários suportes, vindo a gerar posteriormente pequenas (?) crises como vem acontecendo na realidade mais recente. (Vale do Ave).Após esta explicação que julgamos necessária sobre a realidade do distrito de Braga e particularmente do concelho, em função da realidade Nacional, tudo parece apontar para a existência de uma cobertura adequada à problemática da terceira idade, tendo em conta o número das respostas de que o distrito dispunha.

Contudo, como iremos ver, as respostas disponíveis são manifestamente insatisfatórias quer pela sua falta de qualidade quer até porque a terceira idade vem sendo encarada cada vez mais como uma apetência lucrativa directamente resultante do quasi desmazelo

³⁵ Rosas, Fernando, O Estado Novo da História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.53, Vol. VII.

³⁶ Oliveira, César, História dos Municípios e Poder Local, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.292, Vol. III

com que são tratados pelo Estado e pelas tradicionais Instituições Particulares de Solidariedade Social, como iremos ver.

5.1. Dados estatísticos e análise sumária

Como já atrás referimos, o distrito de Braga era em 1991, o mais jovem distrito do país. Fundamentamos a nossa afirmação no trabalho publicado em Setembro de 1995 pela CNAPTI³⁷ integrado na DGF, apresentando graficamente, os elementos constituintes deste trabalho respeitantes aos distritos de Braga, Portalegre e Lisboa, pelo facto de terem sido os únicos objecto da nossa anterior análise.

Para a determinação do número de Instituições existentes em cada um daqueles distritos socorremo-nos do MANUAL DE SERVIÇOS INSTITUIÇÕES ASSOCIAÇÕES DE E PARA PESSOAS IDOSAS.³⁸

Numa análise mais pormenorizada do Concelho de Braga e mais actualizada porquanto respeita já o ano de 1998 verificamos que existiam no concelho 386 idosos em Lares e 246 em Centros de Dia. (Elementos recolhidos junto do Departamento da Acção Social do C.R.S.S. do Norte). Verificamos ainda que nesta altura existiam já no concelho 4 Instituições afectas à Terceira Idade com fins lucrativos.

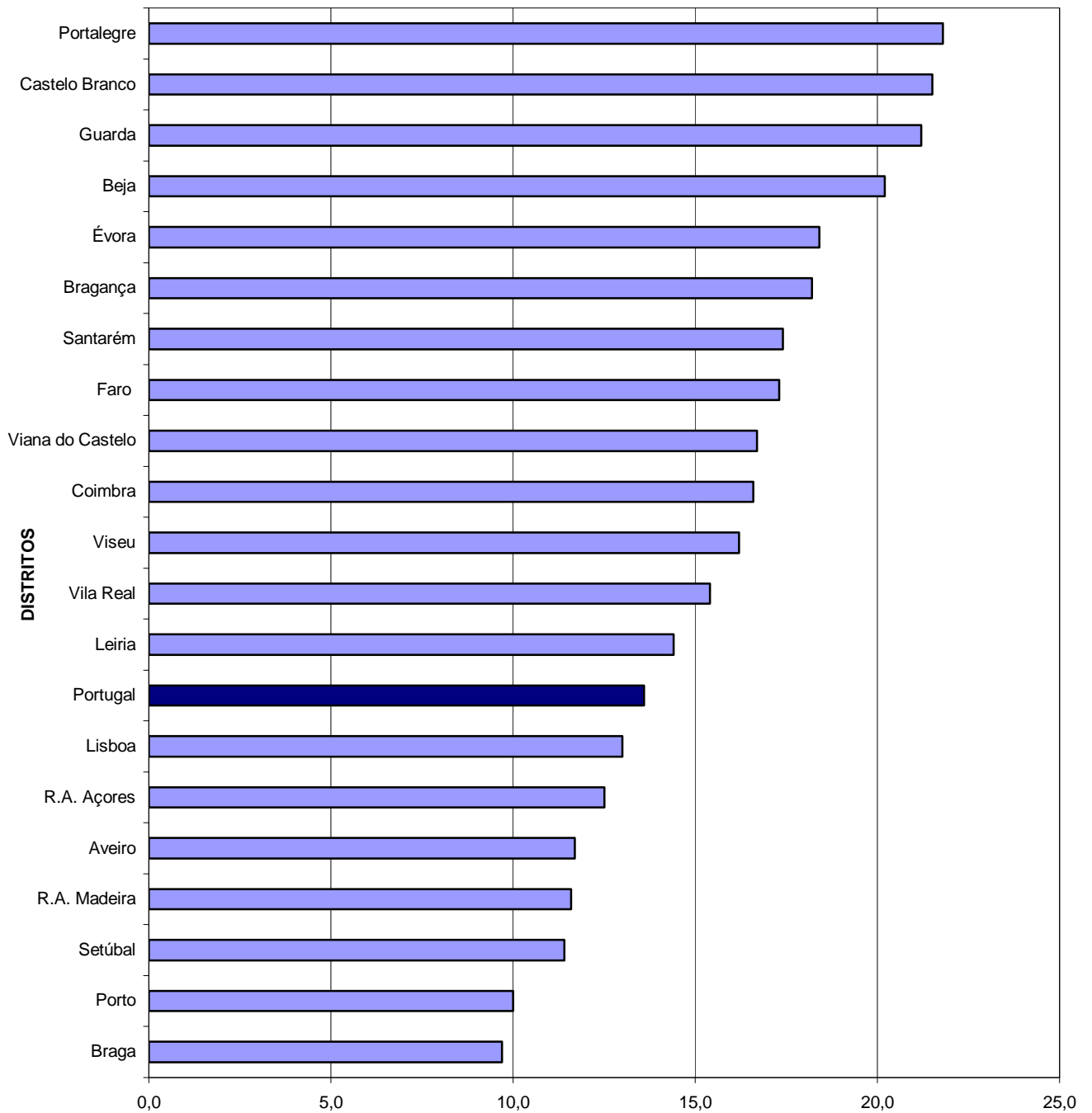
Tudo isto ressalta claramente do quadro que se junta onde se enumeram as Instituições de Apoio a Idosos existentes no concelho de Braga e a sua capacidade.

Passamos a transcrever os gráficos elucidativos por nós elaborados e com base nos elementos que se vêm referindo que nos parecem esclarecedores da situação da Terceira Idade no concelho e no distrito, que sucintamente procuramos comentar.

³⁷ Comissão Nacional Para A Política Da Terceira Idade, Direcção - Geral Da Família, “65 E MAIS ANOS OS NÚMEROS EM PORTUGAL”, Setembro 1995.

³⁸ Ministério do Emprego e da Segurança Social, Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade, “MANUAL DE SERVIÇOS INSTITUIÇÕES ASSOCIAÇÕES DE E PARA PESSOAS IDOSAS”, Lisboa 1990.

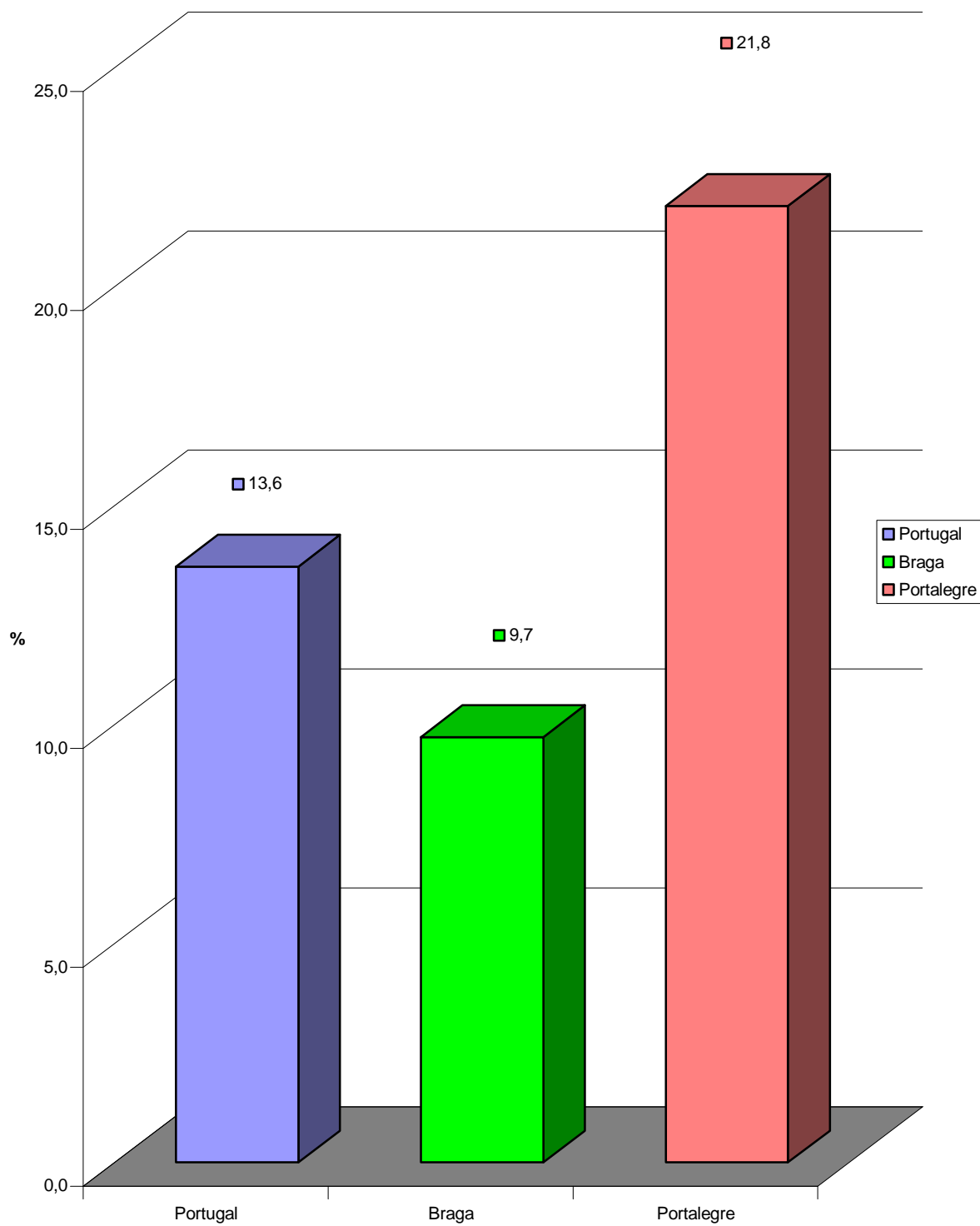
População com mais de 65 anos % relativa ao total por distrito



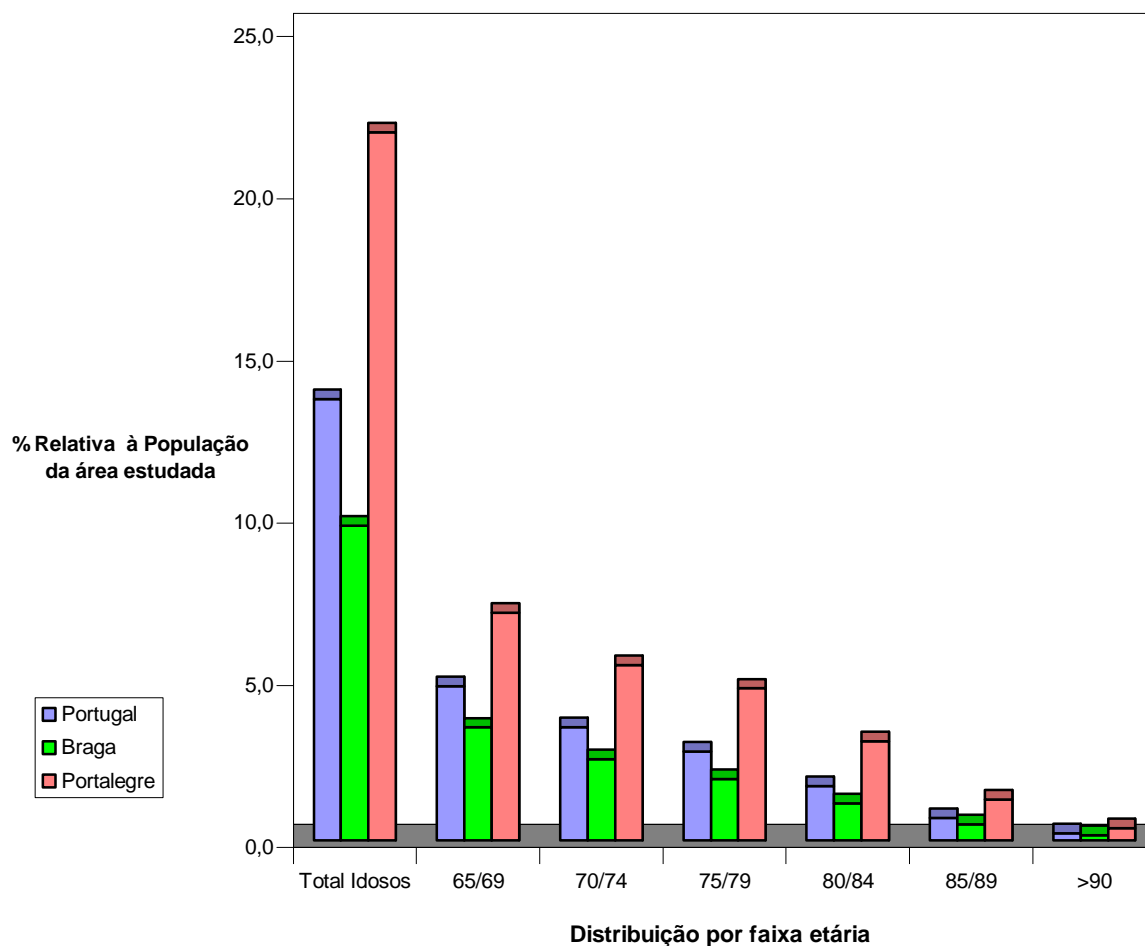
	Braga	Porto	Setúbal	Aveiro	R.A. Açores	Lisboa	Portugal	Vila Real	Viseu	Coimbra	Viana do Castelo	Santa-rém	Bragança	Évora	Beja	Castelo Branco	Portalegre
■ Série1	9,7	10,0	11,4	11,7	12,5	13,0	13,6	15,4	16,2	16,6	16,7	17,4	18,2	18,4	20,2	21,5	21,8

%

Percentagem de Idosos relativamente a População Activa em Portugal, Braga e Portalegre

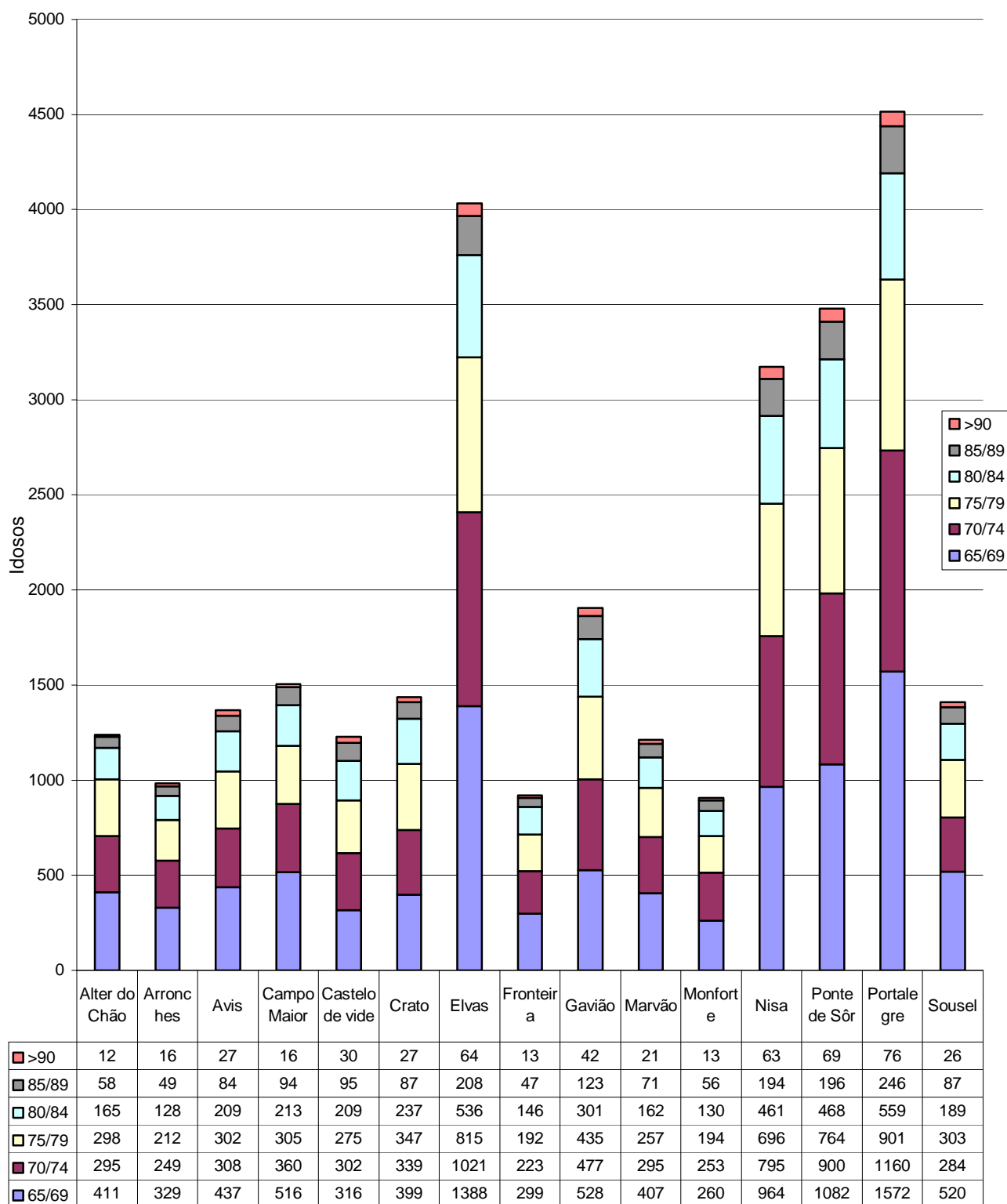


População com 65 e mais anos - Comparação entre Braga, Portalegre e Portugal

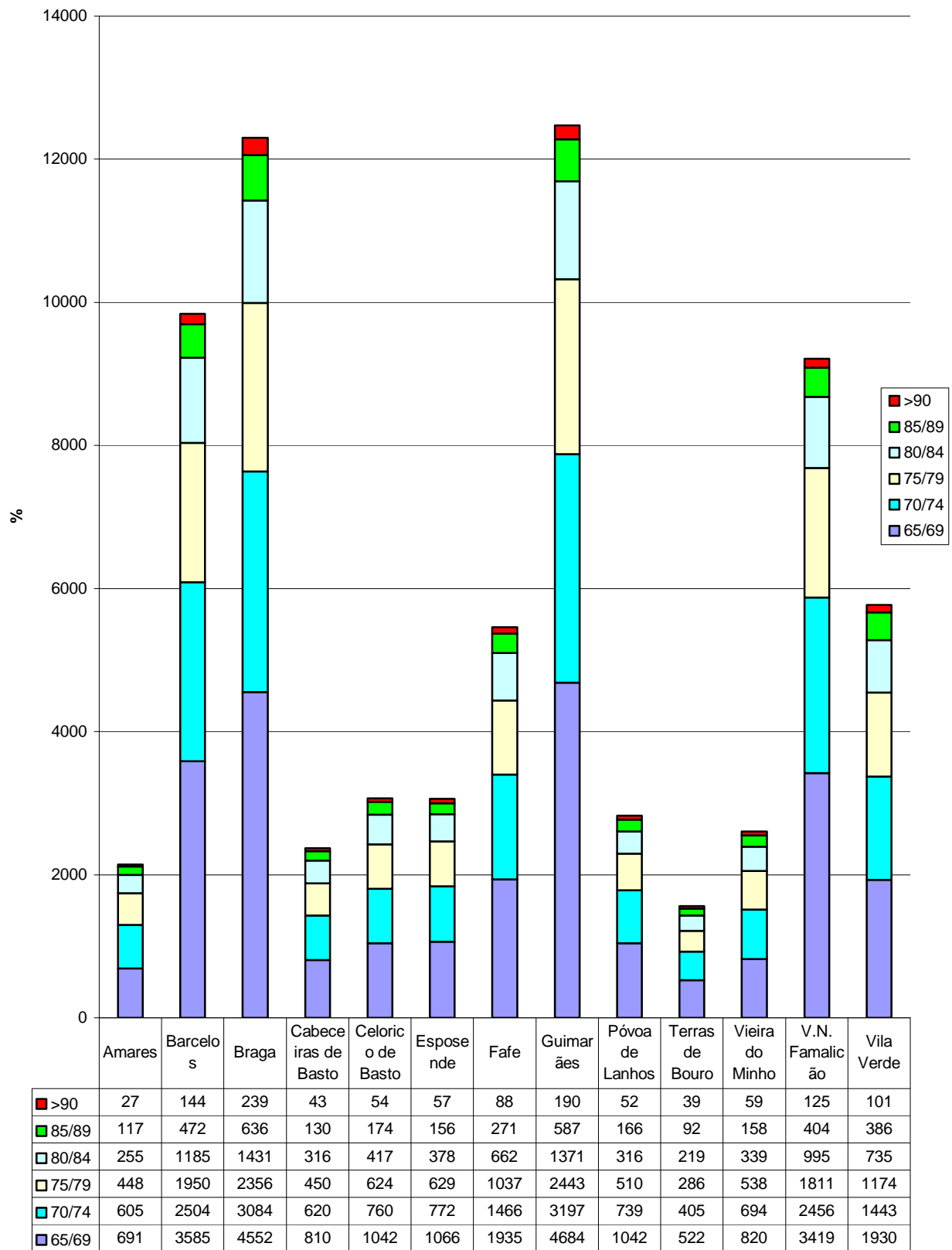


	Total Idosos	65/69	70/74	75/79	80/84	85/89	>90
Portugal	13,6	4,8	3,5	2,7	1,7	0,7	0,2
Braga	9,7	3,5	2,5	1,9	1,2	0,5	0,2
Portalegre	21,8	7,0	5,4	4,7	3,1	1,3	0,4

População com 65 e mais anos por Concelho Distrito Portalegre

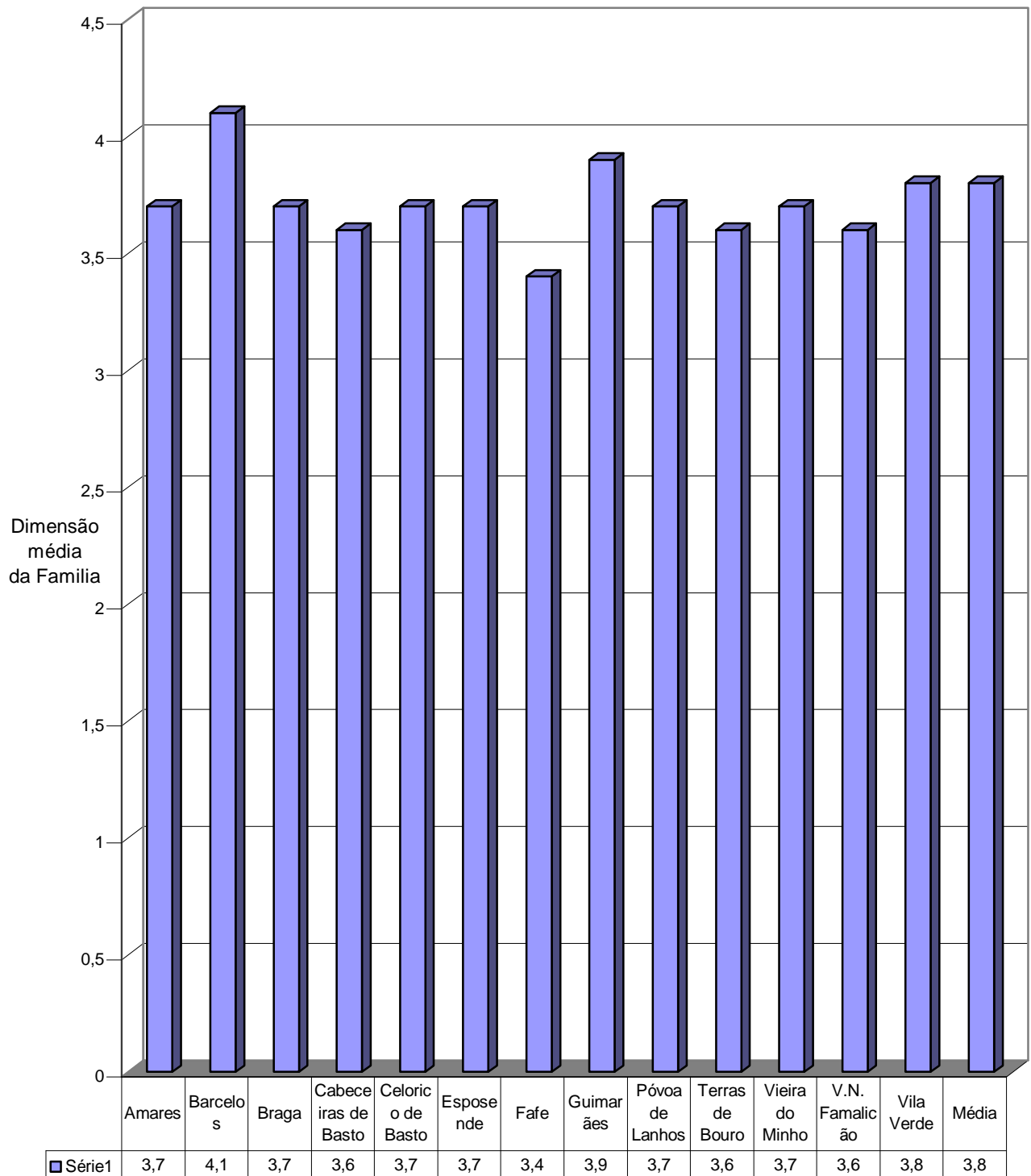


População com 65 e mais anos por Concelho



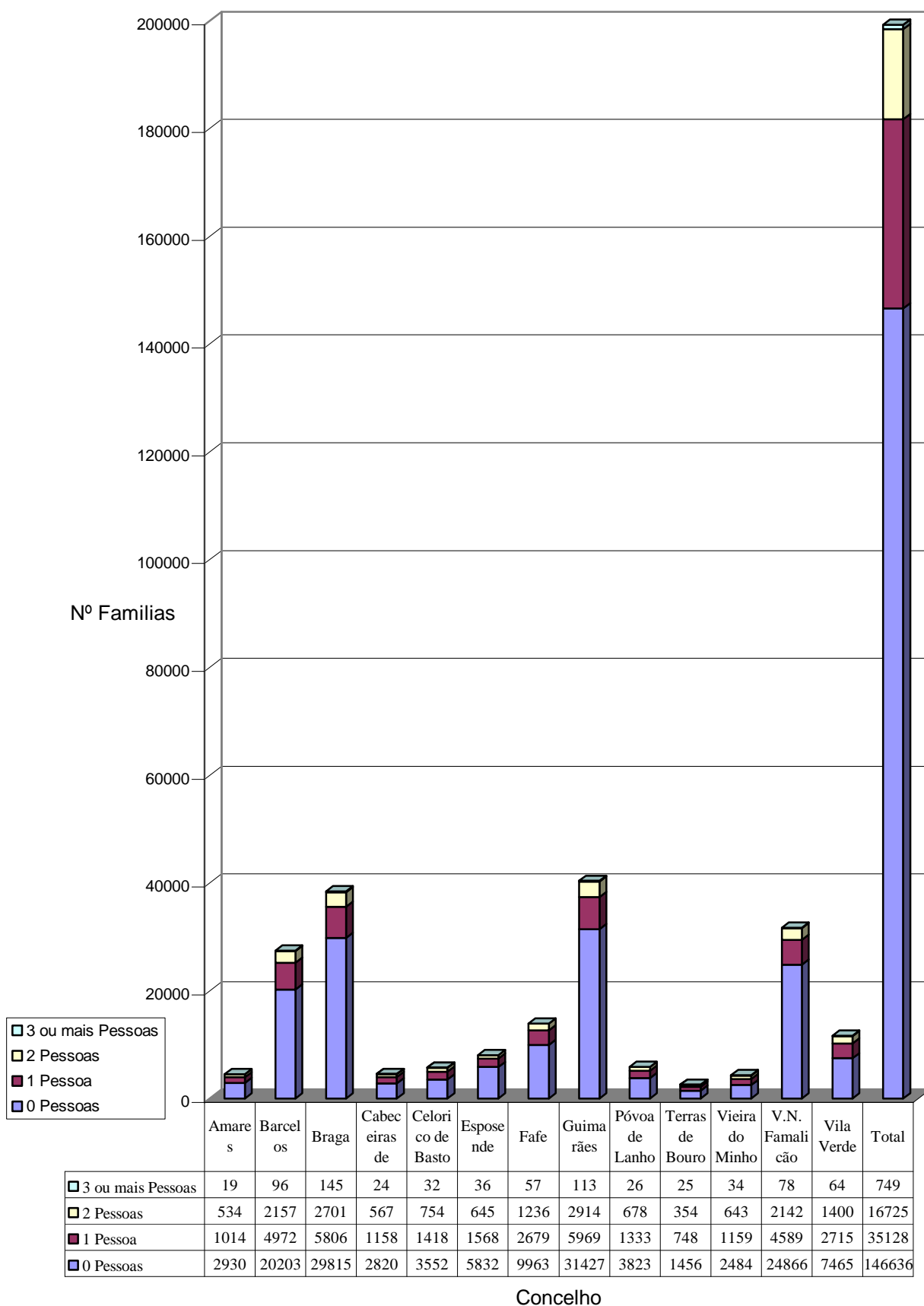
Concelhos distrito Braga

Dimensão média da Família por Concelho do Distrito de Braga

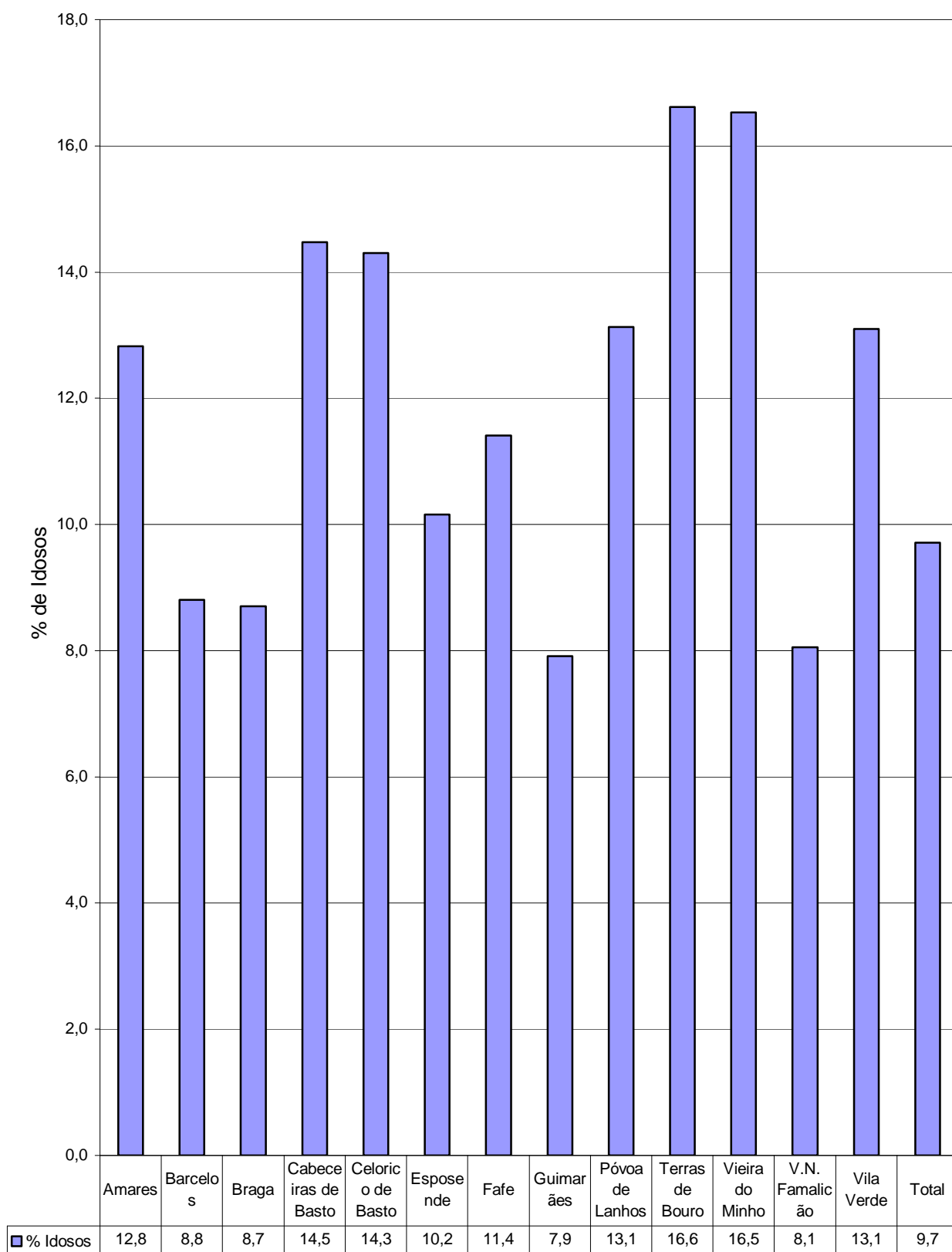


Distrito de Braga

Famílias segundo o nº de Pessoas c/ 65 e mais anos

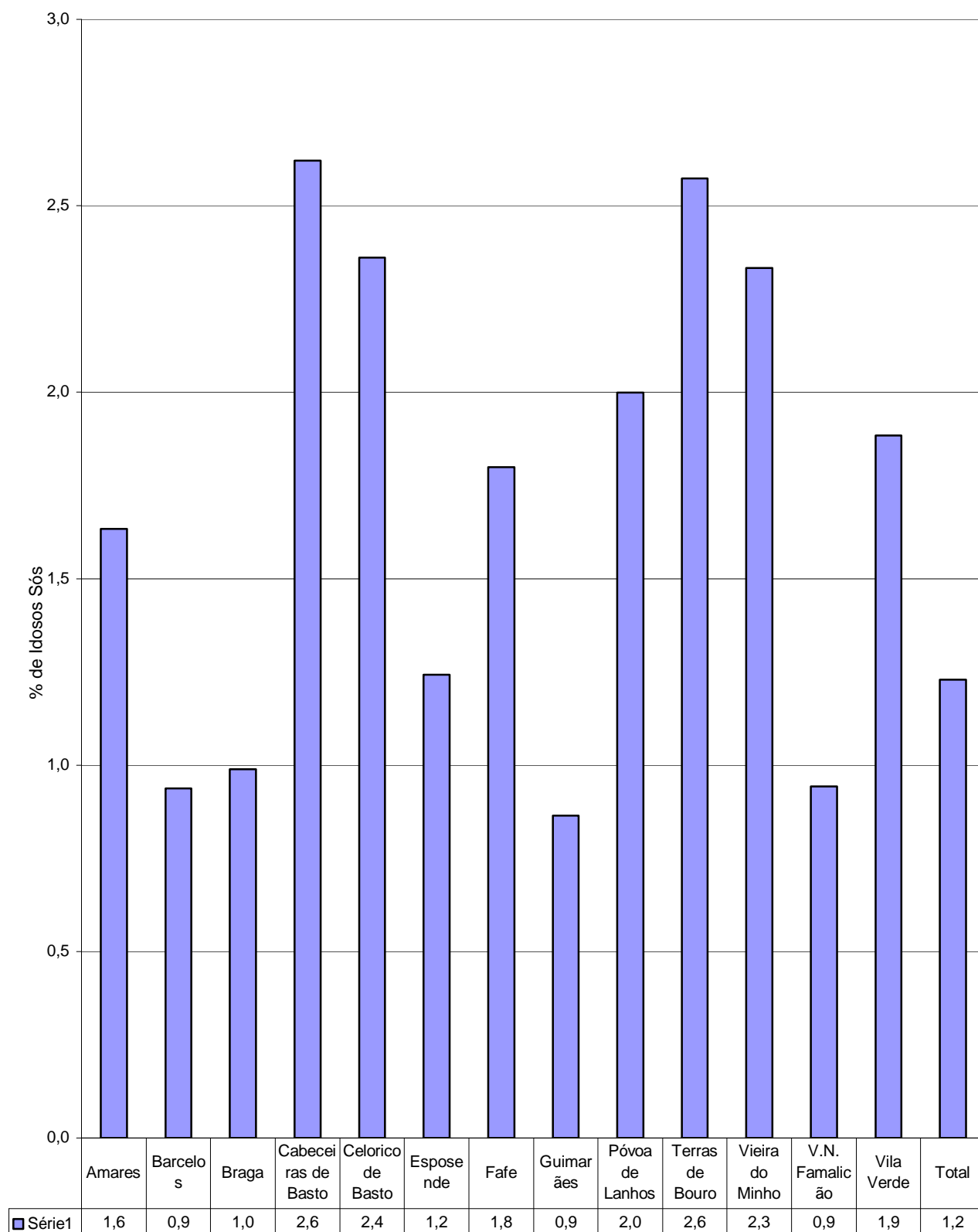


População com 65 e mais anos na população total do Concelho



Concelhos do Distrito de Braga

Pessoas com 65 e mais anos a viverem sós no Total da População



5.2. Os carenciados

O facto do distrito de Braga ser o mais jovem, não invalida a existência de 72.685 idosos no distrito.

Manifestamente a generalidade nunca se socorreu ou solicitou qualquer apoio, porquanto possuía a indispensável retaguarda familiar.

Isto não é de estranhar porquanto numa sociedade que no aspecto económico vivia essencialmente da agricultura no regime de minifúndio o apoio à velhice era possível através da família do idoso.

É que a actividade agrícola em regime de minifúndio não implica horário de trabalho mas tão só a concretização dos objectivos que se propõem alcançar.

Isto possibilitava disponibilizar tempo de apoio ao familiar idoso.

A industrialização, mormente a nível dos têxteis e calçado, e a proliferação dos Centros Comerciais, vieram ocupar a tempo inteiro os elementos femininos das famílias, inviabilizando o apoio ao idoso no âmbito da sua estrutura familiar.

Os idosos que vinham desempenhando o papel moderador e por vezes mesmo destabilizador (dada a sua ânsia de protagonismo) no agregado familiar, transformaram-se num encargo e numa fonte de preocupação para os elementos válidos da família de ambos os géneros vinculados à prestação de um trabalho, sujeito a horário que lhes não possibilitava minimamente o acompanhamento necessário aos mesmos idosos do agregado.

Havia, por isso, que convencê-los a aceitar o ingresso em Instituições capazes de lhe prestar uma assistência eficaz.

Na realidade, a ausência do domicílio da totalidade dos elementos activos do agregado possibilitava ao idoso a total mobilidade, a seu belo prazer, que poderia ter consequências desastrosas bastando para isso pensar na apetência que o idoso manifesta para os pequenos esquecimentos, desde esquecer o lugar dos objectos até ao esquecimento de desligar electrodomésticos como: ferros de engomar, fogões e etc.

Não se coloca ainda o factor económico como determinante da necessidade de colocação do idoso numa Instituição de Assistência, mas sim de uma carência originada pela transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade comercial e industrial.

Numa sociedade essencialmente agrária como se verificava no Estado Novo, a assistência ao idoso era prestada normalmente quando e por causa da ausência de meios de subsistência ou inexistência de retaguarda familiar.

Nestas situações o idoso era colocado compulsivamente nos chamados Asilos pelas autoridades administrativas que para isso detinham competência.

No concelho de Braga existiam pelo menos dois – O Asilo Conde de Agrolongo e o Asilo S. José com capacidade de acolhimento de cerca de 400 utentes, número que poderia ser excedido, uma vez que a preocupação política não era, propriamente, assegurar o bem estar do utente mas acima de tudo evitar a perturbação da ordem pública e o combate à mendicidade.

O factor económico acaba, porém, por ser determinante porquanto se por um lado existiam agregados que dispunham de recursos que possibilitavam a contratação de empregadas domésticas que acompanhavam o idoso na ausência dos elementos activos da família, por outro, existiam agregados que não tinham essa possibilidade nada mais restando senão encaminhar o idoso para uma Instituição de Acolhimento, gerando uma procura superior à oferta então disponível.

Por outro lado, a dinâmica da evolução social determinou a escassez do mercado da oferta de empregadas domésticas, a comprová-lo o facto de instituições vocacionadas para o ensino do serviço doméstico como a Obra de Santa Zita e a Obra das mães (falamos no concelho de Braga) onde era difícil a admissão, muito procurada pelas jovens aldeãs, se encontrarem hoje transformadas essencialmente em Estabelecimentos Hoteleiros como é o caso da obra de Santa Zita ou em Estabelecimentos de Ensino como é o caso da obra das mães.

Acresce finalmente a importância crescente do factor solidão que se vem manifestando com uma acuidade cada vez maior como justificativo do próprio idoso procurar o acolhimento junto de uma Instituição de Terceira Idade.

Mesmo no pleno uso das suas faculdades, o idoso observando a vivência do seu agregado familiar constata a impossibilidade de prestação de apoio por parte dos seus familiares.

Isto leva-o a, numa previsão de futuro, procurar assegurar o seu ingresso numa Instituição de Terceira Idade, inscrevendo-se nela em lista de espera e pagando mesmo, em alguns casos, uma caução.

Sintetizando, podemos assim enquadrar os carênciados na ocupação de Instituições de 3ª Idade em três grupos:

- Um primeiro grupo constituído pelos idosos sem meios económicos;
- Um segundo grupo constituído pelos idosos com meios económicos;
- E um terceiro grupo constituído pelos idosos com ou sem meios económicos com problemas de solidão

5.3. Respostas possíveis

De alguns anos a esta parte, tem constituído preocupação governamental através do Ministério do Emprego e da Segurança Social, e concretamente através da direcção Geral da Acção Social, o oferecimento de soluções para os problemas da Terceira Idade.

Aliás o mesmo acontece em relação aos problemas da Infância e da Juventude.

Sentindo não poder alijar as responsabilidades que lhe são inerentes na solução desta problemática, o Estado optou por fomentar a criação e desenvolvimento de Instituições Privadas através da concessão de subsídios e participações que se podem considerar substanciais sugerindo (apenas) as formas que devem assumir aqueles apoios fomentando uma ou outra forma em função das correntes ideológicas assumidas, predominantes em determinado momento.

É neste sentido que se tem vindo a assistir à proliferação de serviços e equipamentos de apoio à Terceira Idade que vêm sendo criados e organizados pela Sociedade Civil, em função dos subsídios e benesses concedidas pelo Estado para o efeito.

Neste sentido e a comprová-lo as inúmeras publicações dimanadas da Direcção Geral da Acção Social que preconizam várias respostas possíveis para o acompanhamento da pessoa idosa:

- O Centro de Convívio que define como uma resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas pelos idosos de uma comunidade.
- O Centro de dia que define como uma resposta social desenvolvida em equipamento que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sócio- familiar.

- O Lar para Idosos que define como uma resposta social desenvolvida em equipamentos de alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.
- A Residência, definida como resposta social desenvolvida em equipamento constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.
- O Apoio Domiciliário, definido como resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos, adultos ou familiares quando por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.
- O Acolhimento Familiar definido como a resposta social que consiste na integração temporária ou permanente em famílias consideradas idóneas, de pessoas idosas ou pessoas com deficiência a partir da idade adulta.
- O Centro de Férias definido como resposta dirigida a idosos que lhes proporciona estadia temporária, fora do seu domicílio por ocasião de férias.

A dinamização deste dever assumido pelo Estado, no sentido de fomentar a sua implementação junto das Instituições Privadas, compete como ainda hoje acontece aos Centros Regionais.

A comprovar o que vimos dizendo, transcrevemos em parte a nota prévia exarada na publicação de 1989 do Centro Regional de Segurança Social de Braga pelo presidente do seu conselho directivo.

“A evolução social acelerada, a concentração populacional nos grandes centros urbanos e a maneira apressada de viver dos dias de hoje, contribuem para que os idosos já não consigam acompanhar o ritmo «louco» da vida que hoje se vive e corram, infelizmente, o risco de alguma marginalização social.

A isto nos devemos opor activamente. Os políticos, os economistas, os sociólogos, o Estado, mas fundamentalmente, a **Sociedade Civil**, terão que criar ao idoso condições de vida dignas, fazendo-o participar activamente na vida da comunidade em que se insere.

O CENTRO REGIONAL que tem como objectivos garantir a protecção adequada aos grupos sociais mais vulneráveis, dentro dos quais se encontra o universo da população idosa do distrito de Braga, tem desenvolvido, nos últimos anos, dentro, aliás, das grandes

linhas orientadoras do Programa do Governo, um esforço considerável, tendente a dotar o distrito com uma rede de equipamentos sociais para idosos, capaz de proporcionar àqueles concidadãos o apoio conveniente e tecnicamente mais adequando.

Para além dos equipamentos tradicionais tem sido possível apoiar e incentivar a criação de novas modalidades de intervenção, dentro dum espírito de humanização cada vez maior e sob o princípio de que o envelhecimento deve ser observado, sentido e vivido com naturalidade, de uma forma alegre, harmoniosa, e, tanto quanto possível, sem traumas e conflitos.

Na concretização de toda esta política é importante salientar o papel das **Instituições Particulares de Solidariedade Social** do distrito de Braga. Sem elas, mas, sobretudo, sem a generosidade daqueles que **voluntariamente** dedicam uma boa parte da sua vida à gestão daquelas Instituições, não teria sido, talvez, possível que o distrito de Braga tivesse um dos melhores índices de cobertura social do País no que concerne à população idosa.”³⁹

No quadro subsequente transcrevemos as capacidades de cobertura do distrito de Braga, dentro das várias respostas acima citadas considerando o número de residentes com idade superior a 65 anos.

Quadro n.º 3

Taxa de cobertura, por Concelho

Concelho	N.º de Residentes ≥ 65 Anos	Número de Lugares						Taxa de Cobertura (%)		
		Lar	Recolhimento	Centro de Dia	Centro de Convívio	Apoio Domiciliário	Total	Equipamentos Tradicionais	Respostas Alternativas	Total
Amares	1 929	-	-	17	10	27	54	-	27,9	27,9
Barcelos	8 201	110	-	-	-	15	125	13,4	1,8	15,2
Braga	9 627	455	35	145	-	37	672	50,8	19,0	69,8
Cabec. Bastos	2 447	37	-	-	-	-	37	15,1	-	15,1
Celori. De Bastos	2 926	50	-	-	-	10	60	17,0	3,5	20,5
Esposende	2 524	86	-	10	-	40	136	34,0	19,8	53,8
Fafe	4 734	125	-	10	-	30	165	26,4	8,4	34,8
Guimarães	9 962	344	-	10	145	14	513	34,5	16,9	51,4
Póvoa de Lanhoso	2 457	40	-	-	-	-	40	16,2	-	16,2
Terras de Bouro	1 438	30	-	-	-	19	49	20,8	13,2	34,0
Vieira do Minho	2 396	64	-	-	-	12	76	26,7	5,0	31,7
V. N. de Famalicão	7 659	95	-	95	25	24	239	12,4	18,8	31,2
Vila Verde	5 303	46	-	20	-	-	66	8,6	3,7	12,3
Total	61 603	1 482	35	307	180	228	2 232	24,6	11,0	35,6

Fonte: Ministério de Emprego e Segurança Social , C. R. S. S. de Braga, O Idoso no Distrito de Braga, Impresso na APPACDM de Braga, pág. 51, Quadro n.º 12

³⁹ Centro Regional de Segurança Social de Braga, Direcção de Serviços de Acção Social, O Idoso no Distrito, Ed. APPACDM de Braga 18.4.89

De salientar que o Recolhimento é aqui referido com uma capacidade para 35 utentes.

5.4. Comentários

Como reconhece o Sr. Presidente do C. R. S. S. de Braga na obra atrás referida e na continuação da citação efectuada “ Não basta, com efeito, que se construam novos Lares e se melhorem os existentes; não basta que se criem novos Centros de Dia e de Convívio e se dê melhor qualidade aos que já funcionam; não é suficiente ampliar-se o número dos agentes que os apoiam no domicílio ou que a família lhes dedique uma atenção mais afectiva. Se tudo isto é importante - e é- o, de facto- é mais importante que a Sociedade considere o idoso como agente ainda capaz de se transformar num factor de desenvolvimento, enriquecimento e valorização da mesma sociedade no seu todo.”⁴⁰

Estamos em 1989, num governo social democrata e, por isso reconhece-se a coragem de um agente desse mesmo governo que no fundo traduz expressamente tudo aquilo que pensamos sobre as medidas tomadas para protecção do idoso.⁴¹

Aliás, conforme afirma Ana Tomás, na pág. 13 da obra que se vem referindo “ O futuro e a educação dos indivíduos é uma tarefa que exige não só o nosso empenhamento mas acções intencionalizadas e dirigidas por objectivos claros.”⁴²

Com efeito, aquilo que começou por constituir uma carência, ou seja, o desinteresse pela situação do idoso a qual deveria ser resolvida no seu âmbito familiar, passou a constituir um amplo leque de ofertas diversificadas para a implementação das quais a última coisa a fazer era a auscultação do próprio idoso.

De um modo um pouco grosseiro podemos afirmar, em verdade, que no regime do Estado Novo dentro da sua concepção de economia o problema dos idosos era assumido e resolvido pelos seus familiares – e quando assim não acontecia a solução do problema passava pelo seu internamento compulsivo em Asilos.

É que a própria distribuição da população activa por sectores de actividade nos anos 50 revelava que na sua esmagadora maioria se enquadrava no sector primário. Apenas em

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Pela importância que atribuímos ao texto que se vem transcrevendo, vai o mesmo integralmente reproduzido em Anexo 20.

alguns centros urbanos como o Barreiro, a Covilhã, Guimarães e Setúbal a população activa no sector secundário era já dominante.⁴³

Só a partir de 1958 com a campanha do General Humberto Delgado a estrutura económica do regime foi abalada de tal forma que, provocou remodelações governamentais e demonstrou a inviabilidade do imobilismo político – social a que se vinha assistindo.⁴⁴

Com a revolução de Abril, assistimos a uma inversão progressiva dos sectores económicos e com um lento esvaziamento do sector primário.

Cada vez menos os idosos tinham a apoiá-los a família, situação que se foi agudizando e ainda hoje se mantém com uma acuidade real.

Por isso, a situação do idoso passou a constituir uma preocupação dominante dos sucessivos governos, o que, aliás havia sido expresso no próprio programa das Forças Armadas:

“D)Terceira idade

1. Generalização progressiva da concessão da pensão social aos idosos em função dos respectivos níveis de rendimento, revisão dos critérios da sua atribuição e conseqüente extinção progressiva do abono de família por ascendente.
2. Inventariação das profissões desgastantes e variação adequada da idade de reforma.
3. Criação e desenvolvimento de condições que permitam aos idosos manter ou reforçar o seu centro de utilidade social e a sua ligação aos grupos sociais ou de origem, designadamente através de contribuição para as tarefas da comunidade, mantendo ou não a ligação ao local de trabalho.
4. Desenvolvimento da responsabilidade colectiva, tanto no que se refere ao acolhimento e acompanhamento dos idosos como às suas condições de vida, com particular relevo, neste aspecto, na criação de pequenas unidades residenciais inseridas na comunidade. Prevê-se a extinção progressiva dos asilos de terceira idade e a criação de novo equipamento específico para os idosos acamados.”⁴⁵

⁴² Psicóloga- Docente no C. I. F. O. P., Universidade do Minho.

⁴³ Oliveira, César, O Estado Novo e os Municípios Corporativos, História dos Municípios e do Poder Local, Circulo de Leitores, Março de 1996, pp. 285 e sgg.

⁴⁴ Ibidem

⁴⁵ Governo Provisório da República Portuguesa, Programa de Política Económica e Social, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, pp. 150-150-A..

É neste contexto que começam a surgir inúmeras publicações de organismos governamentais, mormente dependentes do Ministério da Segurança Social e começam a proliferar iniciativas indiscriminadas, um pouco por toda parte com vista ao apoio da terceira idade.

É neste encadeamento que somos obrigados a reconhecer que os Assistentes Sociais não souberam aproveitar as oportunidades que se encontravam ao seu alcance, obtendo aquilo que poderemos chamar de inversão do processo e ao mesmo tempo o reconhecimento da preponderância da sua actividade no âmbito das Ciências Sociais numa sociedade em evolução.

Note-se que isto aconteceu nas sociedades ditas evoluídas como a Inglesa e a Americana mas acima de tudo nas convulsões verificadas em sociedades com elevado índice de analfabetismo e pobreza como é o caso do Brasil e outros países Sul Americanos.

Num e noutro caso se bem que por processos diferentes os Assistentes Sociais passaram a constituir o motor das medidas governamentais, tomadas para resolução das situações, uma vez que, a sua opinião, por se encontrarem no terreno nas situações de crise constituía normalmente a justificação para as medidas políticas.

Em Portugal, no regime do Estado Novo, os Assistentes Sociais constituíam no exercício das suas funções mais um braço do governo cabendo-lhes implementar as medidas políticas por aquele determinadas.

Com a revolução de Abril, deveriam os Assistentes Sociais ter assumido um papel fundamental na construção de uma nova sociedade uma vez que deviam ter conhecimento directo, mais do que ninguém, dos problemas que afectavam a sociedade portuguesa, predominantemente daqueles já devidamente localizados no terreno e em alguns casos já objecto de várias análises.

Contudo continuaram a manter a postura tradicional, limitando-se a cumprir e implementar as medidas governamentais de harmonia com as instruções recebidas, como, aliás, 25 anos depois, ainda vem acontecendo.

Isto permitiu que as medidas políticas tomadas no sentido da resolução de problemas sociais, designadamente o da 3ª idade, se tenham vindo a mostrar desajustado para mais ou para menos na maior parte dos casos, numa análise fria, efectuada após a sua implementação.

Numa análise global das Políticas Sociais definidas pelos vários e sucessivos governos após a revolução de Abril, verificamos em relação ao idoso, que ainda hoje se não encontra clarificado se o ideal é a sua colocação num berço de ouro com prejuízo de toda a sua envolvência, se mantê-lo na sua envolvência e ali dar-lhe a necessária assistência.

Numa ou noutra orientação, verifica-se que o papel essencial realizado pelos governos tem vindo a consistir na atribuição de múltiplos subsídios a tal ponto que uma actividade de carácter essencialmente social possa assumir como vem acontecendo o carisma de uma qualquer actividade com fins lucrativos.

O papel social dos governos tem vindo a ser medido pelas verbas concedidas às múltiplas Instituições de Assistência existentes, quer para que estas construam mais estabelecimentos de apoio, quer para que possam dar uma maior resposta à problemática da 3ª idade.

Contudo, o Estado tem vindo a alhear-se cada vez mais do exercício dos direitos de fiscalização e controlo que, legalmente, lhe é conferido de um modo de funcionamento, na prática, dos estabelecimentos de apoio existentes.

São atribuídas verbas significativas para apoio à pessoa idosa, quer seja para a construção de Lares, Centros de Dia quer seja, para a implementação do Apoio Domiciliário.

Porém não tem o Estado tido a preocupação ou a coragem de controlar o destino ou a aplicação dos subsídios concedidos, bem como do bom ou mau funcionamento dos estabelecimentos existentes.

A preocupação dominante tem sido a de proporcionar um cada vez maior número de respostas.

Porém são poucas aquelas que vieram ao encontro de um anseio ou de uma necessidade sentida pelos destinatários.

Não existe diálogo com o idoso, tudo é executado com base em conceitos e estatísticas.

O Estado ignora que na generalidade das Instituições Particulares, o idoso que a elas quer Ter acesso tem que pagar uma jóia de admissão de elevado valor pecuniário, a fundo perdido sob pena de impossibilidade de ser admitido.

O Estado não se preocupa minimamente ou não tem a coragem de se preocupar com o facto da generalidade das I. P. S. S. s existentes serem geridas por pessoas de boa vontade sem quaisquer aptidões para o cargo que exercem.

Numa época onde se entrou já no domínio das especializações, considerando-se essencial a aquisição e detenção de conhecimentos para o exercício de uma actividade, nunca os sucessivos governos tiveram a coragem necessária para pelo menos tentar incutir a observância destes princípios no campo de acção das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Com efeito, as IPSS s existentes antes da revolução de Abril, em nada foram afectadas com a mudança das Políticas Sociais ocorrida após a revolução.

Não se pretende com isto tirar o mérito às Instituições que ao longo de vários séculos como é o caso das Misericórdias constituíram na prática o único suporte de apoio aos carenciados.

É que embora criadas sob a protecção Régia as suas despesas eram normalmente suportadas à custa dos donativos de particulares.

A sua gestão era exercida, na generalidade, pelos cidadãos influentes da localidade que dispendo de capacidade económica e de poder aplicavam o seu tempo, na idade de reforma, no bem fazer. Por isso, assumiam o papel de Mesários, Directores, Provedores, Administradores das Instituições de Assistência existentes, algumas delas criadas mesmo pelos seus antepassados.

O mesmo acontecia em relação às Instituições criadas e geridas pela Igreja do domínio e cumprimento das obras de caridade, que a Igreja estava vinculada a desenvolver.

Com a revolução de Abril as inúmeras instituições existentes laicas ou religiosas que até então subsistiam essencialmente com base nos donativos e nas esmolas que lhe eram afectas, passaram a auferir da parte do Estado da concessão de subsídios concedidos em função do número dos utentes protegidos.

Em troca o Estado apenas exigiu o registo destas Instituições de harmonia com o tipo de papel social que vinham desempenhando.

Mais ainda, se até aqui o Estado tinha um papel de fiscalização e controlo da criação das I. P. S. S. s, exercido através dos Governos Cívicos, depois para que uma Instituição deste género fosse reconhecida passou a bastar a existência de estatutos conformes às normas legais e regulamentares. Neste contexto o restabelecimento do regime democrático

veio a constituir uma ajuda essencial às inúmeras Instituições de Assistência então existentes, designadamente pela concessão de subsídios devidamente orçamentados no jornal oficial conforme se pode verificar nos P. I. D. A. C. s que integram os orçamentos publicados.

A estrutura dirigente destas Instituições em nada foi afectada.

De igual modo em nada foi afectada a sua forma de funcionamento, quer no aspecto da regulamentação da admissão de utentes quer, no respeitante a exigências sobre a qualificação profissional dos funcionários das referidas Instituições para não falar já na qualificação profissional dos seus responsáveis.

Isto permite-nos afirmar que a preocupação dominante do Estado Democrático em relação às I. P. S. S. s foi sempre a quantidade e diversidade de respostas e não a sua qualidade e muito menos o controlo da adequação das mesmas às situações existentes.

Tudo isto conduziu a que na actualidade a quasi totalidade das verbas atribuídas pelo Estado às I. P. S. S. s sejam absorvidas pelas suas despesas de administração e se mostrem insuficientes para assegurar a sobrevivência dos estabelecimentos por eles geridos.

Na verdade e no concretamente respeitante às Instituições de 3ª Idade o Estado regulamentou e condicionou a criação de Estabelecimentos com fins lucrativos impondo obrigações que vão desde as condições de instalação até à qualidade e quantificação profissional dos seus gestores.

Apesar disso muitas existem em actividade em total incumprimento das normas regulamentadoras.

Contudo, no que respeita às I. P. S. S. s a que chamamos de tradicionais nunca o Estado se preocupou com as habilitações profissionais dos seus gestores ou dirigentes. Apenas promulgou legislação respeitante às condições de segurança das edificações e mesmo essa só pontualmente verificada no concreto.

É obvio que, se pode ter sido um cidadão exemplar, um bom profissional um cidadão caritativo e humano pelo seu comportamento ao longo de uma vida activa. De um modo geral isto constitui o perfil ideal para se assumir a gestão de uma I. P. S. S. de carácter laico.

Contudo, a experiência revela-nos que na generalidade a gestão exercida nestes moldes se tem mostrado ruínosa pela falta de qualificação académica minimamente exigível.

O mesmo acontece no respeitante às I.P.S.S. s de carácter religioso, as quais obtida a erecção canónica e adequados os seus estatutos aos normativos em vigor se encontram aptas a receber os subsídios concedidos pelo Estado.

Não pondo em causa as qualidades culturais dos seus gestores, sempre diremos, que as suas qualidades culturais lhes confere pleno direito no exercício da caridade cristã mas não no exercício de Serviço Social.

Toda a problemática que se vem referindo, tem conduzido, salvo raras excepções a uma deficiente qualidade nos serviços prestados, designadamente pelo facto dos objectivos que se pretendem conseguir constituírem a razão principal da sua existência, com total desprezo e ignorância dos anseios e bem estar dos utentes abrangidos.

Não se procura com isto, defender o Assistente Social, contudo se para os Estabelecimentos de 3ª Idade com fins lucrativos o Estado impõe a responsabilidade da gestão a pessoal qualificado é, minimamente bizarro que isto não constitua uma preocupação no respeitante às IPSS s , que continuam a ser geridas por pessoas de boa vontade.

Ora isto tem vindo a reflectir-se no funcionamento dos Estabelecimentos geridos pelas IPSS s.

É que, a inexistência de responsáveis dotados de habilitações específicas, conduz a uma sobrecarga de despesas desnecessárias, designadamente respeitantes ao volume dos ordenados ou salários pagos e também a uma resposta desqualificada, por quanto não é possível um diálogo com o utente nem os seus anseios e, por vezes sugestões válidas são consideradas.

Na verdade a perspectiva do Estado ou da sua gestão vem continuando a ser o exercício da caridade como o dever cristão e não a resposta a um direito daqueles a quem o estabelecimento se destina.

Como diz Ferro Rodrigues “Julgo que nos nossos dias é cada vez mais consensual que a pobreza não se combate eficazmente confiando em processos globais, em lógicas que arrastam tudo e todos. A pobreza é uma situação que atinge seres humanos concretos, mulheres, homens e crianças profundamente singulares e diversos, mesmo quando submetidos a tremendas forças económicas e sociais.”

E ainda:

“É certo que não se combate duradoura e sustentadamente a pobreza sem que todos e cada um dos pobres possam construir o seu próprio caminho da dignidade, autonomia e progresso.”⁴⁶

Este sentimento tem plena aplicação à Terceira Idade, sendo certo que esta constitui o destino de quasi todos nós.

Tendo em conta a sintonia existente entre as afirmações de um representante do Estado em 1989 e de outro representante do Estado, oito anos após, resta-nos ter a esperança que para a obtenção do Bem Estar Social mormente no campo da Terceira Idade, estes objectivos alguma vez se realizem na prática.

Não pretendemos assistir à evolução social mas tão só à mudança social tal como a define Guy Rocher:

“ A mudança social consiste em transformações observáveis e verificáveis em períodos de tempo mais curtos, o mesmo observador pode, durante a sua vida ou mesmo durante um breve período da sua vida, seguir-lhe o desenvolvimento e conhecer-lhe o seu resultado ou aquilo que se pode considerar provisoriamente como resultado.”⁴⁷

Concluindo este já extenso comentário parece-nos dever esclarecer, que não pretendemos criticar a acção do Estado quando pretende fomentar o desenvolvimento de acções sociais incluindo o Bem Estar da 3ª Idade junto de Instituições Privadas, religiosas ou laicas vocacionadas para essa finalidade.

Julgamos porém que o Estado tem o dever de assegurar a qualidade dos serviços que pretende ver prestados dentro dos objectivos por si definidos, o que só pode obter através da remodelação funcional e orgânica de muitas das Instituições capazes de assegurar a prossecução dos objectivos pretendidos.

Isso só o pode conseguir com a ajuda do Serviço Social.

“O convívio com o Estado universalizante nas respostas às necessidades sociais levou o Serviço Social a um novo desenho de acção em equipas multiprofissionais e junto a Segmentos portadores de necessidades especiais.

O processo de desregulamentação que chega com a globalização e o neoliberalismo traz novas questões e novas temáticas como a da desresponsabilização estatal, a construção da acção solidária e o processo de exclusão social.

⁴⁶ Erradicação da Pobreza 1997-2006, Ed. Ministério da Solidariedade e Segurança Social, 1997.

⁴⁷ Rocher, Guy, Sociologia Geral, A Organização Social, Lisboa, Presença, 1989, p. 217.

A acção profissional ainda que subalterna a uma hierarquia institucional tem o poder de manipular a construção mais imediata das políticas sociais, forma objectiva que se expressa aos utentes –ou não- uma relação cidadã entre Estado e Sociedade.

A acção do assistente social é entendida como uma estratégia que manipula um conjunto de meios, forças na direcção de concretizar não só objectivos e interesses imediatos e mediatos de projectos mais globais construídos –ou não- pelos diferentes sectores sociais abrangidos nessa acção e neste processo de constituição dos direitos sociais.

O que se põe em questão é o poder, constitutivo da prática do assistente social, e a direcção que imprime a tal possibilidade. Nesta perspectiva se quer romper com as leituras pragmáticas da acção profissional que a desloca da análise de seus efeitos sobre as condições de vida dos cidadãos e seus direitos sociais.

Não se aceita uma perspectiva neutra da prática profissional. As acções do profissional trabalham interesses e, portanto, são construções históricas estratégicas e táticas que acumulam forças na direcção de um determinado projecto social e traduzem uma determinada leitura da realidade social.”⁴⁸

Capítulo III

As utentes do Recolhimento

1. Histórias de Vida

Um dia o Sr. Pierre, que ao longo de 57 anos nascera e habitara em Paris, resolveu conhecer a Inglaterra de que tanto ouvia falar.

Embarcou no comboio com destino a Calais e aí tomou lugar no Ferry com destino a Inglaterra.

Um pouco nauseado porque nunca tinha andado de barco, o Sr. Pierre desembarcou em Dover cerca das 4 horas da madrugada.

De mala na mão ali ficou no cais no meio de um profundo nevoeiro sem saber para que lado se dirigir.

De súbito de entre a névoa avançou um homem coxeando apoiado numa muleta que se tornou a sumir no denso nevoeiro.

O Sr. Pierre continuou no Cais erguendo a gola do sobretudo para se proteger do frio esfregando, de vez em quando, as mãos, até que, cerca de 1 hora depois anunciaram a partida com destino a Calais.

De imediato o Sr. Pierre retomou o seu lugar no barco.

Ao fim de 24 horas encontrava-se de novo no seu confortável apartamento de Paris.

Interrogado pelos seus amigos mais chegados no sentido de descrever as suas impressões sobre a notável cidade de Londres, o Sr. Pierre, convictamente respondia que Londres era uma cidade impossível porque só lá havia nevoeiro e coxos.

Esta pequena história extraída do livro de Georges Simenon – O Homem de Londres- traduz as dificuldades existentes na elaboração de uma qualquer história de vida.

⁴⁸ Sposati, Aldaiza, Curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social, Disciplina: Serviço Social nos Sectores de Política Social, Lisboa, 12.01.96, p.1.

Dá que aquilo que deveria constituir uma certeza, pode muitas vezes ser apenas uma certeza parcial, como aliás é afirmado por Thomas e Znaniecki.⁴⁹

Por isso, as histórias de vida podem constituir ou não um suporte essencial para uma qualquer teoria, na razão directa da sua veracidade, isto é se as histórias de vida traduzem uma realidade fáctica constituem um suporte ideal para negar ou afirmar uma qualquer teoria em análise.

Contudo, se desviadas do real poderão desqualificar um trabalho válido pondo em risco a sua credibilidade.

É que as histórias de vida envolvem directamente as pessoas intervenientes. E o investigador deve ter sempre presente que quando alguém fala de si próprio em relação ao passado descreve aquilo que gostaria de ter sido e não aquilo que realmente foi.

Isto, como é obvio poderá, se não levar os necessários cuidados na procura da realidade, a adulterar os dados básicos fundamentais para a elaboração da teoria.

Por outro lado, se se conseguir que as histórias de vida traduzam a realidade fáctica, elas serão sempre o fundamento mais consistente e seguro para qualquer teoria.

No fundo a problemática acima referida conduziu a que nos anos 20 do presente século, as histórias de vida constituíssem nos Estados Unidos um elemento essencial à construção teórica, que acabou por cair em desuso para renascer na Europa nos anos 50.⁵⁰

Neste sentido o trabalho desenvolvido por M. Isaura Queiroz:⁵¹

“ Não há muitos anos, o «relato», denominado agora «história oral», fez seu reaparecimento entre as técnicas de colecta de material empregadas pelos cientistas sociais; com tanto sucesso que, por muitos deles, foi encarado como «a» técnica por excelência, e até mesmo a única válida para se contrapor às quantitativas. Enquanto estas últimas, reduzindo

⁴⁹ Queiroz, Maria Isaura Pereira, *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*, (Ciência e Cultura), n.º 39, São Paulo, 1987, pp.272/288.

⁵⁰ Poirier, Jean, Simone Clapier- Valladon, Raybaut, Paul, *Histórias de Vida, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta, 1995, p.9, 1º e 2º parágrafo, tradução João Quintela.

“ Podem distinguir-se duas fases na história das histórias de vida. Após a grande época das life histories ou das life stories nos Estados Unidos, seguiu-se uma certa desafeição pelo género. Mais tarde, no decorrer dos anos 50, na Europa, desenvolveu-se um movimento de uma amplitude muito grande e profunda a favor da recolha directa ou indirecta de testemunhos «vividos»- isto em todos os domínios: histórico, etnológico, psicológico, sociológico e literário.

Nos Estados Unidos, durante os anos 20, as histórias de vida nasceram do confronto entre os migrantes e os nacionais anteriormente instalados; os migrantes, ao entrarem neste «novo mundo», abandonavam todo o seu passado e sentiu-se que era preciso guardar sinal dessa existência antiga, tão diferente da nova. Desejava-se igualmente favorecer a inserção no menting pot americano de elementos alógenos que era preciso conhecer melhor e de que se tinha de assegurar a integração.”

⁵¹ Op. cit., p. 272

a realidade social á aridez dos números, pareciam amputá-la de seus significados, a primeira encerrava a vivacidade dos sons, a opulência dos detalhes, a quase totalidade dos ângulos que apresenta todo fato social.”

É manifestamente mais fácil fundamentar um trabalho em dados estatísticos – são concretos, de fácil recolha e normalmente irrefutáveis.

Contudo afigura-se-me que o recurso a estes dados, no campo do serviço social é efectuado para credibilizar uma política de actuação, que até pode ser correcta, escamoteando a realidade, ou seja, ignorando os factores originários da situação que se pretende resolver.

Resumindo diremos que o recurso à estatística permite a resolução de situações sem, contudo, esclarecer as razões que lhes deram origem.

Logicamente, os factores geradores das situações anómalas continuam a ser desconhecidos, podendo a todo o momento gerar situações idênticas.

Contrariamente, as histórias de vida, ou seja, o recurso ao método biográfico para determinar e definir uma situação se bem executado, pode conduzir-nos às raízes do problema permitindo-nos eliminá-lo.

Como diria Franco Ferrarotti :

*“Au contraire, la conscience conceptuelle et opérationnelle que l’histoire de vie en tant que méthode au plein sens du terme implique nécessairement une rupture par rapport aux méthodes courantes et que cette rupture repose avec évidence sur la base d’une aporétique globale de son usage actuel, tarde à faire son chemin.”*⁵²

Na nossa opinião, só o recurso às histórias de vida, nos permitirá detectar as raízes da problemática em estudo e, em consequência, propor e defender os caminhos necessários para a sua resolução.

Como atrás referimos, esta deve ser a função dos Assistentes Sociais – a procura das causas das situações, no sentido de conseguir obter a sua erradicação. E, em nosso entender, isso só será possível com o recurso às histórias biográficas, se bem que isto não signifique a eliminação de outros processos.

“ Vivemos num tempo atónito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que

⁵² Ferrarotti, Franco, Histoire et Histoires de Vie, France, Librairie des Méridiens, 1983, p. 47.

vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. Quando, ao procurarmos analisar a situação presente das ciências no seu conjunto, olhamos para o passado, a primeira imagem é talvez a de que os progressos científicos dos últimos trinta anos são de tal ordem dramáticos que os séculos que nos precederam – desde o século XVI, onde todos nós, cientistas modernos, nascemos, até ao próprio século XIX – não são mais que uma pré-história longínqua. Mas se fecharmos os olhos e os voltarmos a abrir, verificamos com surpresa que os grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos viveram ou trabalharam entre o século XVIII e os primeiros vinte anos do século XX, de Adam Smith e Ricardo a Lavoisier e Darwin, de Marx e Durkheim a Max Weber e Pareto, de Humboldt e Planck a Poincaré e Einstein. E de tal modo é assim que é possível dizer que em termos científicos vivemos ainda no século XIX e que o século XX ainda não começou, nem talvez comece antes de terminar. E se, em vez de no passado, centrarmos o nosso olhar no futuro, do mesmo modo duas imagens contraditórias nos ocorrem alternadamente. Por um lado, as potencialidades da tradução tecnológica dos conhecimentos acumulados fazem-nos crer no limiar de uma sociedade de comunicação e interactiva libertada das carências e inseguranças que ainda hoje compõem os dias de muitos de nós: o século XXI a começar antes de começar. Por outro lado, uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre os limites do rigor científico combinada com os perigos cada vez mais verosímeis da catástrofe ecológica ou da guerra nuclear fazem-nos temer que o século XXI termine antes de começar.”⁵³

É que o serviço social entre nós tem vindo a assumir uma função “curativa”, no âmbito da intervenção política, ficando aquém das suas potencialidades.

Aliás, esta situação é comum a todos os serviços públicos com fins sociais, desde os serviços hospitalares aos serviços de bombeiros, passando pelos serviços de combate à droga e à pobreza.

É mais fácil jogar com estatísticas, que tem mais impacto na opinião pública, e considerar o número das situações resolvidas, do que atingir o fundo do problema. Até porque isso poderá culpabilizar o próprio Estado ou criar situações incómodas.

⁵³ Santos, Boaventura de Sousa, *Um Discurso Sobre As Ciências*, 2ª ed., Porto, Afrontamento, 1988, pp. 5,6

O exemplo mais flagrante de que nos apercebemos foi-nos dado pela política de combate aos fogos florestais. Todos os anos são aplicadas verbas elevadíssimas na prevenção e combate a estas situações. Porém não vimos ainda nenhum particular ser punido (nem o Estado no seu domínio territorial) por não prover à limpeza dos seus montados.

Todo este preâmbulo que já vai sendo longo, mas que nos pareceu necessário, no sentido de justificar o método utilizado, na caracterização das utentes do Recolhimento das Convertidas, constitui um esclarecimento que julgamos importante, porquanto o recurso às histórias de vida constituem entre nós ainda uma exceção, que permite, apesar de tudo, determinar as razões e as causas profundas do recurso aos serviços disponibilizados pelo Recolhimento, facultando subseqüentemente aos organismos competentes a possibilidade da eliminação das causas.

Quando, em 1985, assumi a gestão do Recolhimento, neste encontravam-se 34 utentes.

Numa primeira triagem apenas 3 reconheceram possuir família.

Todas elas subsistiam por virtude da pensão que lhes era atribuída e em grande parte do recurso à caridade, pedindo esmolas às portas das igrejas, ouvindo missas remuneradas e outros expedientes análogos.

Só a elaboração de histórias de vida das utentes me possibilitaria conhecer as razões que ali as conduziram e mesmo conhecer a personalidade de cada uma.

É um facto que as histórias de vida para poderem servir de base a um qualquer estudo social carecem de um cuidado muito especial na sua elaboração.

Com efeito, partindo de um relato oral, é necessário que esse relato seja religiosamente transcrito pelo ouvinte. De igual modo é necessário que o ouvinte se certifique de que o relato que lhe é feito traduz a realidade e não constitua uma invenção do narrador.

Tal como refere M.^a Isaura Queiróz:⁵⁴

“O relato oral, está pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita a sucederam. Quando o «homem das cavernas» deixou, nas paredes destas, figuras que se supõe formarem um sentido, estava transmitindo um conhecimento que possuía e que talvez já tivesse recebido um nome, estando já

⁵⁴ No seu trabalho já atrás referido, publicado na revista *Ciência e Cultura* n.º39, pp.,273-274.

designado pela palavra. O fruto de suas experiências e descobertas ficava assim concretizado e passava aos demais, inclusive aos pósteros. Mais tarde a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma cristalização do relato oral.

Desde que o processo de transmissão do saber se instala, implica imediatamente a existência de um narrador e de um ouvinte ou de um público. Ao se operar a passagem do oral para um signo que o «solidifica», seja ele desenho ou escrita, instala-se novo intermediário entre narrador e público. O intermediário pode ser também um indivíduo que funcione como transmissor dos conhecimentos que ouviu de outrem. Da mesma forma que desenho e palavra escrita constituem uma reinterpretação do relato oral, também o indivíduo intermediário, por mais fiel, acrescenta sua própria interpretação àquilo que está narrando.

O gravador parece à primeira vista um instrumento técnico próprio para anular, ou pelo menos para diminuir o possível desvio trazido pela intermediação do pesquisador. Logo se viu, no entanto, que o poder da máquina não era absoluto, e nem mesmo tão grande quanto se havia suposto, uma vez que a utilização dos dados nas pesquisas exigia, em seguida, a transcrição escrita. Uma parte do registro se perdia na passagem do oral para o texto, e este ficava igualado a qualquer outro documento. A vantagem era conservar com maior precisão a linguagem do narrador, suas pausas (que podiam ser simbolicamente transformadas em sinais convencionais), a ordem que dava às ideias. O documento resultante era sem dúvida mais rico do que aquele registrado pela mão do pesquisador, mas apesar de tudo havia um empobrecimento quando comparado com a fita gravada, e de novo o pesquisador se tornava um intermediário que podia deturpar de alguma forma o que fora registrado.”

Porém não basta a integridade do ouvinte é também necessário que o narrador se limite a descrever factos reais do seu conhecimento pessoal.

Daí que a elaboração de uma história de vida não deve nem pode ser efectuada com base num questionário que é colocado ao narrador ao estilo de uma entrevista.

“Embora nas histórias de vida o pesquisador se abstenha de intervir e a maneira de se realizar caiba ao narrador, na verdade o pesquisador foi quem escolheu o tema de pesquisa, formulou as questões que deseja esclarecer, propôs os problemas. O comando é dele

muito embora procure não intervir durante a narração; não impõe, portanto, os temas ao informante, que os abordará ou não, a seu talento.”⁵⁵

Considera-se por isso que uma história de vida demora anos a elaborar. E, em relação ao Recolhimento assim aconteceu. Na verdade só ao fim de 10 ou 11 anos consegui obter a história de vida de todas as utentes, elaborando como um puzzle através de afirmações e declarações espontâneas que ia registando.

Foram esses registos que me permitiram conhecer as razões que levaram as utentes ao Recolhimento e ainda conhecer, em profundidade, os seus percursos de vida e estabelecer comparações.

Procurando manter-me isenta, esperei pacientemente o desabafo das utentes.

Esta metodologia permitiu-me concluir, sem qualquer dúvida, que todas as utentes do Recolhimento ali existentes quando assumi as minhas funções, haviam exercido funções de empregadas domésticas, com todas as implicações daí decorrentes.

Mesmo as utentes que foram admitidas no decurso da minha gestão se enquadravam nesta classificação.

Na sua fase mais recente o Recolhimento não era já um refúgio para as “arrepêndidas de seus erros”, mas um alojamento terminal para aquelas que haviam dedicado a maior parte da sua vivência ao serviço das “boas” famílias de Braga ou mesmo ao acompanhamento íntimo de alguns elementos dessas famílias.

Resta-nos finalmente acrescentar que as histórias de vida estão inter-relacionadas com o meio social onde se enquadram.

Por nos parecer relevante chamou-nos especial atenção um artigo publicado no jornal “Diário do Minho” de 9 de Junho, da autoria de Dinis Salgado do qual não resistimos a transcrever alguns excertos:

“Na casa dos cinquenta as duas madames não aparentam mais de trinta e disso fazem alarde”

“A Lili e a Xuxu são duas *habitués* da alta roda...”

“Xuxu:

- Ai! querida, está chiquérrima com esse bronzeado de gritos! Foi de fim-de-semana às Seychelles?

Lili:

⁵⁵ Op. cit., p. 276.

- Oh! meu bem, então não sabe que frequento o solário do Nené? Já não precisamos mais de ir à praia, onde só vai essa gentinha de bairro!”...

“Pois é meu velho, vivemos num mundo de aparência! Do faz de conta! Onde ninguém quer ser o que é. Seja por dentro, seja por fora!

E tudo por obra e graça da orgia do consumismo, da guerra das imagens, da idolatria das audiências! Claramente, da falta de valores, ou de valores em crise!”...

As transcrições atrás referidas, constituem aquilo que de mais real se pode dizer sobre a cidade de Braga.

É que, sendo hoje Braga uma cidade em crescimento notoriamente reconhecida com uma expansão acima da média, continua a fazer lembrar a aldeã com vestes de princesa e aspecto que nem a mais perfeita operação plástica consegue esconder.

Tudo isto se pode explicar pela razão mais simples, ou seja, o facto do crescimento material ter ultrapassado em larga medida o crescimento cultural.

Esta discrepância representa e assume hoje em dia uma das problemáticas da cidade.

É à luz deste contexto que a análise das histórias de vida que elaboramos deve ser considerada.

Ao longo de cerca de 12 anos obtivemos 21 histórias de vida de utentes do Recolhimento.

Como atrás referimos, são constituídas por desabaços espontâneos que fui anotando e dos quais transcrevi apenas aqueles que verifiquei corresponderem à verdade das situações narradas.

Limitamo-nos aqui a transcrever na íntegra uma história de vida - aquela que nos pareceu mais exemplar. É um julgamento pessoal como é óbvio mas, em apêndice, junto uma mão cheia de outras histórias de vida.

Esta vai referida como história de vida número um.

Braga 3 de Março de 1986

Recolhimento das Convertidas

Cerca das 3 horas da tarde, recebemos um telefonema do Governo Civil, onde nos foi transmitido que o Sr. Governador pretendia falar-nos com a maior urgência. Duas horas depois era-nos transmitido pelo Sr. Governador, que havia uma situação dramática, que era

urgente resolver. Tratava-se de “uma velhinha” nascida numa das freguesias do concelho de Vila Verde que tendo enviuvado no Brasil, onde se encontrava há mais de 40 anos, tinha vindo matar saudades, deixando no Brasil um procurador. Quando se preparava para regressar ao Brasil, verificou que a sua conta bancária se encontrava saldada e subsequentemente os bens imóveis que possuía no Brasil e, não eram poucos, já lhe não pertenciam.

Encontrava-se em casa de uma prima, sem possibilidades de a acolher, e desprovida de quaisquer meios de subsistência.

O Recolhimento das Convertidas era uma Instituição destinada a utentes do género feminino, de rendimentos variáveis, desprovidas de retaguarda familiar (definição que obtivemos após uma análise complexa, aliás, transcrita em anteriores trabalhos).

Pela entrevista a que de imediato procedemos, apuramos que a candidata a utente, tinha 65 anos de idade, não tinha filhos e era viúva de uma figura política do Brasil, tinha sido vítima de uma burla e, em consequência tinha contactado vários advogados, que, unanimemente, concluíram nada haver a fazer. Estava, por isso, em face de alguém sem possibilidades mínimas de subsistência. Escusado será dizer que a prima, em casa de quem a mesma se encontrava, era o único familiar conhecido e não tinha possibilidades de prover ao seu sustento.

Por isso, foi acolhida no Recolhimento.

O insólito desta problemática despertou a nossa curiosidade. Para além disso pensamos que, alguma coisa se poderia fazer no sentido de assegurar a subsistência mínima da utente.

Foi por aqui que começamos. Através do Consulado Brasileiro e devidamente credenciados pelo Governo Civil, verificamos ter a utente direito a uma pensão de sobrevivência cujo valor seria de cerca de, em moeda portuguesa, Esc. 60.000\$00 mensais com pequenas oscilações devidas ao cambio.

Decorridos dois meses após a sua admissão à utente era paga a pensão a que conferia direito e os respectivos retroactivos.

Para esta celeridade muito contribuiu a pressão exercida pelo poder ou pelos seus canais, no caso, o Governo Civil do Distrito de Braga.

Tudo isto nos levou a procurar investigar de uma forma tão exacta quanto possível a vida da utente.

Foi a primeira **“história de vida”** a que procedemos.

Fomos à Conservatória do Registo Civil de Vila Verde e, constatamos que no dia 4 de Junho de 1921, nasceu no Lugar de... uma criança do sexo feminino a que foi posto o nome de ...(vamos-lhe chamar apenas Maria), filha de e de pai incógnito.

Em seguida, procuramos junto da prima da utente indagar sobre os conhecimentos que a mesma possuía acerca da sua vida. Por ela me foi dito que a Maria, tendo feito a escola primária em Vila Verde, veio seguidamente prosseguir os seus estudos para Braga num colégio de freiras.

Que o seu pai era uma das pessoas mais ricas e conceituadas de Vila Verde e que, quando tinha 17 anos a Maria havia desaparecido para o Brasil, e ninguém mais soube dela, até à altura.

Nesta altura, possuía os conhecimentos mínimos que, me permitiam, junto da própria “Maria”, colher a sua história de vida.

“Eu era uma criança linda, e gostava muito do meu pai.”

Esta foi talvez a frase, que me justificou, o profundo etnocentrismo que, por vezes, atinge as raias do estereótipo, no “comportamento habitual da “Maria” perante as outras utentes do Recolhimento.

“Houve uma freira que me disse que eu não tinha pai.” Esta situação teria ocorrido quando a “Maria” contava 16 anos de idade. Por investigação a que posteriormente procedi, concluí que na época e na região do Minho eram muito frequentes as situações deste tipo. Na época da ditadura de Sidónio Pais (1917-1924) como que ressurgiu a ideia do fortalecimento da nobreza e um nome “brazonado” não podia ligar-se a um plebeu. Isso não impedia, contudo, que os pais, embora sem lhes dar o nome, acolhessem, estimassem e tratassem os seus filhos ou filhas.

“Ah! Mas eu era a única menina a quem o Sr. Padre dava um beijo no fim da missa. Às outras, «num» ligava «ninhuma».”

Esta frase que transcrevi fielmente, justifica a forma como a “Maria” olhava as restantes utentes do Recolhimento. Todas elas eram as outras raparigas, todas iguais a quem o Sr. Padre não beijava no fim da missa.

O daltonismo cultural, pode assim ser justificado e, é-o, normalmente, por factos marcantes, ocorridos na infância.

“Quando Leonel me disse que a minha terra não era aqui, que nem pai tinha e que não precisava dele para nada, chorei durante oito dias. Lembro-me que estava-

mos no Santo António. Nunca tive tanto medo na minha vida. Ainda hoje não era capaz de estar tanto tempo só com água à minha volta. Cheguei ao Brasil no dia anterior ao dia dos meus anos.”

Como diria José Niza, na sua peça “ Os Emigrantes”, “quem troca o certo pelo incerto, motivos há-de ter.”

“O Leonel era advogado no Rio, tinha uma grande mansão que até tinha mordomo.”

Apurei que o “Leonel”, na altura em que isto aconteceu tinha uma idade entre 40 a 50 anos, era advogado e possuía uma posição social de destaque no Rio de Janeiro.

“Maria” viu-se confrontada com uma posição de migrante e em certa forma com o conceito de alteridade. Só que num e noutro aspecto “a Maria” sentia-se no lado de cima da balança e, de certa forma propensa a aceitar e compreender a forma de estar e a cultura daqueles com quem passou a lidar diariamente. Sem o saber, “Maria” agia com espírito de relativismo cultural na definição dada por Rowland.⁵⁶

“Mas sabe, menina, os pretos sempre me meteram muito medo e eu não conseguia lá viver sem o meu marido.”

Como diria Michel Wieviorka,⁵⁷ “ o diferencialismo significa a ausência de relações sociais ou o desejo dessa ausência, a reparação mais do que a opressão.”

Ao longo da sua vida no Brasil, “Maria” habituou-se a olhar as pessoas de cor como algo de inferior que a serviam, mas que ao mesmo tempo temia. O racismo nem sempre se manifesta de uma forma odienta. Pode fazer parte do nosso sentir sem que disso tenhamos consciência, sendo uma resultante do meio social onde nos encontramos inseridos. Ou, tão só, a consequência de nos julgarmos pertencer a um estrato superior.

É um olhar o grupo de fora como algo que nos é totalmente estranho.

Representa também uma diferenciação cultural.

Como diria Immanuel Wallerstein, cultura é o que é “partilhado no grupo e presumivelmente não partilhado fora dele.”⁵⁸

⁵⁶ Rowland, Robert, Antropologia, História e Diferença—Alguns Aspectos, Porto, Afrontamento, 1987.pp. 8-9

⁵⁷ Wieviorka, Michel, Racismo e modernidade, Venda Nova, Bertrand, 1995.

⁵⁸ Wallerstein, Immanuel, Culture as the Ideological Battleground of The Modern World – System cultere and Society, London, Sage, 1990, p. 31, vol. 7.

“A única pessoa em quem confiei, foi o motorista, de quem o meu marido era muito amigo, e que me levou a um advogado a quem deixei uma procuração para poder vir sossegada a Portugal.”

Foi por isto que “Maria” quando pretendia regressar ao Brasil, constatou que já nada lhe pertencia, nem mesmo os meios necessários bastantes para custear uma deslocação.

Isto acontece usualmente a quem se julga possuidor de uma cultura uso II na definição de Wallerstein. “Maria” foi enganada.

Comparando a inserção de “Maria” na sociedade Brasileira na sua juventude e a inserção de “Maria” no Recolhimento aquando do seu regresso a Portugal, verifica-se que em ambas as situações migratórias “Maria” foi incapaz de conseguir a aculturação.

E se na primeira situação isso não lhe causou problemas, pelo facto de se encontrar inserida na esfera do poder, (considerado por Weber, como “ a possibilidade de os seus detentores realizarem os seus objectivos contra quem quer que seja.”⁵⁹

A Segunda situação, a dificuldade de aculturação de “Maria” conduziu à sua rejeição.

É que, se da parte de “Maria” as restantes utentes do Recolhimento constituíam um grupo que partilhava os mesmos gestos e carências, um grupo de “pobres urbanos” como diria Wallerstein, para esse grupo “Maria” era encarada como um modernismo triunfante, que visava a destabilização da identidade do grupo. Da parte do grupo houve naturalmente uma manifestação de racismo.

Da parte de “Maria”, para além de uma manifestação de racismo, uma visão daltónica e etnocentrista das utentes do Recolhimento.

Foi-me extraordinariamente difícil transmitir a “Maria” o conceito de alteridade, ou seja, explicar-lhe e convencê-la que cada uma das utentes tinha a sua própria personalidade, os seus problemas específicos, a sua forma de pensar a vida e olhar os outros.

“Sabe menina... afinal a “Conceição” é muito bacana.”

Isto só foi dito passado mais de um mês da sua entrada no Recolhimento.

Ao longo dos meses, esta frase ou outras idênticas foram-me transmitidas pela “Maria” referindo-se a outras utentes do Recolhimento.

Isto foi possível através de um trabalho árduo persistente e demorado.

⁵⁹ Weber, Max, Economy and Society, Universidade da Califórnia, 1978.

Em certa medida, o Recolhimento é uma escola onde se torna necessário construir “boas pontes” que estabeleçam as ligações quer entre as utentes quer entre estas e a comunidade envolvente.

“Só será possível construir um destes dispositivos se o professor tiver consciência da diversidade cultural em que trabalha, consciência essa que exige uma atitude e práticas investigativas necessárias à identificação e compreensão do «arco-íris cultural» ao qual tem de oferecer propostas educativas adequadas.”⁶⁰

É de notar contudo que “Maria” nunca abdicou da “sua” mesa num café da cidade onde passava grande parte das suas tardes, olhando os outros sem os ver, recordando o Brasil longínquo, tal como Platão retracta o homem, à entrada de uma caverna, olhando para o seu fundo negro e de costas voltadas para o mundo, aguardando o expiar do seu castigo.

Em anexo juntamos mais cinco histórias de vida.⁶¹

Comentário

Foi após a elaboração das histórias de vida que me pude aperceber, em profundidade, das origens das utentes do Recolhimento, dos familiares existentes e quase sempre negados, das razões determinantes da sua entrada no Recolhimento e, como não podia deixar de ser, da personalidade de cada uma, influências recebidas e causas da sua formação.

Dos pontos comuns encontrados, pensamos merecer especial referência os seguintes:

1º- origens: As utentes são naturais de freguesias do distrito de Braga, com excepção de duas e, desde muito novas, (oito nove anos de idade), saíram da casa materna para a prestação de serviços domésticos.

Dez das utentes são filhas de pais incógnitos, tendo sido criadas nos primeiros anos de vida com os avós maternos.

2º- Com excepção de oito utentes, todas as outras permaneceram solteiras ao longo da vida, ainda que duas tivessem tido filhos.

⁶⁰ Cortesão, Luiza, Stoer, Stephen R., “A Interculturalidade e a Educação Escolar: dispositivos pedagógicos e a construção da ponte entre culturas” 1995, p. 14.

⁶¹ Ver Anexo 21 a 25.

3º- Cada uma das vinte e quatro utentes, serviram durante mais de trinta anos uma família da cidade de Braga.

4º- Para a admissão das utentes no Recolhimento constituiu factor determinante, pelo menos até ao momento de ter assumido a gestão do mesmo, as influências movidas pelas famílias onde as mesmas prestavam serviço junto dos governadores civis em exercício.

5º- Para a formação da personalidade das utentes o factor fundamental foi a influência exercida pelas famílias onde prestavam serviço.

Para além do acima referido, julgamos ser de salientar que, mesmo as utentes com familiares directos acabaram por deixar esfriar os laços familiares a tal ponto que não os queriam assumir.

É também de salientar que da parte das famílias onde as utentes prestaram serviços doméstico verifiquei existir uma certa preocupação pelo seu bem estar.

2 O inter-relacionamento

A minha primeira percepção do relacionamento existente entre as utentes fez-me sentir que o trabalho que se me deparava poderia ser mais um dos indicados por Woody Allen, no curso por si concebido “para instruir o assistente social interessado em trabalhar no «terreno».”⁶²

Com efeito, desde a desconfiança à indiferença passando pela inveja e o egoísmo levado ao extremo, tudo isso existia um pouco em cada uma das utentes.

O único factor que de certa forma disciplinava o seu inter-relacionamento era o medo de expulsão por comportamento indesejado.

No fundo, cada utente assumia o papel que havia desempenhado na família onde, durante quase toda uma vida, havia prestado serviço.

⁶² Allen, Woody, Para Acabar de Vez com a Cultura, Imprensa Portuguesa, Março 1987, p. 62, escreve: “Os tópicos abordados incluem: como transformar bandos de delinquentes em equipas de basquetebol e vice-versa; os pátios do recreio como meio de prevenção da delinquência juvenil e como conseguir que casos potencialmente homicidas tentem o escorrega da piscina; discriminação; os lares destruídos; que fazer quando se é atingido por uma corrente de bicicleta.”

A vizinha do lado, assumia o papel de outra família constituindo por isso um elemento hostil.

Ainda que sem grandes forças físicas, dado o avançado da idade, momentos havia onde se sentia uma tensão no ar.

Sem desprimor cada uma delas me fez lembrar um pouco o “duque”, um cão pastor que José Cardoso Pires no seu livro *A República dos Corvos* retractou da seguinte forma:

“... deslocava-se com a subtilidade de uma sombra. Ladrar não era com ele e correr ainda menos. Podia dizer-se que o suspeito animal exibia uma indiferença de majestade, surgindo aqui e ali plantado na lisura do soalho como um rochedo indecifrável. Parecia que sabia coisas inconfessáveis do mundo e que o mundo não lhe interessava absolutamente para nada.”⁶³

Da mesma forma que o “duque”, assim era o comportamento de cada uma das utentes.

No fundo, não traduzia senão a vivência das “boas” famílias de Braga, cujo principal lema era, “o que se passa na nossa casa não é da conta dos vizinhos” ou “fala baixo, que parece mal” ou “que hão-de pensar de nós...”. E tantas outras expressões semelhantes encontradas que traduzem, com realismo, a vivência do “faz-de-conta” que ainda hoje se vive na região do Minho e não só.

Cada um dos elementos das “boas” famílias do Minho, seguramente pensaria como o Antunes:

“Assim ele era o primeiro a reconhecer, que em tudo o que se tinha passado, havia um único ridículo: era ele! Via-se forçado a pensar desta maneira para respeitar a verdade. Mas ele amava a verdade acima de tudo. Acima até das desculpas que ele soubesse inventar para se justificar. Quem pensa sozinho não quer senão a verdade, as justificações são por causa dos outros.”⁶⁴

As utentes transportaram para o Recolhimento toda a problemática das famílias para quem haviam trabalhado ao longo das suas vidas.

Só que, aqui, mais ninguém existia para além delas. Por isso a sua defesa natural traduzia-se por uma atitude de isolamento e desconfiança em relação a cada uma das outras.

⁶³ Pires, José Cardoso, *A República dos Corvos*, Lisboa, publicação D. Quixote, 1988, p. 80.

⁶⁴ Negreiros, José Almada, *Romance*, (“Obras Completas”), Lisboa, Estampa, 1971, p. 51, II Vol.

Mudar este tipo de vivência não foi uma tarefa fácil.

Ainda que, à primeira vista, o inter-relacionamento das famílias “conhecidas” na Região se caracterize pela hipocrisia do escamotear da verdade, no sentido de dar a público apenas aquilo que lhes parecia favorável, é inquestionável que no seu âmago existiam em cada uma delas factores relevantes e válidos, escondidos apenas pelo medo do ridículo.

Da mesma forma que, cada utente transportou consigo esses factores para o Recolhimento.

Apercebi-me que toda a utente possuía algo que as outras invejavam e ao mesmo tempo admiravam.

Por isso orientei o meu trabalho no sentido de em relação a cada uma delas extrair o que poderia constituir para as outras o motivo de admiração.

Isto para a utente em causa era como expô-la em praça pública.

Nada melhor que os pensamentos de Ema a seguir transcritos para traduzir o sentir das utentes:

“Ao longo da minha vida tenho muitas vezes dado por mim a tentar passar despercebida e assusto-me quando sei que as pessoas me reparam, me vêem, como se tivesse cometido algum crime.

É isso: tenho vivido toda a vida como se tivesse cometido um crime, a limpar todas as minhas impressões digitais.

...

O que eu sempre tive foi medo. Nem sei bem concretamente de quê. De tudo? De tudo talvez ...”⁶⁵

A título de exemplo, direi que a utente X, era apontada por todas pela sua faculdade de encontrar objectos perdidos, contudo procurava esconder isto às restantes.

Independentemente de dar ou não resultado, consegui que esta utente colocasse esta faculdade à disposição de todas as outras.

Assim, quando algo se perdia no Recolhimento passou a constituir um hábito o recurso aos serviços da utente X para rezar o responso ao Santo António.

A utente Y, caracterizada pelo seu feitio irascível e pela sua aversão a tudo quanto traduzia a religião, possuía conhecimentos de enfermagem, faculdade que constituía um motivo de admiração.

⁶⁵ Horta, Maria Teresa, Ema, Lisboa, Rolim, Novembro 84, p. 81.

A parte mais difícil do trabalho por nós exercido foi convencer esta utente que esta sua apetência não era motivo de ridículo perante as outras utentes.

Ao fim de algum tempo, esta utente veio a mostrar-se de grande utilidade, mormente quando qualquer das outras utentes se encontrava acamada e carecida de administração medicamentosa nocturna.

Procurei aproveitar de cada uma das utentes aquilo que as outras admiravam, fazendo-lhe ver que a faculdade que ela possuía, por mais ridícula que parecesse, constituía um motivo de interesse para as outras utentes.

Ao fim de dois anos, posso afirmar comprovadamente que existia um relacionamento minimamente aceitável entre as utentes.

Na verdade as utentes passaram a preocupar-se com o bem estar dos outros, preocupando-se quando alguma delas se encontrava doente prontificando-se mesmo a auxiliá-la, ministrando-lhe a medicação ou proporcionando-lhe a alimentação.

Deixaram de tomar as suas refeições nos quartos passando a fazê-lo na sala de jantar comum.

Aprenderam a frequentar a sala de convívio que, aliás, foi substancialmente melhorada, levando mesmo à criação de outra sala de convívio com uma televisão sintonizada noutro canal. Passaram mesmo a fazer críticas directas e espontâneas à actuação das outras.

De um comportamento de indiferença, as utentes passaram a ter um comportamento participativo, por vezes até em demasia.

Na verdade, se antes não existia diálogo, agora, muitas vezes o diálogo assumia formas calorosas, passando a ser frequentes as discussões para defesa de opiniões diferentes.

A minha intervenção tornava-se agora necessária não já para fomentar o inter-relacionamento, mas para refrear os excessos emocionais. Raras eram as vezes, onde ao entrar no Recolhimento não me apercebia de, por esse facto, ter posto termo a uma discussão alterada.

De um trabalho desenvolvido no sentido de obter a participação e o convívio das utentes, ao fim de cerca de dois anos e na dinâmica de todo um processo, passei a ter de desenvolver um trabalho dirigido no sentido da harmonia, ou seja, defendendo a tolerância, a compreensão e refreando os exageros.

No fundo limitamo-nos a defender os valores chave do serviço social na óptica de Gisela Konopka:

“Os valôres-chave do Serviço Social são de natureza ética, já que se interessam pelas relações interpessoais. São «justiça» e «responsabilidade», combinadas com um valor caracterizado, algo diferente de «saúde mental». «Justiça» significa a aceitação básica da dignidade de cada ser humano, independentemente de qualquer atributo específico, como raça, sexo, posição econômica, dons intelectuais, intrepidez física, e assim por diante, que possam distingui-lo de outros sêres humanos. Justiça não quer dizer que tôdas as pessoas sejam iguais e tampouco não exige que tôdas as pessoas sejam idênticas ou que sejam tratadas de forma idêntica; implica, apenas, que todos recebam a mesma consideração, a mesma aceitação, o mesmo amor e a mesma oportunidade.

«Responsabilidade» inclui a compreensão da interdependência dos sêres humanos, da aceitação dos direitos dos outros, como dos próprios direitos e do conceito de fraternidade de tôdas as pessoas – conceito de que cada qual é «responsável pelo seu irmão».

«Saúde mental» significa a compreensão de que o ser humano deve ter um sentimento de satisfação íntima e de força íntima para ser capaz de dar aos demais.

Esses valôres são um *a priori*; são os axiomas da prática profissional.”⁶⁶

É manifesto que para a obtenção de resultados, por nós pretendidos, constituiu factor essencial o conhecimento da personalidade das utentes e do carácter de cada uma. Personalidade e carácter são conceitos distintos e não resistimos a transcrever parcialmente o que nos pareceu a caracterização mais exacta de cada um deles dada por Natalio Kisnerman, um dos grandes defensores do Serviço Social de Grupo:

“Existe a tendência a confundir termos que, como comportamento, carácter e personalidade, têm conotações semelhantes. ... A personalidade exprime-se através do comportamento, sendo suas características ser dinâmica como resultado da interação ou a influência que sobre nós é exercida pelo meio ambiente; distintiva, pois não existem duas personalidades iguais: organizada, devido à integração de funções em uma totalidade; e temporal pois é a personalidade de um indivíduo que vive historicamente uma época. ...

⁶⁶ Konopka, Gisela, Serviço Social de Grupo, Um Processo de Ajuda, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p. 88.

Kardiner formulou em 1937 o conceito de personalidade básica, aquela que é determinada pelos elementos comuns da personalidade dos membros de uma sociedade, o que permite que os homens se entendam reciprocamente. ...

Não podemos deixar de mencionar que para um sadio desenvolvimento da personalidade, o indivíduo deve crescer em liberdade. Ser livre é ser eu mesmo, homem em ação, capaz de escolher e escolher-me. A formação do ser humano deve ser uma constante aprendizagem de saber como utilizar essa liberdade e saber desapegar-nos dos entes amados a fim de possibilitar o desabrochar de todas as suas potencialidades. «A liberdade – diz Fromm – concretiza a existência humana como tal». ...

Ao aspecto expressivo da personalidade damos o nome de carácter enquanto soma de normas habituais de comportamento. ... Os biólogos (Darwin) e as experiências de Kohler, Kellogg, Buytendijk, e outros, demonstraram a existência de comportamentos animais que revelam inteligência. Freud e McDougall substituem a hereditariedade pelo instinto. Este último afirmava que os instintos são motores de toda atividade humana e moldam a vida dos indivíduos e das sociedades.”⁶⁷

Obviamente, que sendo a liberdade um factor essencial à formação de uma personalidade sadia, podemos afirmar que todas as utentes do Recolhimento apresentavam desvios na formação da sua personalidade o que dificultou o trabalho.

Porém interrogamo-nos sobre quem nos dias de hoje, consegue dispor de liberdade na formação da sua personalidade. Cada vez mais existem pressões geradas pelas tensões sociais que são determinantes por um desenvolvimento em conflito, conflito esse resultante de uma cada vez maior concentração de riqueza – os ricos são cada vez mais ricos e cada vez em menor número – e subsequentemente por uma tendência no sentido da própria classe classificada de média se sentir enquadrada no grupo dos pobres, gerando situações de miséria escondida, envergonhada, com todos os conflitos daí resultantes.

Esta problemática foi frontalmente encarada por Albino Luciani, que em 1974, já Cardeal exercia as funções de patriarca de Veneza e escrevia semanalmente no Jornal “Messaggero di S. António” uma carta dirigida a alguns ilustres personagens.

Numa delas dirigida ao escritor inglês Charles Dickens, cuja infância foi de sobremaneira amarga, escrita em Fevereiro de 1974, escreve Albino Luciani:

⁶⁷ Kisnherman, Natalio, Serviço Social de Grupo, 2ªed., Petrópolis, Vozes, 1978, p. 55 e sgs. (Tradução: Ephraim Ferreira Alves).

“E agora? Ai de mim! No vosso tempo as injustiças sociais tinham sentido único: De operários que deviam apontar o dedo contra os patrões. Hoje, a apontar o dedo há multidão de gente: Os trabalhadores da indústria; aqui na Itália, o sul contra o Norte; na África, na América Latina, as nações do «Terceiro Mundo» contra as nações do bem-estar.

Mas até mesmo nestas últimas nações existem numerosos núcleos de miséria e de insegurança. Muitos trabalhadores estão desocupados ou inseguros do seu lugar de trabalho; nem em toda a parte se encontram suficientemente protegidos contra os acidentes; muitas vezes sentem-se tratados apenas como instrumentos de produção e não como protagonistas.

Além disso a corrida frenética ao bem-estar, o uso exagerado e louco de coisas não necessárias comprometem os bens indispensáveis: o ar, a água pura, o silêncio, a paz interior, o repouso.

Pensava-se que os poços de petróleo fossem como o poço de S. Patrício: sem fundo; de repente damos-nos conta de que estamos no fim. Confiava-se em que, quando daqui a muito tempo viesse a esgotar-se o petróleo, se poderia contar com a energia nuclear, mas dizem que na produção da mesma há o perigo de escórias radioactivas prejudiciais ao homem e ao ambiente.

O temor e a preocupação são grandes. Para muita gente o monstro do deserto que é preciso agredir e sepultar não é já apenas o capitalismo, mas também o «sistema» actual que deve ser abatido com uma revolução total. Para outros, a mudança está já a começar.

O pobre Terceiro Mundo de hoje – dizem – em breve será rico, graças aos poços de petróleo que explorará só para si; o mundo da sociedade de consumo, tendo o petróleo a conta-gotas, deverá limitar as suas indústrias, os seus gastos, e sujeitar-se a uma recessão.

No meio deste adensar de problemas, de preocupações e de tensões valem ainda – alargados e adaptados – os princípios que vós, caro Dickens, calorosamente recomendastes, ainda que um tanto sentimentalmente. Amor ao pobre, e não tanto ao pobre individual como aos pobres que, rejeitados, como indivíduos, ou como povos, se sentiram classe e se solidarizam entre si. A eles, sem hesitação, segundo o exemplo de Cristo, devem dar os cristãos preferência sincera e aberta.

Solidariedade: Somos uma única barca cheia de povos, hoje já próximos uns dos outros no espaço e nos costumes, mas num mar muito agitado. Se não quisermos sofrer graves desastres a regra é esta: Todos por um e um por todos; insistir sobre aquilo que nos une, deixar correr aquilo que divide.

Confiança em Deus: pela boca do vosso Marley fazíeis votos para que a estrela dos Magos iluminasse as casas pobres:

Hoje, casa pobre é o mundo inteiro, que tem muita necessidade de Deus!

Fevereiro de 1974”⁶⁸

Albino Luciani, foi eleito Papa, assumindo o nome de João Paulo I, em 26 de Agosto de 1978. Faleceu inesperadamente em 28 de Setembro do mesmo ano.

3. O Recolhimento e o meio exterior

“Eu sou a “Fulana” – Convertidas. A nossa casa tem dois braços.”⁶⁹ Esta frase era o cartão de visita e apresentação de uma utente em qualquer circunstância. É inegável que a Instituição, tricentenária, era conhecida por toda a gente.

A imagem que as pessoas tinham da mesma, era na generalidade a de uma casa destinada a alojar as “pobrezinhas sem abrigo” que ali viviam em condições miseráveis.

Num passado recente a cidade de Braga possuía dois Asilos – O Asilo Conde de Agrolongo e o Asilo S. José. Para aí eram enviados: os pedintes, os sem abrigo, os deficientes mentais, indiscriminadamente.

Com o evoluir do apoio dado à terceira idade, estas Instituições transformaram-se em Lares para Idosos e estes passaram a ter uma procura cada vez maior motivada pela impossibilidade de apoio familiar, uma vez que todos os elementos responsáveis da família possuíam ocupação laboral.

O ingresso nos Lares passou a ser assim solicitado não só pelos carenciados, mas também por aqueles que dispendo de possibilidades económicas não tinham contudo apoio familiar.

⁶⁸ Luciani, Albino, *Ilustríssimos Senhores*, Lisboa, cidade Nova, Dezembro 1978, pp. 17 a19.

⁶⁹ Ver anexo 21.

Isto levou mesmo a que a admissão nos Lares passasse pelo pagamento de uma joia de quantia variável.

Apenas o Recolhimento, na cidade de Braga, não exigia qualquer jóia ou pagamento periódico para o ingresso no mesmo.

Não é assim de estranhar a imagem atrás referida que dele faziam as pessoas.

Por outro lado, o comportamento das utentes do Recolhimento, no seu dia a dia, contribuía para corroborar esta imagem.

Com efeito, não tanto pela necessidade económica mas acima de tudo pelo exacerbar do sentido miserabilista, grande parte das utentes do Recolhimento ocupava o seu tempo exercendo a mendicidade, quer junto da porta das igrejas, quer nos funerais, oferecendo-se para ouvir missas mediante uma contraprestação monetária.

O inter-relacionamento destes dois factores acabou por gerar uma situação de facto algo bizarra, na verdade a própria comunidade se dirigia ao Recolhimento rogando a audição de missas cujo preço negociava com as utentes.

As Instituições de Caridade da Cidade, como a Conferência S. Vicente Paulo, a Cruz Vermelha, a Caritas e outras, periodicamente enviavam para o Recolhimento géneros alimentares e artigos de vestuário a fim de serem distribuídos pelas utentes.

Isto originava comentários da parte destas, de que nos apercebemos, tais como:

- “Como se alguém usasse estes cobertores, sei lá donde vieram!...”
- ou;
- “Esta queria missas a 50\$00, até o sacristão já ganha mais!...”
- ou (referindo-se às roupas enviadas);
- “Mandam para cá esta porcaria. Hoje já não há quem precise.”

Ou;

“Pensam que esta casa é o depósito do lixo, ainda nos obrigam a gastar os sacos.”

Não foi fácil ultrapassar este sentir quotidiano da população envolvente do Recolhimento.

Na verdade este “status” agradava quer às utentes que recebiam donativos, (e quem não gosta de os receber), quer aos cidadãos donatários, que por esta forma satisfaziam as suas necessidades caritativas, pondo em dia a sua consciência, quer às organizações humanitárias que sentiam a sua prática facilitada porquanto, podendo prosseguir o seu escopo por grosso, não necessitavam de indagar quem verdadeiramente era necessitado.

O próprio Governo Civil, tinha por tradição natalícia a dádiva de 2.000\$00 a cada utente entregue individualmente. Quando passou a assegurar a Ceia de Natal por fornecimentos de géneros, e da mesma forma passaram a proceder as Instituições de Caridade, sentiu-se de imediato uma reacção negativa por parte das utentes.

Apercebemo-nos mesmo que algumas delas chegaram a pensar que nos tínhamos aproveitado em nosso benefício do que lhes seria destinado.

Na realidade, as utentes não eram tão carenciadas como era dado transparecer ao exterior.

As carências existentes eram da Instituição em si, ou seja, daquilo que a Instituição por falta de meios não podia fornecer às utentes, designadamente o conforto das instalações e o apoio a tempo inteiro.

Como adiante se verá, conseguimos uma mudança da mentalidade, quer das utentes que se resignaram a aceitar as mutações do apoio que lhes era dado, quer da população envolvente que passou a olhar o Recolhimento como uma instituição carenciada e não as utentes como carenciadas

A opinião pública, no fundo a opinião do meio envolvente, do Recolhimento mudou através do contacto directo e íntimo com a Instituição que conseguimos proporcionar-lhes.

O sentir das utentes evoluiu em função da pressão do meio exterior.

No fundo limitamo-nos a tentar escolher o meio termo.

“Nem a confiança cega e ilimitada para todas as palavras ou acções das pessoas, nem desconfiança exagerada que, sem motivos, suspeita mentiras em toda a gente.”⁷⁰

4. A Vivência

Quando falamos de vivência, queremos referir o modo de estar actual das utentes do Recolhimento, quer no que respeita ao seu inter-relacionamento quer no que se refere ao seu relacionamento no meio.

Constitui no fundo a diferença entre o que existia e o que se conseguiu ao fim de alguns anos.

⁷⁰ Luciani, Albino, op. cit., p.165.

Vimos nos itens anteriores que as utentes viviam de uma forma egoísta, evitavam o relacionamento entre si e tinham uma postura acabrunhada, eventualmente resultante da falta de apoio que sentiam daqueles com quem haviam convivido ao longo da sua vida.

Vimos também que perante o meio envolvente assumiam uma postura miserabilista que, aliás, lhes trazia o proveito das esmolas recebidas.

Não podemos dizer que hoje se esteja perante uma vivência ideal, porquanto, a mesma enferma dos exageros de uma postura completamente inversa à anterior.

É elucidativo o facto de o preço de ouvir missa, ser hoje negociado e não mendigado como o era anteriormente.

Por outro lado, se antes o comportamento das utentes conduzia ao isolamento, agora peca pelo exagero da intromissão na vida de cada uma das outras e pela tentativa da imposição da opinião individual a todas as outras.

Em consequência, se anteriormente, sendo o número de utentes superior a trinta, a Instituição parecia uma casa abandonada pelo silêncio que nela existia, agora normalmente, encontrando-se o número de utentes reduzido a cerca de metade, é difícil haver momentos de silêncio, salvo nas horas de repouso, face ao calor posto nas discussões quase permanentes.

Não raro é o dia também em que não sejamos confrontados com queixas e denúncias de utentes sobre os comportamentos de outras.

De um imobilismo quase total passou-se a uma comunidade barulhenta e ávida de afirmação pessoal.

Poderemos mesmo dizer que o anterior comportamento das utentes se traduzia nos quadrantes inferiores da “Janela Johari”, com efeito o seu comportamento passou a ser aberto e revelador da personalidade de cada uma que procurava impor às outras revelando no calor das discussões, sentimentos, motivações e factos de que nem as próprias se apercebiam.⁷¹

⁷¹ Luft, Joseph, Introdução à Dinâmica de Grupo, 2ª ed., Lisboa, Moraes, Julho de 1976.

“Quando Ingham e Luft apresentaram pela primeira vez a «Janela Johari», que ilustra as relações interpessoais segundo o respectivo grau de lucidez, ficaram surpreendidos ao verificar que muitos não-profissionais, tal como os universitários, utilizavam e se inspiravam neste esquema. Parece que ele se presta, enquanto dispositivo heurístico, a uma melhor compreensão das relações humanas. É fácil representar visualmente os quatro quadrantes que compõem a Janela Johari.

Quadrante I, a área de actividade livre, aplica-se aos comportamentos e às modificações que são conhecidas pelo próprio e pelos outros.

Quadrante II, a área cega, onde os outros podem ver em nós coisas que ignoramos.

De pobres velhinhas, “coitadinhas”, passaram a “jovens velhas” reivindicativas.

Foi um pouco esta transformação que nos levou ao presente trabalho, como que em defesa da auto libertação da Terceira Idade.

Com efeito, de uma situação de abandono passou-se para uma situação de superproteção. Isto, a nível das situações contempladas.

Habitualmente a pessoa idosa é encarada como incapaz de auto subsistir.

Em consequência é submetida a um tratamento como se de uma pessoa doente se tratasse.

É-lhe imposto o tipo de comida e bebida e é submetida a horários para os quais não é auscultada.

A situação vivida no Recolhimento é substancialmente diferente.

A gestão do tempo de cada uma é da sua exclusiva responsabilidade.

As refeições são confeccionadas e consumidas de harmonia com os hábitos de cada uma, que dispõe para o efeito do seu próprio fogão.

O horário de abertura e encerramento da porta do Recolhimento foi definido pelas próprias utentes sem prejuízo de poderem entre elas combinar alterações pontuais de molde a permitir a entrada para além da hora do encerramento da porta.

As utentes para além de terem aprendido a discutir pontos de vista entre elas, aprenderam também o sentido do convívio e da entre - ajuda capaz de resolver as situações em que, por doença, qualquer delas se encontra acamada.

O trabalho desenvolvido passou pela efectivação de múltiplas reuniões, por conversas individuais ou de grupos parcelares conducentes a interdisciplinar a sua vivência, os exageros existentes, por vezes ocorridos, são talvez fruto de deficiências ocorridas na formação da personalidade, mesmo por razões alheias às próprias utentes.

As festas que passaram a ter lugar nas situações usuais - Dias de Aniversário, Natal, Carnaval, Páscoa, S. João e outras- passaram a ter uma participação crescente por parte das utentes, familiares, amigos, e mesmo da população do meio envolvente que em alguns casos se auto convidava.

Quadrante III, a área evitada ou secreta, representa o que sabemos mas não revelamos aos outros (por exemplo, um projecto secreto ou assuntos acerca dos quais somos particularmente sensíveis).

Quadrante IV, a área de actividade desconhecida. Nem o indivíduo nem os outros são conscientes de determinados comportamentos ou motivações. Podemos, contudo, supor a sua existência porque, com o tempo, alguns deles vêm à superfície e apercebemo-nos, então, que estes comportamentos e motivações escondidos influenciavam as relações desde o início.”

As utentes têm liberdade de receber as visitas de familiares e amigos a qualquer hora dentro do período de abertura do Recolhimento. Raros são os momentos em que a sala de visitas se encontra vazia.

O funcionamento da Capela integrada no Recolhimento pela celebração de uma missa diária aberta ao público, muito contribuiu também para fomentar o relacionamento entre as utentes e o meio envolvente.

Podemos afirmar que hoje todas as utentes pensam como a “Fulana”, “O Recolhimento é a minha casa. Tem dois braços.”

CAPÍTULO IV

O suporte económico

A importância do presente capítulo, ressalta do facto de ser considerado elemento essencial para a subsistência das Instituições afectas à Terceira Idade, com ou sem fins lucrativos, o seu suporte económico.

É ele que na actual realidade- (referimo-nos às instituições localizadas na cidade de Braga) - tem vindo a definir as condições de bem estar proporcionados aos utentes de cada um desses estabelecimentos de terceira idade.

O acompanhamento e a protecção da pessoa idosa constitui, de um modo geral, uma preocupação do Estado. As diferenças surgem nos modos como essa preocupação é posta em prática.

Em alguns casos (cada vez mais raros) é o Estado que directamente assume a gestão do problema, criando e gerindo as instituições necessárias para o efeito.

Porém, a máxima “O Estado é mau administrador” prevaleceu.

Daí que o papel do Estado tenha passado a ser o de fomentar a criação de instituições privadas ou desenvolver outros meios de apoio à pessoa idosa, de harmonia com a política em vigor.

De uma forma ou de outra, o Estado tem vindo a subsidiar o apoio à terceira idade colocando à disposição do privado verbas substanciais, nem sempre cuidando de controlar a sua correcta aplicação. Menos ainda o Estado se preocupa com a qualidade dos serviços prestados à terceira idade, designadamente não cuidando saber das capacidades e funcionamento interno das instituições afectas a esta valência.

Não que o Estado desconheça a essencialidade das condições que devem ser proporcionadas aos utentes, mas sim por razões meramente políticas

A comprová-lo o facto das exigências legais impostas às instituições com fins lucrativos afectas à valência da terceira idade, que vão desde as condições a que devem obedecer as instalações até à exigência de pessoal especializado e qualificado.⁷²

Em contra partida, no que se refere às instituições privadas “ditas” sem fins lucrativos, normalmente afectas às Misericórdias e à Igreja, o Estado, na prática não impõe quaisquer condições, mormente no que se refere à qualificação dos seus quadros, pese embora lhes atribuir vultosos subsídios, chegando mesmo a custear na totalidade a construção de edifícios.

Além disso, e se bem que nos termos legais ao Estado através dos seus serviços próprios seja dada a faculdade de fiscalização das contas e imposto a estas instituições a obrigação de as apresentar, não temos conhecimento que isto seja posto em prática.

O Recolhimento é, no fundo, o exemplo concreto do que vimos referindo.

1. Os financiamentos

Esta matéria constitui uma preocupação de fundo que foi determinante para a celebração do protocolo de transferência celebrado entre o Governo Civil, o Centro Regional de Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia, documento já junto como anexo 17.

Com efeito o Governo Civil dispunha de uma verba anual de cerca de quatrocentos mil escudos, para custear os gastos da instituição.

Como é obvio, o Estado não se pode auto financiar. Por isso, era inviável à Segurança Social a concessão de quaisquer subsídios ao Governo Civil.

Dá que se tenha encontrado a solução de entregar a gestão do Recolhimento a uma Instituição Privada, no caso a Santa Casa da Misericórdia de Braga, no intuito de possibilitar o financiamento estatal, mediante a celebração de um Acordo de Cooperação.⁷³

Isto iria possibilitar a criação de condições para que o apoio dado às utentes pudessem ser o exigível.

⁷² Decreto-Lei.133-A/97.de 30 de Maio e Despacho normativo 12/98 de 25 de Fevereiro.

⁷³ Ver Anexo 18.

Por outro lado, o facto do edifício ser propriedade da Assembleia Distrital de Braga exigia a criação de mecanismos que permitissem financiar as obras de que o mesmo carecia.

Como se verifica pelo teor da clausula oitava do Protocolo de Transferência, este factor constituiu uma preocupação de todas as partes signatárias.

O Governo civil assumiu aqui o encargo de desenvolver os procedimentos necessários que permitissem ao Estado custear as obras, as quais passavam nos termos legais pela classificação do imóvel como Monumento Nacional, o que não seria difícil atendendo às características que o mesmo possuía.

Por sua vez, à Santa Casa da Misericórdia, na sua qualidade de gestora da instituição, cumpriria dinamizar o processo sendo-lhe facultado proceder a obras de adaptação para o que poderia socorrer-se nos termos legais de subsídios, a fundo perdido previstos no Orçamento da Segurança Social.

Contudo, nada disto se verificou ao longo dos anos.

Na verdade, nunca o Governo Civil efectuou quaisquer diligências no sentido de cumprir o que havia assumido na clausula oitava do Protocolo de Transferência.

Por sua vez, também a santa Casa da Misericórdia de Braga nada fez no sentido de pressionar o cumprimento do clausulado no Protocolo de Transferência, pese embora o disposto na clausula oitava do Acordo de Cooperação celebrado pelo Centro Regional de Segurança Social de Braga quer na sua redacção primitiva, quer na redacção que lhe foi dada pelo anexo de 10 de Março de 1987, também junto, como anexo 19, ao presente trabalho.

Assim o Governo Civil de Braga limitou-se, ao longo dos anos, a pagar à Santa Casa da Misericórdia a verba anual que dispunha para o Recolhimento com as normais actualizações.

A Santa Casa da Misericórdia de Braga limitou-se a receber do Centro Regional os subsídios legalmente estabelecidos, em função do número de utentes, para além do diminuto contributo do Governo Civil.

Porque tínhamos a nosso cargo a gestão directa do Recolhimento e o conhecimento exacto das suas despesas e receitas, podemos afirmar que estas verbas não foram aplicadas exclusivamente no Recolhimento, bem como nunca ter a Santa Casa da Misericórdia de Braga cumprido o estatuído na clausula sétima do Acordo de Cooperação celebrado com o

Centro Regional de Segurança Social de Braga, porquanto nunca possuiu uma contabilidade autónoma para o Recolhimento, como se encontrava obrigada nos termos da referida clausula.

Por outro lado, também o C.R.S.S. de Braga nunca se preocupou em fazer cumprir essa clausula, nem tão pouco em verificar o número de utentes existentes na Instituição, número esse determinante do montante de subsídio mensal concedido.

Aliás igual procedimento existia em relação a instituições análogas, prosseguindo finalidades da mesma valência ou de outras.

2. O aproveitamento das disponibilidades existentes

Como atrás dissemos, o suporte económico do Recolhimento passou a ser constituído pelo parco subsídio anual concedido pelo Governo Civil acrescido do subsídio legalmente previsto, mensalmente creditado à Misericórdia pelo C.R.S.S.

Como é obvio, este suporte económico não permitia de forma alguma a cobertura de outras despesas que não as despesas correntes normais, ou seja, o pagamento de água, electricidade, gás e vencimentos do pessoal afecto ao Recolhimento e, mesmo aqui, sem possibilitar a existência do número de funcionárias que seria necessário para assegurar a qualidade de vivência que se pretendia obter aquando da celebração do protocolo de transferência e subsequente acordo de cooperação.

Esta preocupação não deixou de ser sentida pela Santa Casa da Misericórdia que não tendo ainda decorrido um ano sobre a data de celebração do acordo de cooperação, onde se impunha a gratuitidade da frequência da instituição, se definia o pessoal afecto ao Recolhimento constituído por um director com habilitações próprias e por três empregadas auxiliares e os encargos financeiros a suportar pela Santa Casa constantes na clausula quinta do referido acordo,⁷⁴ se apressou a obter a alteração da sua redacção.

Na verdade em 10 de Março de 1987, a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Regional de Segurança Social, celebraram um anexo ao primitivo acordo de cooperação mediante o qual foi afastada a gratuitidade da frequência do estabelecimento, (a obrigatoriedade desta só se manteve no respeitante ao ingresso), a definição imperativa do pessoal

⁷⁴ Ver anexo 18.

necessário, passou a ser definido pela Santa Casa da Misericórdia, bem como a enumeração dos encargos financeiros a suportar pela Santa Casa que passaram a ser definidos como “as despesas inerentes à gestão do estabelecimento”.⁷⁵

Como consequência directa decorrente desta alteração ou talvez até como causa, uma vez que o investimento foi efectuado antes de Março de 1987, a Misericórdia limitou-se a apetrechar a instituição dos electrodomésticos de primeira necessidade.

Quando se tornou necessário proceder à reparação do telhado, soalho e substituição de janelas, a Santa Casa da Misericórdia ainda que tenha suportado o custo das obras, de imediato encetou as necessárias diligências que levaram à alteração do primitivo acordo de cooperação.

Por outro lado, o pessoal afecto ao Recolhimento, passou a ser constituído para além da assistente social por uma empregada auxiliar que aliás já se encontrava a prestar serviço noutra estabelecimento afecto à Misericórdia se bem que na valência da infância.

Havia por isso que encontrar soluções alternativas que permitissem obter a melhoria das condições de vida das utentes, no âmbito do que era pretendido e foi determinante para a celebração do protocolo de transferência.

Desde logo era imperiosa a existência de um maior número de pessoal de apoio. Após mais de dois meses de insistência, consegui obter autorização para a contratação de uma empregada de limpeza a tempo parcial que, progressivamente foi alargando o seu horário de trabalho.

Porém o que viria a constituir o suporte económico, quer para a manutenção das condições mínimas de conforto, evitando a degradação das instalações e, mesmo melhorando-as pela execução de benfeitorias, ocorreu de um modo perfeitamente fortuito.

Na verdade, pouco tempo decorrido após o meu primeiro contacto com a instituição, apercebi-me que para a maioria das utentes uma das coisas mais agradáveis do quotidiano era a possibilidade de ouvir missa na capela pertença do Recolhimento- A capela de S. Gonçalo e Santa Maria Madalena -.

Era uma das alas melhor conservada do edifício, quer no respeitante a paredes e tectos, quer no respeitante à talha, altares e objectos de arte sacra.

Os objectos de culto propriamente dito, designadamente paramentos e outros, ou não existiam ou existiam em completo estado de deterioração. Acresce ainda o facto da

⁷⁵ Ver anexo 19

celebração da missa ocorrer esporadicamente e de longe a longe, sem carácter de habitualidade.

No sentido de atender ao pedido das utentes, solicitamos à mesa da Santa Casa da Misericórdia a ajuda indispensável à remodelação dos paramentos existentes e outros objectos de culto. Esse pedido foi-nos pura e simplesmente negado. Sendo-nos dito que ninguém se opunha à abertura da capela desde que a mesma não provocasse um aumento de despesa para a Santa Casa da Misericórdia.

Procuramos indagar junto das utentes dos usos respeitantes ao funcionamento da capela como prática de culto.

Constatamos que existiam três caixas de esmolas, cuja gestão se encontrava entregue à utente de confiança do Governo Civil.

Por mera curiosidade acrescentamos que cada uma das caixas das esmolas tinha o seu nome inscrito. Assim uma era a caixa das esmolas para o Santíssimo, outra era a caixa das esmolas para o Santo António e a terceira continha apenas os dizeres “caixa das esmolas” que se encontrava colocada interior da porta principal da capela e que em Fevereiro de 1988 foi estroncada no decurso da própria celebração da eucaristia, tendo-a de imediato retirado.

Apuramos ainda que as missas eram celebradas de harmonia com as disponibilidades, vontade, e condições de saúde do pároco da vizinha freguesia de S. Vicente. (O Recolhimento pertencia administrativa e eclesiasticamente à freguesia de S. Victor), contactado o padre celebrante, pelo mesmo foi-nos solicitado o acordo com outro pároco capaz de assegurar a celebração de missa diária.

Conseguimos junto da ordem de S. Francisco o compromisso pretendido.

Assim a instituição passou a dispor da celebração de uma missa diária com hora certa e com carácter de continuidade.

Uma das utentes assegurava o apoio necessário à celebração do culto, o qual passou a estar aberto ao público.

Numa primeira fase e encontrando-se o controle das oferendas entregue à utente da confiança do Governo Civil, constatamos que o montante das esmolas depositado nas respectivas caixas nunca ultrapassava mensalmente o valor de algumas centenas de escudos, insuficiente mesmo para a aquisição dos adornos florais necessários para o enfeite da cape-

la e muito menos para a aquisição de hóstias, vinho de missa e outros, indispensáveis à celebração do culto.

No sentido da obtenção dos meios económicos indispensáveis, sugerimos ao padre celebrante pôr em prática uma colecta directa em cada celebração, ao que ele acedeu.

A primeira colecta efectuada, nesta conformidade, colocou de imediato à nossa disposição os meios económicos necessários para a aquisição de flores permitindo-nos alindar a capela.

No dia seguinte a nossa presença foi solicitada no fim da missa por algumas frequentadoras do culto e, ao que nos apercebemos defensoras da sua manutenção com carácter de habitualidade.

Prontificaram-se a envidar toda a sua colaboração no sentido de procurar colmatar as insuficiências, quer no domínio do culto propriamente dito, quer no respeitante a melhorar as próprias condições do Recolhimento.

Foi o aproveitamento desta solução que nos permitiu desenvolver o projecto que se pretendia.

Num período relativamente curto o valor dos donativos recolhidos por obra do culto quasi decuplicou.

Com o decurso do tempo a frequência do culto passou a tornar pequeno o espaço físico da capela.

As carências que iam surgindo, quer no respeitante à conservação do imóvel quer mesmo no respeitante a benfeitorias foram sendo pontualmente resolvidos.

A título de exemplo, poderemos referir obras de reparação no soalho, no telhado, aquisição de mobiliário e electrodomésticos entre muitas outras.

Sentida qualquer carência, esta era por nós transmitida ao padre celebrante que, por sua vez, dela dava conhecimento na missa. De imediato se organizava um grupo, que dinamizava a recolha de donativos até ser atingida a verba necessária para a resolução da carência.

3. O apoio da cidade

Como ressalta do que vimos a dizer a manutenção da instituição vinha sendo obtida por dois canais diferentes.

Um, estatal traduzido pelos serviços concedidos pelo Governo Civil e pelo Centro Regional de Segurança Social que assegurava o pagamento das despesas correntes de água, electricidade e gás bem como o pagamento das despesas dos trabalhadores afectos à instituição.

Outro, proveniente da sociedade civil de natureza caritativa que assegurava o suporte económico necessário para as obras de conservação do imóvel e ainda a realização de benfeitorias efectuadas para melhoria das condições de vida das utentes.

Se a via estatal se foi mantendo inalterável ao longo dos anos, apenas actualizada nos termos legais, outro tanto não aconteceu com a via de financiamento proveniente da sociedade civil, a qual se foi progressivamente desenvolvendo a tal ponto que nos pareceu que esta via por si só poderia manter, desenvolver e melhorar a instituição, independentemente dos financiamentos do Estado ou do apoio que lhe era dado pela Santa Casa da Misericórdia, como adiante se fundamentará.

Para isto três factores se nos afiguram extremamente relevantes:

O primeiro, a localização privilegiada da instituição. Na verdade, situada em pleno centro da cidade, como tal definido há imensos anos quando ainda se chamava campo de Santa Anna , passando para Avenida dos Combatentes até à actual designação de Avenida Central, enquadrada num edifício de traça conventual era difícil ignorá-la.

O segundo, a sua existência tricentenária que lhe conferia uma referência específica na toponímia da cidade. Tal como os Congregados, a Casa Nogueira da Silva, o Banco de Portugal, a Arcada, também as Convertidas identificavam a Avenida Central.

É um facto que as pessoas não tinham consciência da valência a que a casa se encontrava afecta. Sabiam apenas vagamente que a mesma era ocupada por pessoas de idade. A maioria delas julgava tratar-se de uma instituição religiosa fechada, que funcionava como um asilo e cuja existência se perdia na memória dos tempos.

A terceira, a divulgação da instituição junto da população, e não só, conseguida pela abertura ao público da capela com carácter de habitualidade.

Como já vimos, este facto possibilitou um financiamento da sociedade civil às carências da instituição. Mas não ficou por aqui.

Com efeito, em pouco tempo a sociedade civil tinha plena consciência do que era verdadeiramente o Recolhimento das Convertidas e, essencialmente que não era uma instituição fechada nem religiosa.

Em consequência começamos a ser contactados cada vez com maior frequência, por pessoas ou grupos desejosos de contribuir, por qualquer forma para melhorar as condições da instituição, quer no respeitante a bens materiais quer no respeitante a proporcionar às utentes uma melhor qualidade de vida.

E foi neste contexto que, grupos musicais e grupos de teatro vieram oferecer os seus serviços a título gratuito para a organização de festas. Foi neste contexto ainda que a própria Câmara de Braga, colocou a instituição na sua agenda cultural e recreativa.

Foi também neste enquadramento que a instituição passou a ser visitada por grupos culturais vindos do exterior e a sua capela, objecto de vários estudos, quer de natureza arquitetónica quer de natureza religiosa quer de natureza histórica.

Foi isto que nos permitiu facultar às utentes, com regularidade, espectáculos musicais e culturais, organização de festas periódicas, organização de passeios e outras actividades de carácter recreativo. Sem que isso tenha alguma vez implicado um acréscimo de encargos para a Santa Casa da Misericórdia.

Nunca às utentes foi imposta a presença. Facto é que no início a sua participação não ultrapassou os cinquenta por cento. Porém com o decurso do tempo as utentes começaram a participar activamente em todas as iniciativas do género.

Apercebemo-nos que a sua relutância inicial derivava do facto de pensr que algo teriam de pagar pelo que lhes era proporcionado. Quando se aperceberam que as festas lhes não custava dinheiro, a sua adesão passou a ser total.

Começamos também a ser contactados por algumas pessoas que pretendiam efectuar doações de imóveis ao Recolhimento.

Não possuindo o Recolhimento personalidade jurídica autónoma, porquanto se encontrava enquadrado na Santa Casa da Misericórdia de Braga a efectivação destas pretensões era inviável

Desconhecendo se as doações pretendidas se vieram a concretizar na pessoa da Santa Casa da Misericórdia. Certo é que esta possuía para além do Recolhimento mais três

estabelecimentos afectos à terceira idade e cinco estabelecimentos afectos à valência da infância.

O Recolhimento, pese embora ser o único estabelecimento que não dava prejuízo, conforme chegou a ser reconhecido pelo provedor na reunião de balanço anual, sempre foi tratado como filho espúrio.

Isto levou-nos a dimensionar a hipótese da constituição de uma fundação com a finalidade específica de gerir a instituição o que não seria difícil considerando o interesse manifestado pela sociedade civil em ajudar a instituição.

4. A manutenção das condições

À primeira vista, poder-se-ia pensar que as condições a serem mantidas seriam aquelas que encontramos quando tomamos contacto com o Recolhimento.

Contudo neste capítulo, que será breve, pretendemos demonstrar através de alguns curtos episódios que o empenhamento da sociedade civil na melhoria das condições do Recolhimento se vem mantendo ao longo dos anos, traduzido em actuações dispersas mas todas elas com uma única finalidade- o bem estar.

Seguramente que há mais de seis anos vimos assistindo a um interesse cada vez maior por parte do meio civil envolvente no Recolhimento.

Nunca a hierarquia da igreja se havia alguma vez interessado por quaisquer proveitos que pudessem advir do culto celebrado na capela do Recolhimento.

Na hierarquia religiosa o Recolhimento encontrar-se-ia afecto à paróquia de S. Victor e ao Arcebispado de Braga.

Como é lógico, a receptividade dos cidadãos de Braga, às solicitações que lhe eram comunicadas, respeitantes às carências da instituição, eram idênticas às que lhe eram transmitidas respeitantes ao múnus religioso propriamente dito. Assim, quando o padre celebrante transmitia que o peditório do dia se destinava às missões, aos leprosos ou outros, verbas que eram entregues na igreja paroquial, o seu elevado valor, aliado ao facto da capela ter sido objecto de obras de restauro quer de imagens, quer de mobiliário quer de reposteiros e passadeiras e apetrechada de instalação sonora levou o prior de S. Victor a vir indagar do destino das esmolas. Fomos obrigados a consultar e estudar o código de direito

canónico para demonstrar ao senhor prior que não pertencendo a capela ao domínio material da igreja, estava sujeita às disposições eclesiásticas que regulamentavam o exercício do múnus religioso nas capelas privadas.

Curioso é também notar que, pela altura da Páscoa o compáscuo passou a esperar e a aceitar o donativo das utentes do Recolhimento o que não acontecia até então.

Aos olhos da igreja secular o Recolhimento deixou de ser encarado como uma casa pobre para passar a ser olhado como uma casa rica conforme resulta dos episódios que se vêm referindo.

Resta acrescentar, que a atitude da sociedade civil tem vindo a evoluir em sentido oposto.

Na verdade, para além da crescente disponibilidade de apoios que nos são manifestados, os próprios familiares ou mesmo os responsáveis pelas utentes, quando estas entram numa fase de total dependência, alteraram progressivamente o seu comportamento.

Isto veio a revelar-se, na prática, através da mudança visível de comportamento aquando da morte de uma utente.

Com efeito nunca os familiares ou tutelares de uma utente falecida se tinham alguma vez preocupado com a instituição é, por isso relevante o facto dos herdeiros das utentes falecidas nos últimos anos terem deixado à instituição mobílias ou mesmo adquirido mobiliário e electrodomésticos novos destinados à instituição.

A titulo de exemplo podemos referir que um terno de maples em pele e uma televisão a cores, adquiridos por uma familiar de uma utente falecida, vieram remodelar a sala de convívio existente.

Também as próprias utentes não ficaram insensíveis a esta mudança.

Na medida das suas disponibilidades começaram a procurar ajudar a instituição, como exemplo mais relevante, salientamos o de uma utente ter a expensas suas possibilitado a criação de uma segunda sala de convívio, apetrechada de televisão, solicitando apenas, como contrapartida, que esta televisão fosse sintonizada num determinado canal.

5. Comentários

“A sociedade civil portuguesa parece fraca porque não se organiza segundo os modelos hegemónicos, os que têm predominado nos países centrais da Europa. Constitui, por exemplo, uma forte sociedade- providência que tem colmatado, pelo menos parcialmente as deficiências da providência estatal.”⁷⁶

O parágrafo acima transcrito, revela essencialmente a incapacidade que o Estado demonstra para a resolução de problemas reais e, a desorganização da sociedade civil que nunca havia sido preparada para assumir controle de situações problema, por vezes de profunda gravidade, que iam surgindo.

Na prática, isto verificou-se no Recolhimento.

Com efeito, o Estado ou o Governo Civil como seu representante e o Centro Regional de Segurança Social na mesma condição assumiram o encargo de custear as obras necessárias à prossecução integral dos objectivos a que a instituição se propunha. E nada fizeram.

Não fora a intervenção da sociedade civil, as melhorias obtidas não teriam sido possíveis.

Só que a própria intervenção da sociedade civil foi condicionada pelos parâmetros legais.

Como atrás referimos a autonomia de que a instituição se encontrava dotada era uma autonomia relativa. Com efeito inserida na estrutura da Santa Casa da Misericórdia de Braga, encontrava-se dependente dessa mesma estrutura.

Dáí havermos defendido a criação de uma fundação que permitiria uma autonomia total da instituição no seu funcionamento e nos seus recursos, a qual possibilitaria o ideal pretendido.

Na prática a teorização explanada por Boaventura Sousa Santos, na obra acima citada concretiza-se no Recolhimento.

Na verdade, o Estado assumiu o encargo da remodelação do edifício onde a instituição se encontrava instalada. Contudo, este compromisso não foi além das intenções.

⁷⁶ Santos, Boaventura, *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós Modernidade*, 4ª ed., Porto, Afrontamento, 1995, p. 63.

Não fora a ajuda financeira proporcionada pela sociedade civil a instituição ter-se-ia degradado até se tornar incapaz de proporcionar uma vivência humana a quem quer que fosse.

Foi a ajuda da sociedade civil que possibilitou a efectivação das obras de reparação necessárias.

Foi ainda a ajuda da sociedade civil que possibilitou as benfeitorias efectuadas ao longo de mais de treze anos que proporcionaram a melhoria das condições de vida das utentes.

Daqui resulta que a sociedade civil local tem possibilidades de assumir, Substancialmente, os encargos decorrentes da prestação de cuidados à terceira idade.

Acontece que as instituições que tradicionalmente assumiram a posição da sociedade civil se acabaram por transformar em instituições anquilosadas, sendo toda a sua actuação enquadrada em parâmetros em tudo semelhantes aos parâmetros da actuação estatal, com uma única diferença:

Por parte do Estado, a sua actuação traduz o cumprimento de uma obrigação assumida;

Por parte das Organizações Privadas a sua actuação traduz o exercício da caridade.

É neste contexto que temos vindo a assistir, como que a um braço de ferro entre o Estado e estas Organizações, que se pode traduzir na prática, por um lado, por parte destas Organizações nas exigências crescentes formuladas ao Estado de meios e condições que possibilitem uma melhoria nos serviços prestados à sociedade e por outro, por parte do Estado, a concessão de benefícios e ajudas traduzidas na promulgação de diplomas legais de que a lei do mecenato é o exemplo mais evidente.

CAPÍTULO V

Resultados obtidos

Pese embora o incumprimento que na prática se verificou, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Braga, que fundamentalmente assumiu o encargo de dinamizar todo um processo conducente a proporcionar condições de vivência às utentes do Recolhimento e nada fez por isso;

Pese embora igual compromisso assumido pelas instituições estatais no mesmo sentido, que também nada fizeram, é um facto que objectiva e claramente se conseguiu que o Recolhimento tenha sobrevivido e tenha conseguido melhorar substancialmente as condições de vida proporcionadas às utentes.

Por isso, podemos dizer, que valeu a pena.

1. O existente

Não foi fácil criar harmonia entre as utentes, da mesma forma que também não foi fácil sublimar os naturais recalques sentidos por cada uma em relação ao mundo exterior.

De todo em todo gerou-se naturalmente uma confiança no sistema por parte das utentes. Deixaram de se preocupar com o não recebimento das ofertas individuais que até determinada altura lhes vinham sendo dadas. Passaram a aceitar que as ofertas fossem dirigidas ao colectivo e a ter confiança na gestão do colectivo.

Pese embora a falta de rigor científico, mas com a certeza que o mesmo traduz o retracto fiel da realidade, passamos a transcrever aquilo que há cerca de dois anos dissemos numa reunião informal comemorativa do dia do idoso, para caracterizar a vivência no Recolhimento:

“Um grupo de mulheres, ainda que, carcomidas pelos anos, com uma réstia de luz que ainda fulmina dos seus olhos, porque conseguiram ver, sentir e apalpar a esperança, porque sentiram que a ajuda psicossocial que lhes era dada, era de facto. Porque deixaram de sentir o poder dos «impostores» a «roubar-lhes» a possibilidade de serem gente.

De um grupo desordenado de pessoas estranhas, nasceu um grupo coeso onde passou a reinar a harmonia e vigorou a empatia. Afinal, as suas histórias de vida, não se distanciavam muito uma das outras.

A grande casa, dividida por várias celas, transformou-se numa pousada, frequentada por um grupo homogéneo. As paredes deixaram de dividir compartimentos estanhos eram apenas cortinas que quando se cerravam, significava apenas o direito à privacidade de cada uma.

As grades do Recolhimento abriram-se e transformaram-se apenas em portas flexíveis que se abriam quando alguma sentia necessidade de contactar ou ser contactada pelo exterior.

O Recolhimento tinha e tem horas de abertura e encerramento, mas como a excepção confirma a regra, abre-se à hora que for necessário e encerra-se para quem pretender recolher-se.

As visitas, quando de familiares e amigos são sempre bem acolhidas. E se sempre solicitamos a estes apoio afectivo, porque não colaborar com eles, quando nos é dirigida a nós a negociação do horário.

A utente A, dada a sua avançada idade (97 anos) e ter tido apenas um único filho, e enviuvado muito cedo, a sua principal razão de vida era o seu rebento. Mas como o seu filho, não obstante residir com a sua família em Braga, exercia a sua actividade profissional a sessenta quilómetros de distância, saía de casa às seis horas da manhã e chegava às vinte e uma, como é obvio a possibilidade de cumprimentar a mãe diariamente foi-lhe facultada pela instituição.

E atenções atribuídas a esta utente A, estenderam-se a outras utentes, cujas razões eram idênticas.

Agora as utentes tinham aprendido o verdadeiro sentido da partilha e da solidariedade porque esses conceitos lhes foram inculcados.

Consciencializaram, a dado momento, que não davam, porque nada possuíam de seu, para além da sua parca reforma e daquilo que com a sua astúcia, estendendo a mão à

caridade, conseguiram colher, e até aí, não confiando em ninguém, o não sabiam guardar. Era no meio do folhelho do colchão que preservavam o seu mealheiro, ou ainda como primeiro forro da caixa da cevada. E se enquanto o que guardavam eram moedas, do mal o menos, mas quando estas foram substituídas por notas, escusado será dizer que até aqui perderam...

Neste momento, aprenderam a confiar, porque seguramente até aqui, não tinham a confiança como um precioso valor. Das dezenas e outras, das centenas de milhares viram crescer as suas contas, depois de devidamente terem aplicado os seus valores. Afinal não possuíam só dinheiro para o funeral e o trintário de missas.

Já somavam contas que já mais pensaram poder um dia vir a somar.

Algumas delas lamentavam não possuir os seus pais vivos, porque agora sim, tinham a possibilidade de lhes proporcionar um consolo. E elas próprias coloriam o futuro que afinal se vislumbrava, não se encontravam ali para estiolar, mas sim para viver a vida que outrora não tinham tido a possibilidade de tão pouco a ter sonhado.

Afinal não havia grande diferença no facto de as terem convencido que elas jamais seriam senhoras. Porque «senhoras são aquelas pessoas que sabem falar, escrever, vestir e só mandam, não fazem nada».

«Nós somos mulheres». «Nós somos as trapilhas». «Nós não somos ninguém».

«Mas , a menina viu aquele menino que me veio visitar».(O dito menino, aparentava cerca de sessenta anos de idade, e era pai de «meninos» que já se encontravam na casa dos trinta e muitos anos de idade).

«Fui eu que o criei, até ele ter entrado na Universidade».

«Gosto dele como se fosse meu filho».

«E como a menina vê, ele trabalha no Porto e sempre que vem a Braga procura-me».

«Quando começou a namorar, pedia-me muitos conselhos. Agora que se divorciou, veio-me convidar para o segundo casamento...»”.

O que atrás foi dito, retracta duma forma tão fiel quanto possível a vivência actual no Recolhimento. Não se pretende com isto dizer que desapareceram as desconfianças. Elas continuam a existir e constituem um factor comum de toda a terceira idade.

Contudo ao vivenciar a situação “a posteriori” não temos medo de afirmar que essas desconfianças acabaram por ser ultrapassadas e mesmo aproveitadas no sentido de

fazer de cada utente uma pessoa válida até ao momento em que realmente se venha a encontrar totalmente incapacitada e, julgo que isto foi conseguido.

2. As deficiências e inerentes responsabilidades

Ainda que, ao longo dos anos, se tenha conseguido uma melhoria substancial designadamente, do inter-relacionamento das utentes, do seu relacionamento com a sociedade envolvente e da ajuda e envolvimento dessa mesma sociedade, no acompanhamento da instituição, conforme resulta do que anteriormente dissemos, muito ficou ainda por fazer.

Desde logo, a carência de pessoal de apoio. Na verdade nunca a instituição possuiu para além de nós mais de três empregadas. Sendo uma delas a tempo parcial.

Isto inviabilizou a possibilidade de um apoio permanente às utentes, porquanto esse apoio não era prestado durante a noite nem aos fins de semana e feriados.

Possuindo a Santa Casa da Misericórdia de Braga, para além do Recolhimento mais três instituições afectas à valência da terceira idade, nas quais era disponibilizada as refeições e assegurado os cuidados médicos e de enfermagem, parecendo-nos viável que essas condições pudessem ser estendidas ao Recolhimento.

Assim, a 7 de Abril de 1987 propusemos à Santa Casa da Misericórdia um meio de colmatar estas carências indicando ao mesmo tempo o suporte económico que o permitia fazer.

É de notar que possuindo ao tempo o Recolhimento trinta e uma utentes, apenas seis se mostravam dispostas a aderir ao fornecimento de refeições.⁷⁷

Posteriormente em 16 de Julho do mesmo ano, a adesão ao fornecimento de refeições era já de vinte e seis utentes.

Nesta data e utilizando apenas os poucos meios que disponhamos, elaboramos um estudo, onde para além de voltar a focar o problema do fornecimento de refeições, propúnhamos a contratação de duas empregadas auxiliares e a aprovação de um horário de traba-

⁷⁷ Ver Anexo 26.

lho de quarenta e duas horas semanal que permitiria um apoio diário incluindo sábados, domingos e feriados, entre as oito e as vinte horas.⁷⁸

De salientar que na altura em que estas informações foram apresentadas não nos tinha sido ainda afecta qualquer empregada.

As propostas atrás referidas, não mereceram qualquer resposta.

Só um ano após, nos foi concedida uma empregada auxiliar.

Para mitigar o problema das utentes acamadas tivemos de recorrer à ajuda das outras utentes e quase que impor aos seus familiares, em alguns casos, aos responsáveis pelo seu ingresso no Recolhimento, o cumprimento dos seus deveres.

No que respeita à prestação de cuidados médicos e sem a necessidade de celebração de qualquer protocolo, conseguimos obter a boa vontade de dois clínicos, do Centro de Saúde mais próximo, que se prontificaram a dar o necessário apoio médico domiciliário ao Recolhimento a título gratuito.

Também no que respeita às obras previstas nos acordos de transferência e cooperação nada se fez.

Não temos conhecimento que o Governo Civil, pese embora a isso se encontrar vinculado nos termos do protocolo de transferência, tenha alguma vez efectuado qualquer diligência nesse sentido.

Apenas em 1994 e por insistência nossa junto do Governador Civil ao tempo em exercício de funções, este encarregou os serviços do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de elaborar um projecto para remodelação do edifício e solicitou ao CRSS de Braga a elaboração de um estudo funcional.

E, de facto, ao longo de cerca de dois anos um desenhador do GAT deslocava-se quase diariamente ao Recolhimento tirando medidas e delineando esboços.

Não temos contudo conhecimento que algum projecto tenha sido concluído.

Também a santa Casa da Misericórdia se limitou a efectuar obras de reparação urgente em 1987, não tendo minimamente diligenciado pelo cumprimento do clausulado no protocolo de transferência e no acordo de cooperação.

Como atrás referimos, todas as obras de reparação, manutenção e mesmo benfeitorias efectuadas a partir dessa data o foram graças à ajuda e colaboração da sociedade envolvente.

⁷⁸ Ver Anexo 27.

O que vimos a referir, são factores geradores de carências e não podem deixar de ser considerados deficiências.

A responsabilidade da sua existência tem logicamente de ser imputada às instituições envolvidas- Governo Civil, Santa Casa da Misericórdia e CRSS- que pese embora terem assumido documentalmente a obrigação de as suprir, pura e simplesmente não cumpriram as suas obrigações.

3. O possível

Quando no início das nossas funções, elaboramos todo um trabalho no sentido de dar solução a um problema que nos foi colocado, apresentamos uma proposta de uma forma linear que iria permitir em nosso entender transformar a situação existente, que se nos deparava, numa situação estável que reunisse condições bastantes para assegurar o bem estar das utentes.

O projecto apresentado⁷⁹ preconizava uma solução linear, de fácil execução, e assentava em pressupostos sólidos cuja concretização se enquadrava nos parâmetros legais em vigor.

Assim para além de uma remodelação do imóvel, no sentido de o adaptar à funcionalidade pretendida e de lhe conferir as necessárias condições de segurança, preconizamos apenas uma dotação mínima de pessoal, no sentido da obtenção de um apoio total às utentes e não apenas durante as horas normais de funcionamento de um “estabelecimento comercial”.

Dimensionamos uma instituição respeitando todas as suas características tradicionais, criando apenas o espaço merecedor de uma atenção especial destinado às utentes acamadas e incapacitadas de se auto gerirem- uma enfermaria com a capacidade máxima de cinco camas.

Apesar da simplicidade deste projecto não foi viável até ao momento a sua concretização, pelas razões anteriormente já apontadas- nem foram efectuadas as obras de remodelação nem a instituição foi dotada do pessoal necessário para o efeito.

⁷⁹ Ver Anexo 16.

Como consequência e ao longo dos anos vimo-nos muitas vezes obrigadas a exercer simultaneamente o papel de dirigente e dirigido;

A exercer a gestão e a aplicá-la no dia a dia;

No fundo, a controlar os custos dos produtos de limpeza e ao mesmo tempo a proceder à sua aplicação.

Muitas e muitas vezes o nosso tempo útil era utilizado na resolução de problemas pontuais, em prejuízo da solução global que se pretendia conseguir.

Como diria Lorenz “Na ciência tal como na vida é bem conhecido que uma sequência de acontecimentos pode ter um ponto crítico capaz de ampliar as pequenas alterações. Mas o caos significa que tais pontos estão por todo o lado. São penetrantes. Em sistemas como o tempo, a dependência sensível das condições iniciais era uma consequência inevitável da forma como o micro interfere com o macro.”⁸⁰

Ao fazer uma retrospectiva de tudo que foi a nossa actuação ao longo dos anos, desde aprender a pregar um prego ou a mudar uma tomada eléctrica, sentimo-nos um pouco como Mandelbrot: “Muitas vezes quando ouço a lista de trabalhos que já fiz, pergunto-me se existe.”⁸¹

No momento presente, o Recolhimento, mesmo considerando todas as melhorias recebidas, a mudança positiva das utentes, a sua plena inserção na sociedade envolvente e o apoio que esta lhes concede, não constitui ainda aquilo que julgamos ser possível de existir.

Como que se encontra na “antecâmara” do possível.

Temos consciência que com um pouco mais de esforço e o cumprimento das obrigações assumidas pelas instituições intervenientes, no respeitante à efectivação das obras e à dotação de pessoal, o possível será realizado.

⁸⁰ Gleick, James, O CAOS, A Construção de uma Nova Ciência ,2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1994, p. 49.

⁸¹ Op. cit., p.123.

4. As políticas sociais e o esbanjamento

O bem estar social é já uma frase batida. Com efeito ele é afirmado como objectivo principal em qualquer tipo de sociedade, seja ela de natureza capitalista, seja ela de natureza socialista.

Contudo, como se não bastasse a dicotomia acima referida, como elemento de fundo, este conceito tem também vindo a servir de bandeira partidária acompanhada da promessa de profundas alterações ao sistema existente.

Desde os tempos primitivos, mesmo quando não se podia ainda falar de sociedades circunscritas a determinado espaço, mas tão só de sociedades nómadas de características migratórias, sempre existiu uma chefia cuja principal função era proporcionar condições de bem estar aqueles que dela dependiam.

Não podemos esquecer que a tradução do conceito de bem estar não pode ser uniformizada. Na verdade, cada sociedade possui o seu conceito específico sobre o que é o bem estar.

Ao referirmos “sociedade” dissociamos este conceito do conceito de “País”. É que para nós uma sociedade constitui um grupo indeterminado de pessoas com interesses e objectivos comuns, interligados por tradições, usos e costumes e, que têm ainda em comum a ocupação de um espaço delimitado, hábitos religiosos comuns, bem como uma linguagem específica.

Normalmente, quando todos estes factores se verificam surge um país.

Contudo, se olharmos o mapa geográfico africano, e até o mapa geográfico da Europa Central, verificamos a existência de países que englobam uma ou mais sociedades distintas, enquadradas numa única administração, o que a médio ou a longo prazo se traduz necessariamente no acender de conflitos.

E tudo porque embora as administrações ou os governos tenham como principal objectivo proporcionar o bem estar social, o seu conceito não é algo que possa ser estandardizado.

Com efeito, o bem estar social é um conceito dinâmico que varia em função da vivência e do sentir de uma sociedade definida nos moldes atrás referidos.

É por demais esclarecedor, sobre este assunto, os “Discursos de Tuiavii.”⁸²

Os conceitos de bem estar da Europa civilizada traduzidos na figura do Papalagui é completamente antagónico ao conceito de bem estar da desconhecida tribo dos Tuiavii nas profundezas da Polinésia.

O bem estar social que, como atrás dissemos, constitui uma preocupação fundamental de todos os sistemas políticos e, mais concretamente, de todos os governos, tem vindo contudo a ser considerado de uma forma uniformizada, ou seja, com total ignorância do direito à diferença.

Naturalmente, isto vai reflectir-se no momento em que são postas em prática as directrizes fundamentais.

Com efeito, e encarando apenas a situação do país, as normas são encaradas prevendo apenas um padrão único para a terceira idade. Isto traduz-se no facto das normas conterem apenas em si directivas vinculativas que irão ser aplicadas a toda a pessoa idosa sem cuidar se as mesmas são realmente queridas pelos seus destinatários.

Isto leva a que em face das dúvidas levantadas pelos serviços encarregados de zelar pelo cumprimento dessas normas, as mesmas venham a ser completadas por despachos de regulamentação normalmente de carácter interpretativo.

Por outro lado em quasi todo o normativo publicado verifica-se que o mesmo se destina a impor normas de funcionamento às próprias instituições que mal ou bem têm vindo a gerir a terceira idade neste país. E quando dizemos gerir a terceira idade limitamo-nos a constatar um facto. É que ao analisarmos as instituições afectas à valência da terceira idade no país, verificamos que a gestão da generalidade das mesmas se encontra entregue ou às Misericórdias ou à Igreja ou a Instituições subsidiárias.

E no que respeita a estas instituições, ditas sem fins lucrativos, as directivas limitam-se a tipificar os acordos de cooperação a celebrar pelo Estado e a quantificar os subsídios a conceder, quer para a construção dos edifícios quer para o seu recheio quer para participação das despesas de funcionamento.

⁸² Scheurmann, Erich, O Papalagui, Discursos de Tuiavii Chefe de tribo de Tiavéa nos mares do Sul, Lisboa, Antígona, 1996,(Tradução: Luiza Neto Jorge).

Contudo, no que respeita às instituições congéneres com fins lucrativos, os diplomas legais promulgados não se limitam ao que atrás dissemos, impondo normas de funcionamento e gestão para além de quadros de pessoal especializado, dotado de habilitações específicas.

Achamos por bem salientar que estes diplomas legais se podem considerar recentes. E isto porque nunca o apoio à terceira idade foi encarado como uma actividade potencialmente lucrativa.

Quando as pessoas se começaram a aperceber que para ingresso num lar de terceira idade era necessário o pagamento de uma jóia e em alguns casos superior a cinco mil contos, que para além dessa jóia as utentes pagavam mensalidades e que para além disto tudo o Estado complementava essa mesma mensalidade com um subsídio a fundo perdido, começaram a proliferar os lares com fins lucrativos, geridos e mantidos sabe-se lá como.

Esta razão que levou à necessidade, por parte do Estado, de estabelecer normativos tendentes a defender os utentes destas instituições.

Pena é que a fiscalização e o cumprimento desses normativos só muito recentemente, a partir de fins de 1998, tenham começado a ser exercidos. Porém apenas sobre os lares com fins lucrativos, o que tem levado ao encerramento de alguns conforme tem vindo a ser publicitado na imprensa.

Contudo, se as exigências contidas nos diplomas legais regulamentadoras dos estabelecimentos de terceira idade com fins lucrativos fossem aplicadas aos que vêm sendo geridos pelas instituições sem fins lucrativos, - Misericórdias, Paróquias, Irmandades e tantos outros, seguramente que teríamos de assistir ao encerramento de muitos mais estabelecimentos.

Contudo foi para estas instituições que o Estado transferiu as suas responsabilidades no respeitante à protecção da terceira idade com a justificativa de que a gestão ou a sua criação directa, por parte do Estado, representaria despesas incontroláveis para além de um aumento de funcionários públicos e subsequente encargo para a administração.

Não queremos com isto significar que o Estado se tenha posto de lado no respeitante à protecção a conceder à terceira idade. Procurou, isso sim, que a concretização desse encargo fosse assumido por instituições privadas sem fins lucrativos.

Dá que se tenha socorrido das tradicionais instituições privadas existentes no país que, em regra, se encontravam enquadradas no âmbito das Misericórdias ou da hierarquia da igreja.

Para isso, o Estado criou toda uma gama de subsídios que, em teoria, por si só seriam capazes de assegurar o funcionamento dessas instituições.

A própria Constituição da República no n.º 3 do seu artigo 63, prescreve que a organização do sistema da segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.

Nesta sequência, em 29 de Dezembro de 1979 através do Decreto-lei 519-G 2/79 foi promulgado o estatuto das instituições privadas de solidariedade social, sendo considerados cinco tipos de instituições- As Associações de solidariedade social, as Misericórdias, as Cooperativas de solidariedade social, as Associações de voluntários da acção social e as Fundações de solidariedade social.

Este diploma regulamenta em traços gerais o papel de apoio do Estado possibilitando-lhe mesmo, verificados determinados condicionalismos, o exercício de uma acção fiscalizadora incidindo sobre eventuais ilegalidades praticadas ou condições de higiene e salubridade.

A confiança do Estado nestas instituições era, podemos dizer, total. A ponto de cumprindo apenas o formalismo do registo, passavam a fazer parte do sistema de segurança social.

Nesta altura era impensável a existência de instituições com fins lucrativos, estes, só posteriormente vêm a surgir e pelas razões que atrás já referimos. A comprová-lo o facto de só em 24 de Janeiro de 1989 através do Decreto-lei 30/89 o Estado ter passado a submeter este tipo de instituições a um alvará de licenciamento prévio que só seria concedido mediante o cumprimento de múltiplas condições que iam desde a existência de adequadas condições técnicas até à idoneidade dos requerentes passando pela exigência de pessoal técnico devidamente habilitado.

Posteriormente e já em 30 de Maio de 1997 o Estado promulgou o Decreto-lei 133-A/97 que veio substituir o anterior e que reforça os requisitos exigidos para a concessão do alvará, designadamente pela declaração dos preços a praticar, identificação do director técnico do estabelecimento e o comprovativo das suas habilitações adequadas, as garantias

sobre a segurança e adequação das instalações, as condições de admissão dos utentes e as normas de funcionamento de estabelecimento, o mapa de ementas, exigindo ainda a existência de um contrato escrito celebrado com os utentes ou seus familiares enumerando os direitos e obrigações recíprocas.

Finalmente em 25 de Fevereiro de 1998, o Governo fez publicar o despacho normativo 12/98, destinado especificamente a regulamentar as condições e funcionamento dos Lares para idosos, onde se verifica um aumento das condições exigidas que vão desde a enumeração taxativa dos cuidados que deverão ser assegurados aos utentes à exigência de pessoal com formação técnica adequada contemplando ainda as condições a que deve obedecer a construção dos edifícios, impondo áreas funcionais específicas e definindo minuciosamente as características particulares de cada aposento, desde a área obrigatória, mobiliário, pavimentos e paredes, instalação eléctrica, sinalizações, telefone, sistema de recepção de rádio e T. V., sistema de detecção de incêndios, aquecimento, ventilação e rede de gás.

Ao analisarmos com atenção, este diploma legal, concluímos que a generalidade dos hotéis de cinco estrelas ou de luxo, existentes não possuem condições para alojamento de idosos. Não conhecemos também nenhum estabelecimento de terceira idade afecto às IPSS s que reunam minimamente, metade das condições deste diploma.

A comparação entre o diploma regulamentador das IPSS s , e os diplomas regulamentadores das instituições análogas com fins lucrativos, revela-nos uma discrepância exagerada para a qual não encontramos justificação.

Contudo, alguns factores referenciados neste diploma parecem-nos relevantes, designadamente a inclusão no regulamento das condições de admissão bem como do preçário com a indicação dos valores mínimos e máximos praticados e a exigência de um contrato escrito com os utentes ou seus familiares contendo os principais direitos e obrigações de ambas as partes, seria útil que estes princípios fossem estendidos às IPSS s

Também no que se refere ao quadro do pessoal exigido, seria de todo o interesse estender a aplicação deste preceito às instituições particulares de solidariedade social evitando aquilo que podemos chamar de esbanjamento.

Com efeito, este diploma exige como pessoal obrigatório, um director técnico com formação adequada de preferência na área das ciências sociais e humanas que poderá exer-

cer funções a meio tempo se a capacidade do lar for inferior a trinta utentes, ou prestar apenas três horas de trabalho diário se a capacidade do lar for inferior a quinze utentes.

Exige ainda um animador social em regime de tempo parcial, um enfermeiro para cada quarenta utentes, um ajudante de lar por cada oito idosos, um cozinheiro por estabelecimento, um ajudante de cozinha por cada vinte idosos e ainda um ajudante de lar para vigilância nocturna por cada vinte idosos.

Em resumo e, considerando um lar com trinta idosos, os custos com o pessoal legalmente exigido e, saliente-se que é pessoal especializado e com formação adequada cifram-se nos vencimentos pagos a um director, um enfermeiro, um animador social a tempo parcial, cinco ajudantes de lar, um cozinheiro e um ajudante de cozinha e dois empregados auxiliares.

O que se vai traduzir num encargo mensal não superior a mil e quinhentos contos incluindo já os encargos sociais.

Ao analisarmos os lares de terceira idade existentes na cidade de Braga, verificamos:

- Nenhum possui director técnico com habilitações adequadas;
- Possuem um elevado número de funcionários normalmente sem preparação adequada, salvo a que lhes é ministrada num ou noutro curso de formação, socorrendo-se ainda da prestação de trabalho gratuito, em regime de voluntariado, nos termos do possibilitado pelo disposto no Decreto...

que seguramente não é trabalho qualificado.

Analisando concretamente os outros estabelecimentos de terceira idade da Santa Casa da Misericórdia de Braga, verificamos:

Um com vinte e cinco utentes, possuía uma responsável, sem habilitações, e dezasseis empregadas entre ajudantes de lar e auxiliares.

Outro com vinte e sete utentes possuía uma responsável sem habilitações próprias e dezoito empregadas entre ajudantes de lar e auxiliares.

Num e noutro caso os encargos mensais com o pessoal são superiores a dois mil e quinhentos contos e a qualidade dos serviços prestados não pode deixar de se considerar insuficiente.

E o que em concreto, acabamos de referir é extensivo à generalidade dos lares de idosos geridos pelas IPSS s da cidade de Braga.

Se o Estado se preocupasse um pouco mais com a gestão e organização dos estabelecimentos de terceira idade afectos às IPSS s, mesmo sem o exagero colocado às instituições em relação aos estabelecimentos geridos com fins lucrativos, seguramente que o orçamento público sairia substancialmente beneficiado.

Porém as IPSS s constituem em si uma instituição de tradições profundas e inquestionavelmente com um forte peso político. Duvidamos, por isso, que o Estado alguma vez o venha a fazer.

5. A inexigência de quadros e a legislação permissiva

Tudo o que dissemos no número anterior, justificaria por si só o subtítulo atribuído ao presente capítulo.

Na verdade a permissibilidade da legislação que rege as instituições sem fins lucrativos é tão mais evidente quando comparada com a legislação que rege as instituições com fins lucrativos. Designadamente no que respeita a quadros de pessoal.

Como vimos atrás, para estas são impostos quadros de pessoal mínimo que, não duvidamos, possibilitem a prestação de cuidados obrigatórios capazes de assegurar o bem estar da pessoa idosa e é inquestionável que o cumprimento dos normativos impostos por despacho de 12/98 de 25 de Fevereiro, proporcione à pessoa idosa uma situação de bem estar pelo menos no que respeita às suas condições de vida, num estabelecimento de terceira idade.

Não vamos aqui aflorar o problema de determinar se os lares constituem a melhor resposta para a pessoa idosa, apenas diremos, pela experiência que adquirimos ao lidar com a terceira idade, que em nosso entender tem razão de ser o aforismo popular de que “velho mudado, velho enterrado”. O próprio Estado vai reconhecendo que a manutenção do idoso na sua residência habitual, pode constituir a melhor solução, o que é manifestado pela preocupação, que vem demonstrando em implementar o apoio domiciliário como resposta válida para a problemática da terceira idade.

No que se refere concretamente às IPSS s, o Estado não tem a preocupação em definir quer o pessoal mínimo necessário, quer o sistema de funcionamento.

Já atrás referimos que as IPSS s tem uma forte tradição no país que remonta à época da criação das Misericórdias.

É inquestionável que este facto lhes confere uma experiência adquirida, mas têm também a desvantagem de assumir os defeitos. Desde logo a acção social exercida é fundamentalmente uma acção caritativa e não uma acção social propriamente dita, com todas as implicações que isto representa como iremos ver no número seguinte.

Sentimo-nos um pouco tentados a repetir o comentário de Philippe Gavi e Christian Jelen, no Jornal Paris Match em 23 de Março de 1968, ao apelo lançado pela Rádio Televisão Francesa na sequência da conferência de Nova Deli sobre a situação do terceiro mundo:

“Sim senhor! Depois do apelo da Rádio Televisão Francesa tornei-me a vestir e dirigi-me à junta do 15º bairro. Uma vergonha! Deixar as crianças morrerem de fome! Esta boa mulherzinha de «coração de ouro», uma espectadora fiel do pequeno écran, acaba de dar dois francos para as crianças que morrem de fome no Laos.(...) A lição é clara. Uma tigela de arroz para as crianças de Laos, mas mais nada.”⁸³

Não pomos em causa a honorabilidade dos dirigentes das IPSS s, muito menos as suas intenções de bem fazer e a firme intenção de cumprir os deveres assumidos por todos os membros das Misericórdias. Reconhecemos também o papel relevante que as IPSS s têm vindo a exercer no domínio da acção social, constituindo hoje neste campo, sem sombra de dúvida, a coluna vertebral de todo um sistema de apoio.

Isto aplica-se de igual modo aos párocos gestores de estabelecimentos.

Não podemos contudo deixar de tecer alguns reparos à forma como o Estado abre mão de dezenas de milhões de contos e não cuida de subsequentemente verificar a sua rentabilização. Falamos de rentabilização porque não pomos em causa que os subsídios concedidos não deixem de ser aplicados aos fins a que se destinam, o que acontece é que, embora aplicados às finalidades correctas, não produzem os resultados ideais.

A generalidade dos directores ou responsáveis pelas IPSS s não possuem conhecimentos técnicos específicos e qualificados para abarcar a envolvimento inerente a um estabelecimento de terceira idade, no âmbito de uma acção social globalmente considerada.

⁸³ Cadernos D Quixote n.º 6, O Drama do Terceiro Mundo, 2ª ed., Lisboa, Publicações D Quixote, 1969, pp. 125 – 126. (Tradução: Jorge Feio, J. P. Gomes, M. José Miranda)

Em consequência, na sua ânsia de prover ao bem estar dos utentes, na maior parte das vezes, vai dotar os estabelecimentos de um excesso de pessoal e abafar os utentes de uma multiplicidade de ofertas de serviço e de normas de conduta, o que os vai colocar desde logo numa situação de dependência forçada.

Por outro lado, o pessoal contratado é-o também na base do bem fazer, isto é, a oferta de emprego é habitualmente dirigida às necessitadas.

Acresce, finalmente, que os serviços que se pretendem ver prestados são os da tradicional empregada doméstica, embora seja designado por ajudantes de lar ou auxiliar.

Isto vai conduzir em regra a uma deficiente qualidade dos serviços prestados, que se procura colmatar com a admissão de mais pessoal, a isto chamamos esbanjamento.

Obviamente que esta situação só acontece pela inexistência de normativos que definam ainda que de uma forma genérica os serviços a prestar e a orgânica de funcionamento dos serviços geridos pelas IPSS s, o que é tanto mais flagrante ao compararmos os normativos existentes para as instituições análogas com fins lucrativos que atrás referimos.

A isto chamamos legislação permissiva.

6. A acção social e a caridade

Tudo o que se vem referindo no nosso trabalho e, mais concretamente, no presente capítulo, está relacionado com um problema de fundo que passa pelo papel que o serviço social e até a sociologia devem desempenhar na sociedade.

A evolução social das últimas décadas, levou a que um dos participantes do congresso da ONU para o comércio e desenvolvimento que teve lugar em Nova Deli em Fevereiro e Março de 1968 tivesse afirmado:

“Não é possível que a miséria constitua o destino da maior parte da humanidade.”⁸⁴

E, mais adiante tenha acrescentado: “O abismo cada vez mais profundo que separa os países industrializados e ricos do hemisfério norte e os países subdesenvolvidos e pobres do hemisfério sul – esse Terceiro Mundo sistematicamente desfavorecido – está muito longe de ser superado.”⁸⁵

⁸⁴ Op. cit., contra capa

⁸⁵ Ibidem.

Esta afirmação tem hoje a mesma actualidade, que teve há trinta anos atrás. Com uma agravante – aumentou o número de países do Terceiro Mundo ou da periferia, como soi dizer-se, que invadiram já o hemisfério norte e a própria Europa, para não falar já da América Central.

Como se isto não bastasse, o homem como que se encarniçou contra o meio ambiente na mira do aproveitamento lucrativo e indiscriminado de tudo quanto o rodeia.

A tal ponto que um grupo de cientistas concluiu muito recentemente que a manter-se este ritmo e tipo de vivência dentro de menos de cem anos, setenta e cinco por cento das formas de vida existentes no planeta estarão destruídas.

Podemos, por isso, afirmar hoje que não é possível que a autodestruição constitua o destino da maior parte da humanidade.

Há mais de trinta anos que a sociedade e mais concretamente os estados e os respectivos governos têm plena consciência de que se caminha em direcção a um abismo e que é necessário fazer algo para inverter o processo e em todo o trabalho que é necessário desenvolver para inversão do processo é que o serviço social como todas as outras ciências sociais e humanas deve ter um papel activo e relevante.

E quanto a nós não é isso que se tem verificado.

Na verdade o assistente social tem tido uma actuação de carácter caritativo e aleatório destinado a minimizar o pauperismo e as condições infra-humanas da vida de alguns indivíduos ou grupos. Quando muito essa actuação é regulada por princípios previamente definidos dirigidos à sociedade, aos indivíduos ou grupos de indivíduos.

É obvio que uma actuação exercida neste contexto coloca o assistente social no papel de um agente do Estado ou da classe que se encontra no poder e de um precioso auxiliar, porquanto através da resolução de problemas que vão surgindo aqui e ali, na sociedade, proporciona-se a estabilidade e a harmonia necessária ao bem estar.

Ora não é isto que se espera da actuação do serviço social e a própria sociedade o sente.

Um estudo de 1995 elaborado por Maria Augusta Negreiros sobre as representações sociais da profissão do serviço social no contexto autárquico, revela que a generalidade das pessoas encara a profissão do serviço social no âmbito das funções de ajuda de natureza assistencial ou apoio moral e como uma resposta para todas as situações sociais procurando estabelecer o equilíbrio e evitar o conflito.

No fundo, como um agente intermediário conciliador.

Contudo, muitas das pessoas ouvidas consideram que ao profissional de serviço social deveria caber a função de analisar os fenómenos sociais, intervir na solução dos problemas das populações e propor soluções no sentido de os evitar.⁸⁶

Esta perspectiva reflecte no fundo o serviço social como ciência na medida em que serão os próprios profissionais com experiência adquirida na prática aliada aos conhecimentos técnicos adquiridos a desenvolverem os planos da acção a executar, o que constituirá já a acção social, permitindo a inovação ou a modificação do meio, se isso se mostrar necessário.

“Adaptação social não quer necessariamente dizer conformidade: adaptação a um determinado meio pode também significar o desejo de inovar esse meio ou de o modificar.”⁸⁷

Não é fácil para o profissional conseguir a realização deste objectivo funcional. Na verdade, ele estará sempre condicionado ao seu emprego e em última estância à sua sobrevivência.

“A condição de transformação reside na sua capacidade em ocupar profissionalmente o espaço que lhe é aberto, por estreito que seja, até pelo seu emprego.”⁸⁸

De qualquer forma o serviço social tem vindo a ser exercido, de um modo geral, como uma ajuda para a resolução dos problemas sociais, como a definem alguns dos inquiridos por Maria Augusta Negreiros:

“O serviço social dá para tudo, tem respostas para todas as situações sociais.”⁸⁹

Esta forma de actuação que muito se aproxima da caridade, se bem que possibilite a resolução pontual de problemas, não consegue travar a caminhada da humanidade para o abismo.

Necessariamente que vai retardar a queda, mas apenas isso.

Não nos podemos esquecer que (...) “A realidade social não é nem exclusivamente interna aos sujeitos que a vivem, nem exclusivamente exterior a eles; é vivida em perspec-

⁸⁶ Negreiros, Maria Augusta, *As Representações Sociais da Profissão do Serviço Social, Uma análise empírica num contexto autárquico*, Lisboa, ISSS de Lisboa, 1995.

⁸⁷ Rocher, Guy, *A Acção Social in Sociologia Geral*, vol. I 5ª edição, Ed. Presença, Lisboa 1989, p.159.

⁸⁸ Weisshaupt, Jean Robert (Organizador), *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1988, p.159.2ª ed.

⁸⁹ Negreiros, Maria Augusta, *op. cit.* p.50

tiva, em situação, pelas pessoas em causa, a quem se impõem do exterior, simultaneamente, constrangimentos (contraintes) e limitações.”⁹⁰

É sobre esta realidade que deve incidir a acção social, sempre orientada tendo em conta estes parâmetros.

Nunca se limitando apenas a procurar soluções para as situações anómalas surgidas, mas antes a ter sempre como objectivo a melhoria do próprio sistema.

É por demais esclarecedor a leitura de James Gleick.

“O lado irregular da natureza, o seu lado descontínuo e errático- constituíram sempre charadas ou, pior, monstruosidades para a ciência.

Mas, nos anos 70, alguns cientistas dos Estados Unidos e da Europa, começaram a decifrar a desordem.”⁹¹

E mais adiante o autor citado refere que os fisiologistas descobriram uma ordem no caos que desenvolve no coração humano a primeira causa da morte súbita. Que os ecologistas estudaram a evolução das mariposas que os economistas tentaram a mesma forma de análise. Que os políticos teóricos passaram a considerar de forma diferente as tensões conducentes a um conflito armado e, em síntese, concluindo que o caos é uma ciência de natureza global de todos os sistemas.

Sentimo-nos tentados a perguntar. E nós que acção social desenvolvemos ou que modificações introduzimos na nossa prática de actuação?

⁹⁰ Rocher, Guy, op. cit., p. 31.

⁹¹ Gleick, James, op. cit. p. 26.

CAPÍTULO VI

Uma resposta adequada

Na sequência do que se vem retractando, vimos a dizer a resposta é positiva. Pelo menos, constitui algo de inovador e diferente de tudo o que existe com a mesma valência no meio geograficamente envolvente.

Não foi fácil e muitas vezes sentimo-nos isolados e, pese o aforismo, a remar contra a maré.

Desde logo apercebemo-nos que a Santa Casa da Misericórdia assumiu o Recolhimento na condição de que isso não constituísse um acréscimo de despesa no seu orçamento.

Como é obvio, privada da jóia de admissão e tendo conhecimento que o rendimento das utentes se resumia, na generalidade, à pensão mínima que lhes era atribuída, toda e qualquer iniciativa que implicasse um encargo era recusada.

Lembramo-nos, a título de exemplo, da recusa em disponibilizar a importância de cinco mil escudos que possibilitaria a participação das utentes, não só do Recolhimento mas de todas as instituições afectas à Misericórdia, num encontro da terceira idade a realizar na Colónia de Férias da Apúlia.

As utentes do Recolhimento, mas apenas só estas, participaram no referido encontro. Só que tivemos de nos socorrer de outros apoios.

Podemos dizer que a nível interno se obteve a completa transformação.

Sem nunca terem perdido a sua autonomia e independência, as utentes passaram a considerar a instituição como a sua casa e a tratá-la como tal e não como um lugar desconfortável onde haviam sido colocadas para aí acabarem os seus dias.

Esta transformação foi sentida nos mais pequenos pormenores, se dantes lhes era indiferente o estado do Recolhimento, as utentes passaram agora a preocuparem-se com a sua conservação e até a recriminarem-se mutuamente no caso de aparecer algo danificado.

Se dantes a preocupação da apresentação pessoal era nula –o objectivo era mesmo dar uma imagem de miséria com o intuito de angariar esmola –as utentes passaram a cuidar da sua imagem e a revelar auto estima.

O individualismo exacerbado que as movia foi-se diluindo pouco a pouco através da aprendizagem da sua entrega ao outro e do resultado que elas colheram dessa mesma entrega chegando mesmo a consciencializar que procedendo assim se sentiam melhor com elas mesmas e por arrastamento com os outros.

E esta aprendizagem foi colhida de todo um trabalho que implicou sempre dar oportunidade às utentes de uma escolha e não de uma imposição.

Inicialmente as festas de convívio não lhes diziam nada, as participantes estavam ali para nos serem agradáveis e não nos faltar ao respeito, respeito que para a grande maioria das utentes se confundia com medo. Algumas confessaram mesmo que quando lhes impunham uma qualquer acção, eram ameaçadas com o corte da sua pensão se isto não fosse cumprido. O mesmo acontecia com a participação na missa, como inicialmente não havia participantes, para que o celebrante quando havia missa não sentisse desinteresse era-lhes imposta a sua presença.

Na altura em que conseguimos instituir a missa diária, abordaram-nos indagando se eram obrigadas a assistir. Foi-lhes esclarecido que em questões confessionais cada uma sabe o que lhes convém.

Ficaram perplexas, porque durante toda uma vida, “a esmola de um refúgio, ficava-lhes cara.” E quando falamos na esmola de um refúgio referimo-nos à habitação que lhes era cedida gratuitamente no Recolhimento, como temos vindo a referir nos capítulos anteriores.

Como cada uma vinha a confeccionar a sua refeição e ainda como também já foi referido, a grande maioria foi ao longo de toda uma vida “criada de servir”, entendiam que deviam poupar na alimentação até porque “coisas boas eram comidas pelos ricos”, de molde que a alimentação que a grande maioria fazia era muito pobre e, como é obvio, a subnutrição subsequente originava graves problemas de saúde e conseqüentemente gastos enor-

mes com a medicação. Procuramos inculcá-lhes a ideia que a melhoria na alimentação conduziria a uma melhor saúde e a um evitar gastos nos medicamentos.

Ficaram perplexas e afirmavam mesmo que afinal o nosso conhecimento era superior ao dos médicos, porque algumas como empregadas domésticas destes não tinham acesso ao mesmo tipo de alimentação deles.

Até então a ceia de Natal das utentes nunca tinha existido para a grande maioria e por isso não era valorizada. Afirmavam mesmo que a ceia de Natal delas sempre foi símbolo de acréscimo de trabalho, muita fadiga e nada mais. Agora estavam velhas já não possuíam forças para tal.

Por isso, quando procuramos implementar o costume da Ceia de Natal na Instituição, fizemo-lo inicialmente à revelia das utentes.

O mesmo aconteceu com outras festas de convívio que procuramos implementar em datas festivas como o Carnaval, a Páscoa, o S. João, o dia de Santa Maria Madalena, padroeira da instituição, o magusto no S. Martinho e o dia do idoso entre outras.

No terceiro ano eram já as utentes que solicitavam esses convívios dando sugestões, colaborando nos enfeites e participando activamente.

Por último, passaram a solicitar a presença de familiares e amigos, os quais em consequência começaram a ser convidados e a aparecer.

Quando a capela passou a estar aberta ao exterior, com horário definido –o horário da missa diária, as pessoas que assistiam à missa, por vezes, teciam elogios às utentes do Recolhimento sobre a sua decoração, tanto bastou para que as utentes começassem habitualmente a assistir à missa e a preocuparem-se em cuidar do jardim do Recolhimento para que houvesse flores em quantidade para ornamentar a capela e espaços comuns.

É caso para dizer que às vezes um elogio, faz mais que muitos conselhos.

Em relação à forma como o Recolhimento passou a ser olhado pelo meio envolvente, podemos afirmar que deixou de ser encarado como a casa dos pobres mas sim como uma casa pobre que acolhe pessoas idosas do género feminino, a comprová-lo o facto de vários pedidos de admissão terem sido formulados por idosas, não carenciadas economicamente e originárias da chamada classe média.

A comprová-lo ainda os donativos recebidos que têm vindo a possibilitar dotar o Recolhimento de electrodomésticos, salas de convívio, bem como a realização de programas de animação junto das utentes.

De início, esta mudança não foi vista com bons olhos por parte das utentes que em certa medida perderam benefícios directos –as esmolas e donativos pessoais, porém com o decorrer do tempo consciencializaram que elas eram o Recolhimento e que tudo o que era feito a favor da instituição o era em favor delas e nisso passaram a ter orgulho.

Um pouco como diria Bourdieu, “ A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, aqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição, eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem.”⁹²

Por esta simbiose estabelecida entre as utentes que se consideravam elas próprias a instituição e os agentes exteriores que a ela aderiram, podemos afirmar categoricamente: valeu a pena.

1. Terceira idade e dependência

Há tempos, falando com um agrónomo amigo que se dedicava ao cultivo de árvores de fruto, porque o interroguei sobre a rega necessária para as plantas, foi-me explicado que tudo dependia da habituação.

Assim, sendo certo que, em igualdade de condições, plantas com as mesmas características podem subsistir com uma quantidade idêntica de água se a uma delas for atribuída uma quantidade de água superior num curto período (três ou quatro dias) a mesma já não conseguirá subsistir se voltar a dispor apenas da quantidade de água fornecida às restantes plantas.

Isto porque a sua sobrevivência ao calor ficou dependente de um tratamento de excepção.

Tal como nas plantas, no ser humano a existência de uma situação de dependência não depende da idade e adquire-se por uma habituação profunda ou pela manifestação de uma incapacidade cujo grau vai determinar o grau de dependência. E as incapacidades podem ser congénitas podendo a habituação adquirir-se em qualquer idade.

⁹² Bourdieu, Pierre, O Poder Simbólico, Lisboa, Difel, 1994, p., 192.(Tradução: Fernando Tomaz).

Quando Bismark fixou a idade da reforma para os trabalhadores aos 65 anos, seguramente que não o fez para atribuir uma incapacidade de trabalho a partir dessa idade, mas sim para possibilitar o descanso remunerado e para regularizar o ciclo do emprego.

Não se pode negar que o processo de renovação celular se vai tornando cada vez mais lento à medida que a idade avança, contudo esse processo varia de organismo para organismo em função de inúmeros factores endógenos e exógenos sendo insusceptível de tipificação.

Podem-se tipificar sim os factores patológicos que provocam situações de dependência, tais como: lesões cerebrais, lesões modelares, osteoporose e muitas outras.

Para além destes factores de natureza biológica tipificáveis ou não, existem outros dois grandes grupos de factores causadores da situação de dependência –os de natureza psicológica e os de natureza sociológica.

Se bem que na maior parte das vezes exista uma interligação entre estes factores ou entre alguns deles, iremos limitarmo-nos a uma análise sucinta dos factores psicossociais .

Estes factores conjugados tanto podem levar o idoso a uma visão negativista da vida, assumindo um papel de dependente, como o podem levar a uma visão positiva onde o idoso mantém a sua actividade possível.

Tudo vai depender da forma como é tratado.

Assim se quando o idoso sente uma diminuição das suas capacidades, os familiares, os amigos, os médicos, os prestadores de serviços à terceira idade, lhe dão a entender a existência de uma incapacidade, de imediato negligencia as capacidades que ainda possui assumindo um papel de doente ou dependente que acaba por auto consciencializar.

Por outro lado, quando o idoso sente uma perda nas suas capacidades, recebe um auxílio adequado quer em tratamento médico quer nas ajudas que devem ser apenas específicas para a incapacidade existente, o idoso mantém o seu papel social e continua a acreditar nas suas possibilidades de desenvolvimento.⁹³

O idoso quando sente diminuir o papel social que vinha desempenhando procura, normalmente, uma forma de actuação que chame a atenção, ou seja, procura assumir o protagonismo. E se por um lado procura ser o centro das atenções e de todos os cuidados,

⁹³ Neste sentido- M. R. P. Hall, N. W. J. MacLennan e M. D. W. Lye, Cuidados Médicos ao Doente Idoso, Lisboa, Climepsi, 1997, (Tradução: de Dra Marina Dinis).

por outro, afirma categoricamente “que não precisa de ninguém” que “o que quer é paz e sossego”, em resumo tenta demonstrar que só aceita a ajuda para não melindrar as pessoas.

Para que este processo não dê origem a uma situação de dependência, como aconteceu com a árvore referida no início deste capítulo, é necessário que assuma uma forma de inter-ajuda ou troca.

É necessário que ao idoso seja dada a oportunidade de ser útil, o que pode acontecer através das mais variadas formas, até a de prestar auxílio a outro idoso.

Desta forma o idoso aceita a ajuda que lhe é dada e encara-a de uma forma natural continuando a sentir-se válido e a agir como tal.

Foi este tipo de actuação que verificamos não existir nos lares de terceira idade geograficamente localizados na cidade de Braga.

Aos idosos é-lhes imposta uma ajuda tipificada que passa por lhes servirem as refeições a horas determinadas sem que o idoso seja ouvido quer sobre os horários quer sobre as ementas e vai até à hora obrigatória de dormir e levantar, o que vai necessariamente com a habituação, colocá-los numa situação de dependência, até porque não se procura a participação do idoso, antes pelo contrário.

Foi esta forma de actuação que desde o início procuramos evitar no Recolhimento.

Em toda a transformação implantada no Recolhimento sempre procuramos a participação activa das utentes, sendo certo que conseguimos alcançar os objectivos propostos.

Como atrás referimos, conseguimos obter um sentido de família e a assunção por parte de cada uma, do Recolhimento, como casa sua. De tal forma que quando admitíamos uma nova utente, a problemática a resolver se prendia essencialmente com a sua aceitação pelas outras utentes, que temiam que o novo elemento lhes pudesse afectar o papel activo que vinham desempenhando.

Os problemas que se nos deparavam no que se refere a dependência são exclusivamente do foro biológico ou orgânico, as chamadas doenças que logicamente colocavam as utentes numa situação de dependência.

As situações mais difíceis ocorreram quando a patologia ocorria no foro psiquiátrico e a sua manifestação era esporádica.

Conduzir uma utente a uma consulta de psiquiatria nunca foi uma tarefa fácil.

“Eu não sou doida.” A resposta que sempre recebemos nestas situações –eram precisas muitas horas, muitos subterfúgios, à mistura com algumas mentiras para obter a aquisição das utentes.

E, tudo isto porque as utentes dimensionavam a loucura como uma situação de dependência.

2. A instituição família

Vou dobrar-me
à regra nova de viver.
Ser outro que não eu, até agora
musicalmente agasalhado
na voz da minha mãe, que cura doenças,
escorado
no bronze de meu pai, que afasta raios.

Ou vou ser –talvez isso –apenas eu
unicamente eu, a revelar-me
na sozinha aventura em terra estranha?
Agora me retalha
o canivete desta descoberta:
eu não quero ser eu, prefiro continuar
objecto da minha família.

“Fim da Casa Paterna”

Carlos Drummond de Andrade

O poema citado representa quanto a nós muito do que se pode dizer da instituição família.

Antes de entrarmos propriamente na análise desta instituição parece-nos ser necessário evidenciar a posição assumida na parte final do poema. No fundo ela representa o “senso comum”.

Constituindo um perpétuo dilema a opção entre assumir a independência de conduta com todas as implicações daí resultantes e a de manter um enquadramento dentro de uma hierarquia familiar normalmente a preferência recai sobre a segunda alternativa – “prefiro continuar objecto de família”.

É mais cómodo e há sempre uma sensação de segurança e a consciência da existência de uma protecção para as adversidades que podem acontecer.

É muito difícil mudar este conceito, para mais, não havendo certeza de que o mesmo se encontra ultrapassado pelo correr dos tempos.

Trata-se, no fundo, de julgar a pureza dos valores que norteavam as comunidades primitivas transportando-os para a sociedade actual.

A noção de família é anterior ao conceito de nação.

As famílias primitivas constituíram um núcleo social onde as normas de conduta decorriam de um instinto –a sobrevivência, o gregarismo, a reprodução.

Todos os elementos de uma sociedade primitiva eram familiares de uma forma ou de outra. Todos eles contribuían para a conservação e manutenção da espécie, repartindo funções e responsabilidades.

Neste contexto, os anos de vida representavam uma subida na hierarquia.

O Conselho dos Anciãos, normalmente constituía o órgão máximo da comunidade.

Neste conceito de família alargada o idoso não constituía um problema, porquanto ser idoso significava ser considerado. Mas significava mais ainda –o desempenho de um papel fundamental na direcção da comunidade família.

Este conceito perdurou no tempo e com uma ou outra derivação, continuava inatacável no início do séc. XIX.

“Na sociedade tradicional, o tipo de família dominante é em geral a família extensa, composta de várias famílias nucleares ... ou então a família poligâmica.”⁹⁴

⁹⁴ Rocher, Guy, Sociologia Geral, 1989, p.163, vol. III.

O autor acima referido, na mesma obra, transcrevendo excertos da obra de André Varagnac:⁹⁵“De la pré-histoire au monde moderne.” Refere a existência de oito classes de idade neste tipo de sociedade dita de tradicional –a primeira idade (da concepção do feto ao fim do aleitamento); a primeira infância (um período compreendido entre o fim do aleitamento e o início da puberdade); os jovens (do início da puberdade até ao casamento); os jovens casados (do casamento até à existência de filhos); os pais e as mães de família (desde a existência de filhos até à morte de um dos progenitores); os viúvos e as viúvas (desde a situação de viuvez até ao casamento do filho mais novo); os anciãos (desde o casamento do filho mais novo até à morte); e os defuntos que no ponto de vista de Varagnac constituíam uma verdadeira categoria de idade porque durante algum tempo continuavam a influenciar a existência dos vivos.

É obvio que nesta estrutura a terceira idade, classificada de anciãos assumia o papel preponderante na gestão da própria estrutura.

E, com ligeiras alterações tudo se manteve até aos fins do séc. XIX, ou seja até à chamada revolução industrial.

Uma passagem rápida na história revela-nos o papel fundamental desempenhado pelos “anciãos” na governação dos responsáveis directos pelos destinos das nações.

A situação actual mais esclarecedora é o papel desempenhado pela “Rainha- mãe” na Inglaterra.

A revolução industrial, pela dinâmica que representou no processo social, provocou uma completa transformação no conceito de família, passando esta a ser considerada apenas como o casal e seus filhos solteiros –família nuclear.

Contudo, isto não significou que nas sociedades não industrializadas o conceito de família alargada, não tenha dado os seus frutos.

Neste sentido é eloquente o estudo elaborado por Manuel Azevedo Antunes sobre Vilarinho das Furnas nos anos sessenta deste século, que aliás também poderia ser aplicado a mais cento e cinquenta aldeias portuguesas. Vilarinho das Furnas possuía duzentos e cinquenta habitantes. Considerando as aldeias existentes em igualdade de condições e a população na época de cerca de seis milhões de habitantes, podemos concluir que nos anos sessenta 5% da população portuguesa não conhecia outra noção de família senão a de família alargada ou extensa.

⁹⁵ Op. cit., pp. 86 e sgg. do vol. II.

“A vida furnense era uma luta constante contra a terra para lhe extrair o alimento que havia de suportar gerações. Parco era o seu banquete, modesto e sóbrio o requinte da sua mesa, que nem por isso deixava de ser farto.

Os dias festivos vinham quebrar a monotonia alimentar com a carne de cabra, cabrito ou borrego e as filhós, ou rabanadas que todas as mulheres deviam aprender a fazer...

A estrutura agro-pastoril, em que o povo de Vilarinho vivia, vinha-se tornando cada vez mais insuficiente, para satisfazer as necessidades crescentes de uma população, que, durante séculos, vivera em quase completa auto-suficiência...”⁹⁶

Nesta estrutura o idoso continuava a ser um conselheiro. A idade era um posto. Isto ainda hoje acontece em algumas aldeias portuguesas de Trás-os-Montes e das Beiras e, porque não do Minho.

É que não é fácil uma transição em curto espaço de tempo de um sistema económico assente na base da agricultura para um sistema económico assente na base industrial.

O primeiro necessitava, essencialmente da força de trabalho braçal para a execução das tarefas necessárias a desenvolver.

O segundo necessitava essencialmente de rentabilizar o trabalho em harmonia com a máquina.

Isto deu lugar nos países com uma economia essencialmente dependente da agricultura que, aquando a industrialização se tenha mantido a estrutura familiar existente, acrescida de novos elementos ou seja, as novas formas de subsidiar toda uma estrutura familiar.

Na verdade, sendo mais rentável o trabalho na fábrica, os elementos válidos da família procuraram enquadrar-se na estrutura fabril, sem contudo esquecerem o vínculo.

Em mais de 50% das situações numa fase inicial da industrialização continuou a manter-se a estrutura familiar alargada, constituindo a receita obtida pelos elementos da família destacada no trabalho industrial, um complemento económico do agregado.

A família nuclear começa a surgir quando o elemento de uma família alargada se une a outro de outra família e decidem prover à sua própria subsistência, adquirindo uma habitação autónoma, muitas vezes por razões pessoais.

Em certa medida isto significava o corte do cordão umbilical e o assumir consciente das muitas dificuldades económicas que se lhes iriam deparar naquilo que seria uma aventura, mormente aos olhos dos anciãos da família extensa ou alargada.

⁹⁶ Antunes, Manuel, Vilarinho das Furnas - uma aldeia afundada, Lisboa, 1985, p.24.

Ao longo de todo o presente século, o avanço tecnológico provocou mudanças aceleradas que vieram provocar transformações culturais profundas na sociedade, contrariamente ao que vinha acontecendo ao longo dos tempos onde a evolução cultural ia determinando a evolução tecnológica e social, vimos a assistir nos últimos cem anos a uma inversão.

A evolução tecnológica um pouco provocada por duas guerras que abalaram todo um sistema e elas próprias geradas por esse mesmo sistema, que se veio a traduzir no desenvolvimento científico da energia nuclear, das comunicações, da informática, da computarização, para a qual a maioria das pessoas se não encontra-va preparada.

Se o idoso começou de certa forma a sentir-se socialmente inútil quando a família extensa se transformou na família nuclear (deixou de ser consultado para a tomada de decisões importantes) com este avanço tecnológico o seu desempenho social passou a ser nulo.

Neste tipo de sociedade, gerido pela informática, onde nos encontramos, a família nuclear vem-se progressivamente desagregando sendo substituída pela família economista gerada no mercado da bolsa de valores e a família extensa é um pouco aquilo que Aldous Huxley classificava de reserva indígena no seu livro “O Admirável Mundo Novo”.

Que podemos hoje esperar da família, como suporte da terceira idade, quando a evolução tecnológica coloca na terceira idade pessoas de cinquenta ou menos anos de idade que se não conseguiram adaptar à informática.

Queremos adaptarmo-nos às condições da evolução acelerada e deparamo-nos com os “Títeres”, ou seja com a geração informática sem valores humanistas e, para quem o tudo vale é valor de conduta.

3. Tendências actuais

Como resulta do que vem sendo dito, o idoso só toma consciência dessa situação a partir do momento em que deixa de desempenhar um papel social.

Como vimos no âmbito da família alargada o idoso sempre teve um papel a desempenhar e até importante –sentia que o seu conselho era solicitado para resolução das situações.

Mesmo no âmbito da vigência da família nuclear o idoso se pode sentir útil, podendo aceitar as ajudas que lhe são proporcionadas, desde que tenha capacidade para as retribuir, quer seja através de uma ajuda monetária à família, quer seja pela prestação de alguns serviços, como por exemplo, cuidar dos netos na ausência dos pais, olhar pela casa e outros.

Contudo para que isto seja possível torna-se necessária a existência de condições económicas e de condições bio-psíquicas no que respeita às capacidades do idoso.

Porém, tendo sido o factor económico o grande responsável pela fragmentação da família extensa, a situação normal é a de a maioria das pessoas que atinge a terceira idade, mesmo em perfeitas condições bio-psíquicas não tem capacidade económica, sobrevivendo à custa de uma magra reforma que mal chega para o seu sustento.

Por outro lado, temos vindo a assistir a uma degradação progressiva da família nuclear. É crescente o número de divórcios como crescente é também o número de segundos casamentos.

Alvin Toffler, traduz a situação que se bem referindo:

“Defrontados com este verdadeiro labirinto de arranjos familiares, até estudiosos relativamente ortodoxos acabam por adoptar a opinião outrora radical de que estamos a sair da era da família nuclear e a entrar numa nova sociedade assinalada pela diversidade na vida familiar.”⁹⁷

E o autor vai mais longe. Apelidando de segunda vaga a actual situação, dimensiona o futuro como a civilização da terceira vaga. Onde será inviável numa primeira fase tipificar os modelos de família:

À medida que a terceira vaga avança o sistema familiar torna-se desmassificado ao mesmo tempo que o sistema de produção e informação na sociedade.⁹⁸

⁹⁷ Toffler, Alvin, *A Terceira Vaga*, («Vida e Cultura»), Lisboa, Livros do Brasil, 1984, p.214.

⁹⁸ *Ibidem*.

Não vamos aqui comentar a obra do autor que vimos referindo, que aliás se encontra directamente relacionada com a teoria do caos mas, realmente olhando à nossa volta não poderemos deixar de manifestar a nossa concordância com muitas das teses ali defendidas e fundamentadas.

Também nós pensamos que o ideal seria manter o idoso no seu ambiente familiar ou, no seu ambiente tradicional, procurando criar mecanismos capazes de possibilitar esta solução.

É que, na maior parte das vezes, o idoso não tem já preparação para se enquadrar num espaço geográfico diferente daquele onde viveu a sua vida e consegue sonhar as recordações do passado.

Porém começa por se nos deparar o primeiro bloco de resistência por parte da própria família, cuja dinâmica de actividade, habitação e disponibilidade económica, lhe não permite a mínima colaboração.

Depois o próprio idoso que normalmente se nos apresenta como alguém que perdeu toda a sua capacidade de luta, de braços caídos e, avesso a todo o tipo de mudança.

Por último, a qualidade habitacional na maior parte das vezes inexistente, que por si só representaria um custo demasiadamente elevado para poder assegurar a permanência do idoso.

Isto foi por nós pessoalmente constatado quando procedemos ao levantamento das histórias de vida das utentes do Recolhimento que, à partida, não possuíam família, tendo-se verificado posteriormente que algumas possuíam descendência directa com a qual pura e simplesmente não contactavam há longos anos.

Verificamos que, entre nós, as tendências actuais designadas para a terceira idade se encaminham no sentido de privilegiar a manutenção do idoso no seu meio ambiente, o que é louvável e constituiria a melhor solução se se conseguissem ultrapassar e resolver os óbices que atrás referimos.

Assistimos actualmente ao acréscimo das dotações orçamentais para o Apoio Domiciliário, a construção de Centros de Convívio e de Centros de Dia, a dinamização de Colónias de Férias, o Acolhimento Familiar, tudo isto um pouco em prejuízo da dotação orçamental destinada aos Lares de Acolhimento.

Implementou-se ainda o sistema de voluntariado definido como um conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no

âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. –Nº1 do art.2º da lei 71/98 de 3 de Novembro.

Mais recentemente encontram-se em fase de estudo o Projecto Videotelefone e o Projecto Casa, ambos em fase de experimentação, desde 1995, na zona de Aveiro, que se encontram a ser geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Aveiro em colaboração com a Universidade de Aveiro e o Centro de Estudos de Telecomunicações.

O primeiro destes projectos tem em vista globalmente a melhoria do grau de inserção social do idoso e a diminuição do seu isolamento, passando pelo aconselhamento ao idoso através de um canal permanente de comunicação e pela informação geral de acontecimentos sociais de interesse para o idoso.

O segundo, o Projecto Casa traduz-se em instalar na residência do idoso uma tecnologia do tipo “casa inteligente” ajustando-a às necessidades específicas do idoso, facilitando as suas tarefas normais e reduzindo o seu isolamento.

A título de comentário, e sem com isso pretender tecer quaisquer críticas, diremos que se trata de projectos da “terceira vaga”.

Transcrevendo ainda Alvin Toffler:

“Visitemos diversos chalés electrónicos para ver como as pessoas poderão adaptar-se a uma mudança tão fundamental na sociedade. Uma tal visita revelaria sem dúvida uma larga diversidade de modos de viver e trabalhar.

Nalgumas casas –talvez na maioria –poderíamos encontrar casas dividindo as coisas mais ou menos convencionalmente, com uma pessoa a fazer o «trabalho -emprego» enquanto a outra trata da casa – ele, talvez a escrever programas enquanto ela olha pelos garotos. ... Por exemplo poderíamos encontrar marido e mulher a monitorizar por turnos um complexo processo de manufacturação no écran da consola do escritório...”⁹⁹

As medidas que sumariamente se referiram e que traduzem as tendências actuais da política de terceira idade no nosso país implicam, contudo, como já vimos, que o idoso se encontre ainda minimamente capaz, bem como a existência de condições de habitabilidade.

Ora na generalidade das situações as habitações, passe-se a expressão, encontram-se em piores condições que o idoso. E noutras, o idoso encontra-se numa fase depressiva que assumiu com ou sem razão a condição de dependente.

⁹⁹ Op. cit.,p.216.

Estaremos no bom caminho?

Olhando o sistema inglês, constatamos que a ideia central no que respeita à terceira idade é a de conservar a independência do idoso, apoiando-o para isso através do serviço de saúde e do apoio social.

A publicação do livro branco “Cuidar das Pessoas”, em 1989, veio alterar o sistema de protecção ao idoso que vinha sendo prestado pelo Estado e dinamizar o novo sistema que passou fundamentalmente pela entrega da gestão do idoso às autarquias ou regiões e pela existência de um planeamento elaborado entre os hospitais e os serviços comunitários.

São soluções que se nos afiguram adequadas e de implementação possível.

Com efeito, para que o idoso possa permanecer uma pessoa activa é necessário que tenha ao seu dispor um acompanhamento capaz a nível de prestação de cuidados de saúde com uma resposta imediata para as situações e possibilidades de internamento imediato – caso se mostre necessário.

Isto implicou a criação de uma pequena unidade hospitalar local ou regional, de uma unidade de geriatria dotada de autonomia.

Por outro lado, no âmbito das competências próprias, as autarquias ficaram com a possibilidade de construir habitações individuais ou não, especificamente destinadas aos idosos, sendo os custos subsidiados pelo Estado.

Também na Inglaterra foram criados os serviços voluntários de solidariedade social.

Não como iniciativas individuais mas antes como associações e organizações destinadas a actuar como “fornecedores de serviços”, tendo como papel primário a procura de necessidades sentidas pelo idoso para as quais não existe ainda resposta e fornecê-la até que a mesma seja desnecessária ou assumida pelos serviços oficiais.

Não podemos também de deixar de dar a necessária relevância á implementação de cursos de pré- reforma e pós-reforma no sentido de preparar o idoso para uma situação de reforma no primeiro caso e ajudá-lo a “digerir” a reforma no segundo caso.

Todas estas medidas foram tomadas na sequência do princípio básico enunciado no livro branco “Cuidar de Pessoas” no qual se baseou o Serviço Nacional de Saúde Inglês e a Lei de Cuidados Comunitários Britânica de 1990 –“os idosos devem poder viver tão auto-

nomamente quanto possível, nas suas residências ou em locais semelhantes aos seus lares situados na comunidade”.¹⁰⁰

Conclusões

¹⁰⁰ A comprovar o que vimos explanando, Hall, M. R. P., MacLeennan, N. W. J. e Lye M. D. W., Cuidados médicos Ao Doente Idoso, 1ª ed., Lisboa, CLIMEPSI, Janeiro 1997,. (Tradução: Dra Marina Dinis).

“A época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de melhor designação, chama ciência pós moderna.”

Santos, Boaventura, *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*, 1984: p.9.

“Através de grande parte do mundo de hoje avança uma forte maré que cria um ambiente novo e frequentemente estranho para se trabalhar, divertir, casar, criar filhos ou reformar.”

Toffler, Alvin, *A Terceira Vaga*, 1984: p.7.

À medida que íamos desenvolvendo o presente trabalho e nos íamos inserindo no âmbito da problemática inicialmente colocada surgia-nos frequentemente uma pergunta – Valerá a pena?

A dinâmica de todo o processo social actual leva-nos de facto a duvidar se as conclusões obtidas são actuais ou se se encontram em si mesmas ultrapassadas pela dinâmica do processo.

E, contudo, algumas vezes pensámos que a sociedade se encontrava estagnada e impotente para resolver os problemas surgidos na sua evolução.

Desde logo podemos concluir que na sociedade capitalista onde nos encontramos inseridos, economia e bem estar social são conceitos contraditórios.

Na verdade sendo suposto que o actual sistema económico visa a obtenção do bem estar social, verificamos que acaba por conduzir a situações de monopólio de colonialismo, de imperialismo e mais recentemente de terrorismo indiscriminado e a um estado de insegurança ansiosa cujos efeitos são por demais conhecidos.

Não resistimos sobre este tema a transcrever as críticas a este sistema produzidas pela Escola Socialista, condensadas no “Manual de Economia Política” de R. V. Ostrovitianov e outros.¹⁰¹

Outra conclusão de ordem geral que poderemos extrair é de que um trabalho de investigação, por muito simples que se nos possa afigurar à partida, é sempre um trabalho complexo, susceptível de inúmeros imprevistos, exigindo uma persistência por vezes maçadora mas que acaba por se traduzir na consciência do dever cumprido, ainda que os

¹⁰¹ “ Sob o capitalismo as diferentes empresas e os diversos ramos de economia de um País não se podem desenvolver por igual. A concorrência e a anarquia de produção conduzem a uma inevitável desigualdade do desenvolvimento da economia capitalista, quer dizer, em certos ramos da economia, regiões e países mantém-se a um ritmo rápido de desenvolvimento, enquanto noutros o ritmo é lento, e mesmo em alguns há retrocesso. Porém, na época pré-monopolista, a produção encontrava-se disseminada por um grande número de empresas, dominava a livre concorrência, não imperavam os monopólios Nessa altura o capitalismo podia-se desenvolver sem altos e baixos. Durante largos períodos uns países adiantaram-se em relação a outros. Nessa altura ainda existiam na terra vastos territórios não conquistados por países capitalistas. As coisas decorriam-se em choques bélicos de proporções mundiais. A situação mudou radicalmente com a passagem ao capitalismo monopolista, terminada a partilha do mundo entre as potências imperialistas e ao iniciar-se entre elas uma luta renhida pela sua nova divisão. Ao mesmo tempo, um desenvolvimento sem precedentes da técnica, abre a alguns países imperialistas a possibilidade de se adiantarem rapidamente, em grandes saltos, em relação aos outros países do campo imperialista. ...Este desenvolvimento aos saltos acentua-se extraordinariamente com a exportação de capitais, com as crises económicas e as guerras, especialmente com as guerras mundiais ...Em 1860, a Inglaterra ocupava o primeiro posto do Mundo na produção industrial e era seguida da França. A Alemanha e os Estados Unidos entravam nessa altura para a cena Mundial. Dez anos mais tarde, o país do jovem capitalismo, os Estados Unidos da América, ultrapassou rapidamente a França, passando a ocupar o seu posto. Ao fim de dez anos, os Estados Unidos ultrapassavam a Inglaterra, enquanto que a Alemanha ultrapassava a França passando a ocupar o terceiro lugar depois dos Estados Unidos e da Inglaterra. Nos princípios do Século XX, a Alemanha deixa para trás a Inglaterra, colocando-se em segundo lugar... ..Em consequência das mudanças operadas nas relações de forças dos países capitalistas, deu-se a divisão do mundo capitalista em dois blocos imperialistas hostis e estabeleceram as guerras mundiais.” (Ostrovitianov, R. V. e outros in Manual de Economia Política, Vol.II, editorial Europa, Lisboa 1972, p.163.)

resultados obtidos ao fim da pesquisa sejam diferentes daqueles que inicialmente se previam.

Os elementos de que dispúnhamos inicialmente sobre o Recolhimento das Convertidas, que eram, aliás os que constavam das versões oficiais, apontava-nos para a aplicação da lei do confisco, ao tempo da Implantação da República e uma posterior doação onerosa a favor do Governo Civil de Braga.

A investigação a que procedemos revelou-nos que o Recolhimento já nos finais do Séc. XIX se encontrava afecto ao Governo Civil, a entidade responsável pela nomeação da regente do mesmo.

Concluímos também que a reconstituição histórico e social é um trabalho complexo e, normalmente, a inexistência de documentos, por sonegação ou por destruição natural, conduz normalmente, a uma reconstituição mais precisa e exaustiva.

Lembramo-nos, a título de exemplo, que o único trabalho de natureza socio-económico-cultural que abarcava a globalidade do território nacional, elaborado no início do Séc. XVIII pelo padre Luís Cardoso da Congregação do oratório de Lisboa, ficou destruído com o terramoto de 1755.

Para a substituição do mesmo foi elaborado um inquérito dirigido a todas as paróquias do Reino cujas respostas fundamentaram o Dicionário Geográfico de Portugal, obra com quarenta e três volumes que hoje pode ser consultada na Torre do Tombo e nos dá uma ideia real da sociedade portuguesa no início do Séc. XIX.

Pela singularidade do inquérito e para aferir dos resultados obtidos, nos anexos 28 e 29 transcrevemos, na íntegra, as perguntas formuladas a cada paróquia e a resposta produzida pelo pároco de Vilar da Veiga, freguesia hoje do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga. .¹⁰²

¹⁰² Elementos obtidos através do trabalho de Domingos M. da Silva, licenciado em Ciências Antropológicas e Etnológicas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. “Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII – Memórias Paroquiais ”

Poderemos concluir ser o idoso uma pessoa válida que apenas assume a condição de dependente a partir do momento que consciencializa ter-lhe sido retirado o papel mais ou menos importante que vinha desempenhando na sociedade.

A partir daqui entra num processo de desgaste na expectativa de se poder vir a tornar dependente que o leva a tomar as atitudes mais imprevisíveis.

Estas atitudes traduzem-se normalmente por um comportamento hipocondríaco e (ou) pela necessidade de mostrar que trabalha. Traduz-se também por uma prática quotidiana toda ela dirigida para o protagonismo, que, por vezes, conduz a situações conflituosas.

A solidão, o abandono, a falta de poder económico constituem factores determinantes que conduzem necessariamente à dependência do idoso.

A família – extensa, nuclear, monoparental e etc., - é ainda o amparo e o suporte ideal para o idoso.

Contudo na dinâmica do processo da sociedade moderna constata-se cada vez mais a incapacidade – impossibilidade da família constituir uma base sólida de apoio – protecção ao idoso.

Considerando a actual dinâmica histórico – social de todo o processo os Estados que têm como único suporte a família correm sérios riscos, a curto prazo, de se sujeitarem à ocorrência de convulsões internas imprevisíveis¹⁰³

Constitui actuação essencial e urgente, para evitar a dependência do idoso, a criação dentro do Serviço Nacional de Saúde de um serviço de geriatria, dotado de autonomia e com capacidade de resposta para o atendimento imediato do idoso doente.

O idoso normalmente receia submeter-se a qualquer tipo de exame médico.

Se bem que goste de alardear ser uma pessoa muito doente, como um dos processos utilizados para assumir protagonismo, por outro lado tem realmente medo de ser portador

¹⁰³ Leia-se Boaventura Sousa Santos, Introdução a uma Ciência Pós Moderna; Gleick, James, CAOS; Toffler, Alvin, A Terceira Vaga.

de uma doença que o torne dependente. E, realmente, há doenças que a não serem tratadas a devido tempo, podem conduzir à dependência do idoso.¹⁰⁴

O idoso deve ser considerado uma pessoa válida, incentivando-se e apoiando-se a sua vivência como tal, atribuindo-se-lhe protagonismo no desempenho do dia a dia, proporcionando-lhe, no fundo, a alegria de viver.

O idoso é sensível a pequenas coisas. Por vezes bastará atribuir-lhe um pequeno papel e uma pequena responsabilidade na comunidade onde o mesmo se encontre inserido para que ele se sinta a pessoa mais importante do mundo.

“Restam-me talvez inteiras dezenas de anos de vida; utilizá-los-ei para recuperar o tempo perdido, para ajudar os outros.”¹⁰⁵

Não é fácil lidar com o idoso. As pessoas a quem é cometida a tarefa de integrar o idoso num meio diverso do que lhe era habitual devem ser portadores de conhecimentos teóricos, capazes de lhes permitir compreender o comportamento do idoso de molde a possibilitar-lhe a consciência da sua capacidade e a incentivá-lo.

Quase todo o comportamento do idoso é imprevisível. Uma pessoa sem preparação teórica sente-se tentada a pensar “está velho, está doido” e, o que é mais grave, a transmiti-lo ao próprio idoso.

Sentir-se-á também tentada a tratar o idoso como uma criança, isto poderá ser um factor determinante para o idoso assumir uma situação de dependência.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social para a Terceira Idade denominadas de Lares, existentes no espaço geográfico da cidade de Braga, pela sua forma de funcionamento, conduzem os utentes a curto prazo a uma situação de dependência.

São factores relevantes neste sentido a falta de pessoal qualificado e o afastamento dos utentes de qualquer participação no funcionamento da instituição.

¹⁰⁴ Ver sobre esta conclusão: “Cuidados Médicos ao Doente Idoso”- op. cit.

¹⁰⁵ Luciani, Albino, op. cit. p. 227.

Acrescem, os elevados custos de manutenção originados por uma gestão incipiente possibilitada pela permissibilidade da legislação existente ou mesmo da sua não aplicação.

Desde a sua fundação há cerca de trezentos anos, o Recolhimento das Convertidas tem vindo a suprir as carências sociais mais prementes da população da área geográfica de Braga, tendo como característica uniforme destinar-se em toda a sua existência à população do género feminino.

Possibilitar à idosa e mesmo fomentar e incentivar a continuação da prática das suas actividades quotidianas e atribuir-lhe tarefas idênticas às realizadas no âmbito da família é um factor preponderante para a manutenção da independência da idosa fazendo-a sentir que o papel por si desempenhado na sociedade continua a ser relevante.

Através deste procedimento cria-se o inter-relacionamento entre as utentes em tudo semelhante aos laços familiares.

A antiguidade no Recolhimento constitui um factor gerador de respeito por parte das utentes mais recentes, tal como acontece nas relações familiares.

O papel da comunidade envolvente, se bem aproveitado, pode traduzir-se por um apoio material e moral à “família residente”, para além de constituir um apoio encorajador para quem dirige e trabalha no Recolhimento.

Embora inexistindo serviços de geriatria, a celebração de um protocolo, ainda que informal, com a unidade de saúde mais próxima pode minimizar os efeitos de doenças causadoras de dependência temporária.

Das conclusões que se vêm referindo resulta claramente que o Recolhimento, ou instituições semelhantes, constitui uma resposta válida para a terceira idade.

O facto do idoso continuar a desenvolver o seu dia a dia com plena liberdade e como sempre o fez ao longo da sua vida, e apenas com as limitações inerentes à idade, fá-lo sentir elemento social válido esquecendo a idade de que é portador.

Os custos de uma instituição deste tipo são manifestamente inferiores aos das instituições tipo Lares.

Certo é que se sentem ainda carentes: a nível de pessoal (não muito) no sentido de possibilitar um acompanhamento ao longo das 24 horas do dia; a nível da realização das obras, no sentido de melhorar o conforto e segurança das utentes.

Estes são os únicos óbices que ainda hoje se nos deparam e pela resolução dos quais continuamos a pugnar.

Contudo e, apesar deles, podemos dizer: valeu a pena.

Posfácio
Ou
Os iluminados da “nouvelle vague”

Em 12 de Novembro de 1998, invocando razões de segurança, o Governador Civil em exercício, encerrou o Recolhimento das Convertidas, entregando as utentes aos cuidados do Centro Social da Paróquia de S. Lázaro.¹⁰⁶

Em 23 de Novembro do mesmo ano, Eduardo Pires de Oliveira, investigador e membro da ASPA,¹⁰⁷ publica um trabalho sobre o Recolhimento onde expressamente se afirma: “Não conheço nenhum edifício, com uma vivência contínua, que se tenha mantido em tal estado de conservação do espírito e da estrutura inicial ao fim de quase três séculos!”¹⁰⁸

Ainda em 3 de Dezembro do mesmo ano e segundo afirmações do Sr. Governador Civil: “A Casa das Convertidas vai ser recuperada para albergar serviços de natureza cultural.”¹⁰⁹

Para mero esclarecimento, a propriedade do imóvel, uma vez que o Governo Civil não tem personalidade jurídica é da Assembleia Distrital de Braga cuja presidência se encontra atribuída ao Sr. Presidente da Câmara de Braga.

¹⁰⁶ Ver Anexo 30.

¹⁰⁷ Associação Para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural.

¹⁰⁸ Ver Anexo 31.

¹⁰⁹ Ver Anexo 32.

Bibliografia

ALLEN, Woody, Para Acabar de Vez Com a Cultura, 8ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1971.

ALMEIDA, João Ferreira, PINTO José Madureira, A Investigação nas Ciências Sociais, 4ª ed. Lisboa, Presença, 1990.

ANTUNES, Manuel de Azevedo, Vilarinho das Furnas- Uma Aldeia Afundada, A Regra do Jogo, Lisboa, 1985.

ARAÚJO, A. Sousa, SILVA, A. B. Malheiro, Inventário do Fundo Monástico Conventual, Braga, Edições do Arquivo Distrital, U.M., 1985.

BORDIER, Pierre, La Misère du Monde, Paris, Ed. Du Seuil, 1993.

BORDIER, Pierre, O Poder Simbólico, Lisboa, Difel, 1994. (Tradução: Fernando Tomaz).

CASTEL, Robert, L'Individualisme Négatif, Les Metamorphose de la Question Social, Paris, Fayard, 1995.

CODD, Jonh A. " The Construction and Deconstruction of Education Policy Documents", Journal of Education Policy, 1988.

Comissão das Comunidades Europeias, Política Social Europeia: Opções para a União, Bruxelas, SPOCE, 1993.

Comissão Europeias, Política Social Europeia: Como Avançar com a União, Bruxelas, SPOCE, 1994.

Comissão Europeias, Protecção Social na Europa:, Bruxelas, SPOCE, 1993.

Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade, direcção Geral da Família, 65 e Mais Anos os Números em Portugal, Lisboa 1965.

C.R.S.S., O Idoso no Distrito de Braga, Braga, APPACDM, 1989.

CORTESÃO, Luiza, STOER, Stephen, "A interculturalidade e a Educação Escolar: Dispositivos Pedagógicos e a construção da Ponte entre Culturas", 1995.

- DIONÍSIO, Sant`Anna, Velho Minho, Porto, Lello & Irmão, 1978.
- DURKHEIN, Emile, As Regras do Método Sociológico, Lisboa, Presença, 1987.22
- ECO, Humberto, Como se Faz Uma Tese em Ciências Humanas, 7ª ed., Lisboa, Presença, 1998.
- FERRAROTTI, Franco, Histoire et Histoires de Vie, Libraire des Méridiens, 1983.
- FREIRE, Manuel Leal, As Misericórdias e as IPSS em Geral, Na História, Na Legislação, Na Jurisprudência e Na Prática Administrativa, Porto, Elcla Editora, 1995.
- GIDDENS, Anthony, Capitalismo e Moderna Teoria Social, Lisboa, Presença, 1976.
- GLEICK, James, CAOS, A Construção de uma Nova Ciência, 2ª ed., Lisboa, Gradiva 1994.
- GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, Programa de Política Económica e Social, Lisboa, 1975.
- HALL, M. R. P., MACLENNAN, N.W. J. e LYE, M. D. M., Cuidados Médicos ao Doente Idoso, 1ª ed., Lisboa, 1997, Climepsi. (Tradução: Dra Marina Dinis).
- FALEIRO, Vicente, Saber Profissional e Poder Institucional, Cortez, 3ª ed., 1991.
- FERREIRA, J. Augusto, Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, ed. Mitra Bracarense, 1932, Tomo III.
- FREITAS, Sena, Memórias de Braga, vol. V.
- HADDAD, Eneida, A Ideologia da Velhice, São Paulo, Cortez, 1986.
- HORTA, Maria Teresa, Ema, Lisboa, Rolim,
- KISNERMAN, Natálio, Serviço Social de grupo, 2ª ed., Petropolis, Vozes, 1978.
- KONOPKA, Gisela, Serviço Social em Grupo, Um Processo de Ajuda, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

LÉVI-STRAUSS, “Antropologia estrutural”, México, 1969.

“Livro Branco” – Política Social Europeia – Como Avançar na União , Com (94) 333, de 27 de Junho de 1994, Comissão Europeia, Direcção Geral Emprego, Relações Laborais e Assuntos Sociais.

“Livro Verde” Sobre Política Social Europeia , Opções para a União – Documento de consulta- Comunicação do Comissário Flynn, 17 de Novembro de 1993, com (93) 551 – Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral, Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais.

LUCIANI, Albino, Ilustríssimos Senhores, Lisboa, Casa Nova, 1978.

LUFT, Joseph, Introdução à Dinâmica de Grupos, 3ª ed., Lisboa, Moraes, 1976.

MALINOWSKI, Liberdade e Civilização, Londres, 1947.

MARTIN, Carnoy, Estado e Teoria Política, São Paulo, Papyrus, 1984.

MARTINELLI, Maria Lúcia, O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber, São Paulo, Cortez, 1995.

MARTINEZ, Soares, Economia Política, 5ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1991.

MARTINS, Alcina, HENRÍQUEZ, B. Alfredo, Serviço Social no Feminino, Lisboa, CPIHTS, 1997.

MELLO, Magno Moraes, Manuel Furtado e a pintura de tectos joaninos em Braga, Braga, ASPA, 1995.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, Pobreza Não-Eradicação da Pobreza 1997-2006, DEEP.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, Comissão Nacional para a Política de Terceira Idade, Manual de Serviços Instituições Associações de e par Pessoas Idosas, Lisboa, 1990.

NEGREIROS, José Almada, Romance, Obras Completas, Lisboa, Estampa, 1971.

NEGREIROS, Maria Augusta, As Representações Sociais da Profissão do Serviço Social, Uma análise empírica num contexto autárquico, ISSS de Lisboa, 1995.

NUNES, A., Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais, Lisboa, Presença, 1994.

OLIVEIRA, César, O Estado Novo e os Municípios Corporativos, História dos Municípios e do Poder Local, Lisboa, Circo de Leitores, Março de 1996.

OSTRAVITIANOV, R. V., LEONTIVE, L. A., Manual de Economia Política, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1972. (Tradução: de Francisco Miguel).

PAÚL, Constança, Psicologia dos Idosos: O envelhecimento em meios urbanos, Braga, Empresa Gráfica do Norte, 1996.

PINTO, Madureira, ALMEIDA Ferreira, Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1989.

PINTO, José Madureira, Propostas para o Ensino das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1984.

POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone, RAYBAUT, Paul, Histórias de Vida, Teoria e Prática, Oeiras, Celta Editora, 1995.

QUEIROZ, Maria I. P., Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”, Ciências e cultura, n.º 39 São Paulo, 1987.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 1992.

ROCHER, Guy, Sociologia Geral, Acção Social, 5ª ed., Lisboa, Presença, 1989, vol. 1.

ROCHER, Guy, Sociologia Geral, Organização Social, Lisboa, Presença, 1989, vol. 2.

ROCHER, Guy, Sociologia Geral, Mudança Social e Acção Social, Lisboa, Presença, 1989, vol. 3.

ROGERS, Carl R., Tornar-se Pessoa, 7ª ed., Lisboa, Moraes, 1995. (Tradução Manuel José do Carmo Ferreira)

ROGERS, Carl R., Grupos de Encontro, 6ª ed., Lisboa, Moraes, 1986. (Tradução: Joaquim Proença.)

ROWLAND, R., Antropologia, História e Diferença – Alguns Aspectos, Porto, Afrontamento, 1987.

SANTOS, Boaventura, Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Afrontamento, 1989.

SANTOS, Boaventura, O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988), Porto, Afrontamento, 1992.

SANTOS, Boaventura, Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade, 4ªed., Porto, Afrontamento, 1995

SANTOS, Boaventura, Portugal: Um Retrato Singular, Porto, Afrontamento, 1993.

- SANTOS, Boaventura, “Towards A. New Corron Sense”, London, Routled, 1995, Cap. IV.
- SANTOS, Boaventura, Um Discurso Sobre as Ciências, 2ª ed., Porto , Afrontamento, 1988.
- SARAMAGO, José, Ensaio Sobre a Cegueira, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995.
- SCHEURMANN, Erich, O Papalagi: Discursos de Tuiavii Chefe de tribo de Tiavéa nos mares do Sul, Lisboa, Antígona, 1996. (Tradução de Luiza Neto Jorge).
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira, Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1989
- SPOSATI, Adaíza, Cidadania e Pobreza: Desafios Actuais, in Vida Pastoral, Set. – Out. de 1994.
- SPOSATI, Adaíza, et al Os Direitos dos (des) Assistidos Sociais, São Paulo, Cortez Editora., 1989.
- TOFFLER, Alvim, A Terceira Vaga, Lisboa, 1984
- TORRES, Flausino, Portugal uma Perspectiva da sua História, Porto, Afrontamento, 1970.
- WALLERSTEIN, Immanuel, Culture as the Ideological Batteground of the Modern Word-System Culture and Society, London, Sage, 1990, vol. VII.
- WIEVIORKA, Michel, Introdução, Racismo e Modernidade, Venda Nova, Bertrand, 1995. (Tradução: Luis de Barros).
- WEISSHAUHT, Jean Robert, As Funções Socio-Institucionais do Serviço Social, São Paulo, Cortez, 1988.

Livros Antigos em Pergaminho

- “Entrada de Recolhidas no Recolhimento de Santa Maria Magdalena e S. Gonçalo.” (1722 – 1833).
- “Lançamento das congruas que se receberam para o sustento do Recolhimento de Santa Maria Magdalena.” (1761 – 1790).
- Livro de despesa com as recolhidas de Santa Maria Magdalena e S. Gonçalo.” (1760 – 1795).